

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Luis Adriano Batista

A Indicação Geográfica como indutora da organização dos pequenos produtores: o caso “Café das Montanhas do Sul de Minas Gerais”



UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

NITEROI, RJ

2012

LUIS ADRIANO BATISTA

A Indicação Geográfica como indutora da organização dos pequenos produtores: o caso “Café das Montanhas do Sul de Minas Gerais”.

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientadora: Professora Doutora Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo

Niterói – RJ

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B331 Batista, Luis Adriano.

A indicação geográfica como indutora da organização dos pequenos produtores: o caso “Café das montanhas do Sul de Minas Gerais”/ Luis Adriano Batista. – 2012.

114 f. ; il.

Orientadora: Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2012.

Bibliografia: f. 106-114.

1. Cafeicultura. 2. Produção de café. 3. Agricultura familiar. 4. Brasil. 5. Minas Gerais. 6. Sociedade comercial. 7. Cooperativa agrícola. 8. Territorialidade humana. I. Hermes, Hildete Pereira de Melo. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD 338.109815

TERMO DE APROVAÇÃO

LUIS ADRIANO BATISTA

A Indicação Geográfica como indutora da organização dos pequenos produtores: o caso “Café das Montanhas do Sul de Minas Gerais”.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo
Universidade Federal Fluminense (UFF)
(orientadora)

Prof. Dr. Alberto Di Sabbato
Universidade Federal Fluminense (UFF)
(co-orientador)

Prof. Dr. José Francisco de Araújo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Marcelo Bregagnolli
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
(IFSULDEMINAS)

Niterói – RJ

2012

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha família que soube entender os momentos nos quais tinha realmente que estar ausente, principalmente da participação na vida dos meus filhos Luís Gustavo e Laura. A minha esposa, Roberta, que várias vezes leu este trabalho juntamente comigo e também aos meus tios Jandira Martins Leal e João Martins Leal pela criação que me deram, ocupando os lugares de meus pais e me oferecendo, a única coisa capaz de mudar a vida de uma pessoa a “EDUCAÇÃO”.

Agradecimentos

Ao Professor, Leandro Paiva, que abriu as portas da ACAFESUL para que pudesse desenvolver a pesquisa em relação a participação dos produtores na mesma e também aos seus parceiros, EMBRAPA-CAFÉ, EMATER Cooperativas de Produtores de Machado, Poço Fundo e Campestre, aos gestores da ACAFESUL pela disposição em responder aos questionários. Agradeço também aos professores do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da UFF, pelo carinho e também as orientações nos momentos oportunos para que desenvolvesse de forma satisfatória esta pesquisa a todos que colaboraram para este trabalho os meus agradecimentos, de forma especial quero agradecer ao professor, José Francisco Araújo, pela total disposição nas correções e apontamentos deste trabalho.

RESUMO

A região do Sul de Minas, em Minas Gerais, apresenta potencial para a diferenciação e valorização de um produto típico, arraigado a cultura e história local. Trata-se do Café, uma cultura imbuída de valores históricos englobando o desenvolvimento econômico e social desta região e do país. Os produtos com Indicação Geográfica carregam consigo a identidade local, ou seja, está contido nele, a cultura, a tradição, as condições ambientais, a história, o saber fazer local. Embora, as IG não tenham sido concebidas para promover o desenvolvimento territorial, elas podem contribuir para o desenvolvimento de novas formas de organização regional, permitindo identificar e valorizar recursos territoriais, integrando novos desafios ao desenvolvimento local e sustentável. Considerar a IG uma simples forma de agregar valor ao produto seria desconsiderar uma nova maneira de reorganização territorial e social, um equívoco e mais uma vez um reducionismo. Dessa forma, este estudo de caso tem como objetivo analisar a adesão dos produtores de café dos municípios de Campestre, Machado e Poço Fundo a Associação que parece promover uma espécie de clube de produtores, conquanto induzisse a identificação de especificidades locais agregadas ao café das montanhas do Sul de Minas, que possibilita aqueles produtores novas alternativas de benefícios sociais e econômicos frente ao mercado consumidor de café, cada vez mais exigente em diferenciação ao produto, com a IG se configurando como indutora desta negociação.

Palavras-Chave: agricultura familiar, indicação geográfica, associativismo e território.

ABSTRACT

The southern region of Minas, in Minas Gerais, has potential for the differentiation and recovery of a typical product, deeply rooted culture and local history. It's Coffee, a culture imbued with historical values encompassing the economic and social development of the region and country. Products with Geographical Indication carry with them a local identity, ie it is contained, culture, tradition, environmental conditions, history, know-how site. Although GIs have not been designed to promote regional development, they can contribute to the development of new forms of regional organization, to identify and enhance land resources, integrating new challenges to local development and sustainable. Consider a simple GI way to add value to the product would be to disregard a new way of social and territorial reorganization, a mistake and once again a reductionism. Thus, the adhesion of coffee farmers in the municipalities of Campestre, Machado and Well Fund Association held a sort of club producers, although induced to identify specific sites added to the coffee from the mountains of southern Minas, which allows those new producers alternative social and economic benefits against the coffee consumer market is increasingly demanding in product differentiation, with GI being configured as an inducer of this negotiation.

Keywords: family farming, geographical indication, associations and territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da Região da IG do Café Etíope e o Selo do Café Etíope	42
Figura 2 - Selo IG Café de Colombia	43
Figura 3- Mapeamento de Regiões produtoras de café em Minas Gerais	64
Figura 4- Imagem via satélite do município de Campestre-MG.....	76
Figura 5- imagem via satélite do município de Machado-MG.....	79
Figura 6-imagem via satélite do município de Poço Fundo-MG	82
Figura 7- Macrorregiões de Minas Gerais	92
Figura 8- Microrregiões de Minas Gerais	93
Figura 9- Primeiras reuniões dos gestores da ACAFESUL	95
Figura 10- Seminário sobre IG "Café das Montanhas do Sul de Minas"	96
Figura 11- Selo da IG "Montanhas do Sul de Minas"	97
Figura 12- Mapa de Altitude (Campestre, Machado e Poço Fundo)	97
Figura 13 - Distribuição das lavouras cafeeiras por classes de altitude (Campestre, Machado e Poço Fundo - 2009)	98
Figura 14 - Distribuição das lavouras cafeeiras por classes de declive (Campestre, Machado e Poço Fundo - 2009)	98
Figura 15 - Mapa de declividade (Campestre, Machado e Poço Fundo).....	99
Figura 16 - Uso da Terra Campestre, Machado e Poço Fundo - 2009.....	99
Figura 17 - Área geográfica de implantação da IG "Montanhas do Sul de Minas"	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Censo Agropecuário de 1980 a 2006 por regiões da federação	36
Tabela 2 - Estabelecimentos Agropecuários no Brasil: Série Histórica	36
Tabela 3 - Estabelecimentos Agropecuários: Série Histórica região sudeste ..	37
Tabela 4 - Estabelecimentos Agropecuários: Série Histórica	38
Tabela 5 - Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios - 2006	44
Tabela 6 - Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios - 2006	46
Tabela 7 - Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, por motivo da não obtenção, segundo a agricultura familiar - Brasil 2006	55
Tabela 8 - Anuário Estatístico do Crédito Rural - 2010	59
Tabela 9 - Anuário Estatístico do Crédito Rural - 2011	59
Tabela 10 - Tipo de Café mapeado no Sul de Minas	65
Tabela 11 - Tipo e Café mapeado no Cerrado de Minas	66
Tabela 12 - Tipo de Café mapeado nas Montanhas de Minas	66
Tabela 13 - Tipo de Café mapeado em Jequitinhonha de Minas	66
Tabela 14 - Distribuição de propriedades rurais no município de Campestre-MG	77
Tabela 15 - Condição dos Produtores no município de Campestre-MG	78
Tabela 16 - Distribuição das lavouras cafeeiras no município de Campestre-MG	78
Tabela 17 - Distribuição de propriedades rurais no município de Machado-MG	81
Tabela 18 - Condição dos produtores no município de Machado-MG	81
Tabela 19 - Distribuição das lavouras cafeeiras no município de Machado-MG	81
Tabela 20 - Distribuição de propriedades rurais no município de Poço Fundo-MG	83
Tabela 21- Condição dos produtores no município de Poço Fundo-MG	83
Tabela 22- Distribuição das lavouras cafeeiras no município de Poço Fundo-MG	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de estabelecimentos da Agricultura Familiar por estado da Federação	34
Gráfico 2 - Série Histórica dos estabelecimentos agropecuários	36
Gráfico 3 - Série Histórica dos estabelecimentos agropecuários na região sudeste.....	37
Gráfico 4 - Série Histórica estabelecimentos agropecuários por estado da região sudeste.....	38
Gráfico 5 - Condição do produtor censo 95/96.....	40
Gráfico 6 - Condição do produtor censo 2006.....	40
Gráfico 7 - Distribuição dos agricultores familiares e não familiares nos municípios analisados	47
Gráfico 8 - Montante disponibilizado pelo PRONAF x efetivamente contratado de 2006 a 2007	54
Gráfico 9 - Evolução dos financiamentos liberados pelo PRONAF	55
Gráfico 10 - Acesso ao financiamento do PRONAF em 2010	58
Gráfico 11 - Acesso ao financiamento do PRONAF em 2011	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAFESUL	Associação dos Cafeicultores de Campestre, Machado e Poço Fundo
AICSUL	Associação das Indústrias de Curtume do Rio Grande do Sul
APL	Arranjo Produtivo Local
APROVALE	Associação dos Produtores de Vinho do Vale dos Vinhedos
BACEN	Banco Central do Brasil
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CACAMINAS	Cooperativa Agropecuária de Campestre
CMDRSs	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOPAMA	Cooperativa Agrária de Machado
COOPFAM	Cooperativa dos Produtores Familiares de Poço Fundo
COOPFUNDO	Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo
CUP	Convenção da União de Paris
DO	Denominação de Origem
EIPO	Escritório de Propriedade Intelectual da Etiópia
EMATER/MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FOB	Frete on Board
GCEA	Grupo de Coordenação Estatísticas Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
IG	Indicação Geográfica
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual

IP	Indicação de Procedência
LSPA	Levantamento Sistemático de Produção Agrícola
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
OIC	Organização Internacional do Café
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição direta da Agricultura Familiar
PCPR	Projeto de Combate a Pobreza Rural
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira
SEAPA	Secretaria de Agricultura, Pecuária, e Abastecimento
SUASA	Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária
TRIPs	Trade – Related Aspects of Intellectual Property Rights
WIPO	World Intellectual Property Organization

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	21
1 - INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: CONVENÇÃO E REGULAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE NOVOS MERCADOS.....	21
1.1 DIMENSÕES	28
1.1.3 DIMENSÃO POLÍTICA-ORGANIZACIONAL	29
1.1.4 DIMENSÃO SIMBÓLICA	31
1.1.5 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	32
1.2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO AGREGADOR DE VALOR NA AGRICULTURA E FATOR DE APROXIMAÇÃO SOCIAL	33
1.3 CASOS DE INDICAÇÕES E ASSOCIAÇÕES NO BRASIL.....	35
1.4 CASOS DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA EM RELAÇÃO AO CAFÉ E AS MUDANÇAS LOCAIS E GLOBAIS	38
CAPITULO II	33
AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REALIDADE NACIONAL EM UM ENFOQUE LOCAL.....	33
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR EM MINAS GERAIS	41
2.2 A REALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE CAMPESTRE, MACHADO E POÇO FUNDO.....	45
2.3 A QUESTÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	47
2.4 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF E O SEU PAPEL COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	51
2.5 DIFERENÇAS NO ACESSO AO CRÉDITO DOS PRODUTORES QUE FORMAM A ACAFÉSUL.....	57
2.6 CAFEICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR	60
CAPÍTULO III	64
3 O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE CAFÉ EM MINAS GERAIS: PRIMEIROS PASSOS PARA A IG MONTANHAS DO SUL DE MINAS	64
3.1 – A QUESTÃO TERRITORIAL NA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA.....	68
3.2 – UM BREVE HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS FORMADORES DA ACAFESUL	74

3.3 - MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS: ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS.....	84
3.4 - FORMAÇÃO DA ACAFESUL E A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E DA TERRITORIALIDADE	90
3.5 DIFICULDADES A SEREM TRANSPOSTAS	100
3.5.1 FALTA DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES LOCAIS	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

INTRODUÇÃO

O termo Indicação Geográfica surgiu na Europa como forma de proteção para os agricultores de determinadas regiões que verificaram que seus produtos apresentavam diferentes características e qualidade em relação a outras regiões do mundo. Portanto, traz como conceito principal a “proteção dos produtos específicos de determinada região contra falsas indicações de procedência”. O primeiro acordo internacional de proteção às indicações geográficas foi a convenção de Paris (CUP), de 1883, assinada por 164 países, entre eles o Brasil. O Brasil foi também um dos doze países a aderir ao Acordo de Madri assinado em 1891 relativo à repressão às falsas indicações de procedência e é também signatário do acordo TRIPS, que é parte do acordo de Marrakesh no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), em vigor desde de 1995.

Embora esteja bem difundida nos países europeus, nos países em desenvolvimento esta modalidade de propriedade intelectual ainda é um processo relativamente recente para a maioria das pessoas. Assim, a implementação das IG e seus resultados irão depender, em grande parte, da forma como a região se apropria e explora essa oportunidade e também da capacidade de articulação dos atores locais, na capacidade de se associarem para uma busca de valorização do produto e da região de produção, levando-se em consideração as características, costumes e história local.

As iniciativas nacionais tiveram sua maior consolidação com a instituição oficial das IG, em 1996 (pela Lei nº 9.279), onde se visualizou os registros de algumas práticas de valorização, cita-se como exemplo o Vale dos Vinhedos, no sul do país; Café do Cerrado, em Minas Gerais e a Cachaça de Parati, no Rio de Janeiro.

Com as novas dinâmicas de mercado, exigindo cada vez mais qualidade e procedência dos produtos e principalmente dos produtos de gênero alimentícios, uma das formas encontradas pelos agricultores e principalmente os agricultores familiares foi a conquista de selos que justificassem a agregação de valores aos produtos e a forma mais apropriada para isso é através das Indicações Geográficas, neste sentido, há duas formas para que se

determinem estas indicações; através das Indicações de Procedência – IP e Denominação de Origem – DO.

O ato normativo nº 133, normaliza os artigos 176 a 179 da Lei nº 9279/96, quanto ao registro das indicações geográficas e traz como condições necessárias para o pedido de reconhecimento de um nome geográfico como indicação geográfica, que o mesmo deverá ser apresentado por sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, com legítimo interesse e estabelecida no respectivo território, como substituto processual da coletividade que tiver direito ao uso de tal nome geográfico.

Desta forma, pequenos produtores de três municípios na região do Sul de Minas, após um mapeamento realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e com o apoio de outros atores envolvidos formaram uma associação, e com o incentivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS está buscando através da modalidade de Indicação de Procedência – IP a aprovação do INPI para o café produzido nesta região.

A constituição desta associação tem como objetivo, padronizar a forma de cultivo e os tratamentos da cultura, agregando valor ao produto, de forma que, tragam maiores benefícios aos produtores no mercado interno e externo, estes, em sua maioria, como produtores ligados a agricultura familiar. Verificar a forma como se dá a participação destes atores na formação desta associação é de extrema importância para o sucesso e sustentação da mesma, uma vez que, a iniciativa ocorreu através de atores ligados à pesquisa da cultura cafeeira, mas que não estão envolvidos diretamente com a dinâmica da associação, portanto, é necessário avaliar como esta associação, que engloba três municípios e que apresentam realidades diferentes em relação à agricultura familiar está ocorrendo, principalmente no município de Machado onde a concentração de terra nos estabelecimentos não familiares é muito superior a de seus municípios vizinhos e associados nesta busca pela Indicação Geográfica.

OBJETIVO

Analisar a dinâmica socioeconômica da participação do agricultor familiar na formação de uma associação, com foco a criação e consolidação de uma indicação geográfica – IG para o café das “Montanhas do Sul de Minas”, como forma de agregar valor ao produto frente a um mercado consumidor cada vez mais exigente.

HIPÓTESE

1. As indicações geográficas são instrumentos que contribuem para o desenvolvimento de novas formas de organização territorial, permitindo identificar e valorizar os recursos territoriais, integrando novos desafios ao Desenvolvimento Territorial Sustentável (maior integração social).
2. A difusão e a adesão de uma IG não é um processo linear, mas sim uma imbricação de múltiplas experiências, atividades distintas e de aprendizagem coletiva. Pode passar por rupturas, transição, construção de novos territórios e apresentar riscos potenciais de concentração de renda ou de exclusão social. O papel da Associação é central para antecipar as evoluções indesejáveis ou propícias ao Desenvolvimento Territorial Sustentável.

METODOLOGIA

Os estudos, para a construção deste trabalho, foram realizados nos municípios de Campestre, Machado e Poço Fundo onde foi mapeado pela EMBRAPA-CAFÉ como área para uma produção de café com características especiais.

A modalidade de pesquisa adotada foi a qualitativa, com abordagem descritiva. A pesquisa qualitativa faz uso de dados descritivos obtidos pelo pesquisador no contato com a situação em estudo, enfatiza o processo realizado e leva em consideração a perspectiva dos participantes. Transforma em qualidade a questão a ser medida (em detrimento da quantidade) e para tal usa como recurso entrevistas e questionários (Guimarães, 2009).

Em um primeiro momento, em razão da necessidade de informações sobre a região do Sul de Minas, ainda mais sobre a produção do café, adotou-se o método do estudo de caso. Esse método é indicado para estudos em que se trabalha com um caso específico, que se considera típico ou ideal para explicar determinada situação. Ele permite tratar uma situação-problema com maior profundidade, possibilita maior integração de dados e é útil em fase inicial de investigação, quando se busca ampliar o conhecimento a respeito de determinado tema. O estudo de caso, quando qualitativo, “se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p.18).

Os procedimentos metodológicos foram combinados e realizados da seguinte forma:

1) Pesquisa bibliográfica:

Em sua primeira fase buscou-se embasamento e conhecimento através da leitura de livros, artigos, dissertações, teses etc. sobre assuntos envolvidos direta e indiretamente com o tema de estudo e metodologias do trabalho. Tais informações servem de apoio para as análises e discussões propostas.

2) Levantamento de informações secundárias:

A realidade dos três municípios do Sul de Minas envolvidos com a implantação da IG (tendo o autor como observador) é construída, primeiramente, com base em dados de censos agropecuários e demográficos, em publicações relativas à produção agrícola municipal e regional e em outros trabalhos existentes sobre a região e sobre o café. Os dados levantados são complementos relevantes na construção do levantamento histórico da região.

3) Levantamento de informações primárias:

Outras informações foram obtidas junto a órgãos governamentais (EMATER, Governo do Estado de MG, Ministério da Agricultura, INPI, EMBRAPA e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS), e órgãos não governamentais, como a Associação dos Cafeicultores de Campestre, Machado e Poço Fundo - ACAFESUL. Também algumas informações e materiais foram buscados junto à população

objeto de investigação e em jornais de circulação regional e nacional. Essas informações podem ser agrupadas da seguinte forma:

A. Dados complementares às estatísticas oficiais, como o número de produtores de café na região, seus respectivos nomes e localização, número de produtores associados à ASSOCIAÇÃO ACAFESUL, número de propriedades participantes etc.

B. Referências documentais sobre o café, fatos históricos, projetos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da região etc.

4) Observação participante:

O desenho de investigação participante e de investigação-ação tem origem na década de 60 na psicologia social francesa. Na América Latina foram influenciadas pelo pensamento problematizador da realidade social a partir de Paulo Freire (2003). Estas modalidades de investigação nascem com a finalidade de orientar para a solução de problemas concretos “como tentativa de promover o incremento de participação dos camponeses e grupos sociais mais relegados da sociedade nos processos sociais e sua integração no debate político. Temos que atentar para que a primeira consiste em um tipo de pesquisa estreitamente concebida e realizada junto com intervenções sociais orientadas para a resolução de um problema coletivo no qual se envolvem os investigadores e os participantes. Esses últimos devem ser representativos do processo que buscam transformar (Thiollent, 1987).

A investigação participante inclui pessoas leigas, representativas de situações a serem transformadas, de forma orgânica à produção de conhecimento sobre tais situações, sem necessariamente estar vinculada a uma ação direta (MINAYO & CRUZ, 1999, p. 65-80).

Esta técnica é importante pelo fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas.

A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

Como outras técnicas, no entanto, tal metodologia apresenta suas dificuldades e desvantagens. O pesquisador (ou observador) torna-se parte do contexto, podendo modificar e ser modificado por ele. Além disso, a proximidade do pesquisador em relação aos atores impede talvez que se visualize ou questione – de forma direta – determinadas situações, como alguém “de fora” o faria.

5) Realização de entrevistas não estruturadas:

As entrevistas não estruturadas são projetadas de forma a permitir que os envolvidos discutam questões de modo espontâneo, relevantes para o tema de estudo. As principais vantagens desse método residem no fato de fornecer uma compreensão geral do problema, auxiliar na identificação de conceitos e objetivos e fornecer condições para compreender os métodos para a resolução de problemas. A desvantagem das entrevistas não estruturadas é uma grande quantidade de informações fragmentadas ou superficiais, pouco ricas em detalhes (MINAYO, 2003).

Elas foram realizadas na forma de conversas informais (com pouca interferência do entrevistador/pesquisador) com técnicos e profissionais da EMBRAPA CAFÉ, com pesquisadores do projeto para obtenção da indicação geográfica, com gestores da ACAFESUL e com atores envolvidos com a história do café na região. Tais entrevistas, iniciadas em julho de 2010, foram realizadas em processo contínuo, assim como a observação participante, o acompanhamento do “projeto IG”.

No primeiro capítulo deste trabalho procuramos tratar do enfoque teórico sobre a questão geográfica e suas implicações econômicas e sociais. O território e suas especificidades é outro ponto de estudo neste capítulo.

A importância da agricultura familiar no estudo é vista no segundo capítulo, pois a formação deste território do café com indicação geográfica não poderia ser realizado se não fosse levado em consideração à formação histórica do mesmo onde há uma grande concentração de agricultores familiares.

O processo de constituição da associação é analisado no estudo de caso da ACAFESUL, bem como o processo de formação do território englobando os três municípios em Minas Gerais no terceiro capítulo.

CAPÍTULO I

1 - INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: CONVENÇÃO E REGULAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE NOVOS MERCADOS

O processo de qualificação ganha espaço frente a um modelo produtivista e ao comércio de commodities. Isto se dá por uma mudança no modelo baseado na quantidade, pelos aumentos de produtividade alcançados com as novas tecnologias que se pautam principalmente na utilização intensiva de insumos, para outro que procura valorizar aspectos qualitativos dos produtos. Desta forma, a qualidade se tornou um dos aspectos a serem alcançados no mercado para a valorização dos produtos.

Embora, existam produtos e regiões com condições de galgarem o registro de uma IG, a constituição de um mercado, que estabelece desde a definição das regras a uma valorização efetiva de suas qualidades, representa em um grande desafio para os países emergentes. Assim as experiências encontradas no mercado europeu não podem ser transferidas para os casos nacionais, pois deve-se considerar às características locais, para compreensão desse processo de qualificação.

Em nosso país a consolidação das IG tem início em 1996 (com a Lei nº 9.279), através dos primeiros registros para a valorização da origem, como o Vale dos Vinhedos, no sul do país, o Café do Cerrado, em Minas Gerais e a Cachaça de Parati, no Rio de Janeiro. (INPI, 2011)

Os exemplos citados acima constituem experiências singulares, em cada caso, são utilizados os mais variados tipos de recursos, como produtivos, culturais, ambientais e comerciais e outros que fazem parte da identidade de cada região. Além destes elementos as singularidades estão presentes também na forma como esses recursos são combinados na construção da qualidade e na valorização de seus produtos de acordo com a sua origem.

Para Rufino (2010), no processo de qualificação há uma perspectiva do mercado como uma construção social que se expressa pela constante tensão na definição de regras e valores (formais ou informais). Desta forma, o fator qualidade passa a ser não só um fator de disputa ou competição entre os

atores, mas também de acordos e de cooperação pela manutenção dos seus espaços no mercado, pois, no caso das IG, o reconhecimento representa o usufruto de uma exclusividade no mercado, outorgado e garantido pelo Estado. Porém, representa também recursos que são de domínio de uma coletividade, de uma região, aumentando a complexidade na gestão desses recursos locais. Há também os desafios postos quanto ao enfrentamento do próprio mercado.

No estudo de caso aqui tratado focaremos no mercado de café que possui uma grande distância entre os produtores e o consumidor final, além disso, ele é caracterizado pela alta concentração do comércio em poucas indústrias torrefadoras que operam no mundo e no Brasil. Dessa forma, a definição de critérios de qualidade passa a ter papel fundamental no processo de coordenação das cadeias e dos mercados, os quais são objetos de vários acordos e convenções para a definição desses critérios. Assim, são apontadas formas de estratégias de qualificação para a diferenciação dos produtos. A questão da qualidade tem dinâmicas diferenciadas na economia industrial para a perspectiva das ciências sociais, pois para esta, a qualidade aponta caminhos em que é um processo de construção social, levando-se em consideração fatores mais amplos que interferem na definição dos critérios e padrões de qualidade, como os políticos e sociais. (MAFRA, 2008)

Deste modo, a visão convencionalista evoca para o tratamento das questões um enfoque que pode ser encontrado no tratamento dado às externalidades, originadas pelo papel auto-reforçado das convenções, contextualizado historicamente no modelo dinâmico de aprendizagem organizacional ou, ainda, no estudo de formação de redes sociais, que dependem de interações entre os atores.

A corrente regulacionista, por seu turno, privilegia a noção de forma institucional com codificação das relações sociais de produção, reconhecendo a importância da compreensão das ações e da multiplicidade de dispositivos institucionais relacionados à formação de critérios de qualidade e regularidade nas mudanças que esses critérios mantêm com o mercado.

Essa corrente introduz no processo de construção de indicadores e atributos de qualidade a aceitação de regulamentos e normas que fazem a diferenciação, via certificação, selos e padronização, rotulagem e marcas específicas, interpretadas como estratégia de concorrência via construção de valores de confiança, de fidelidade e de

reputação associada aos mecanismos de coordenação de fatores e/ou recursos (locais ou regionais) para explicar essa possibilidade de compatibilização. (ARAÚJO, 2002)

Na corrente anglo-saxã, a qualidade é analisada tendo como centro o produto e o seu atendimento das necessidades e exigências do consumidor. Com um outro enfoque a matriz francesa trabalha com a ideia de qualidade partindo do pressuposto que o processo de qualificação passa por todas as fases do processo produtivo e também de comercialização e considera também que as exigências dos consumidores estão limitados pelas condições de produção e pela estrutura do mercado. Partindo-se desta perspectiva, a teoria das convenções fornece subsídios para a compreensão das disputas em torno do processo de qualificação e também de acordos efetuados na construção do mercado (MAFRA, 2008).

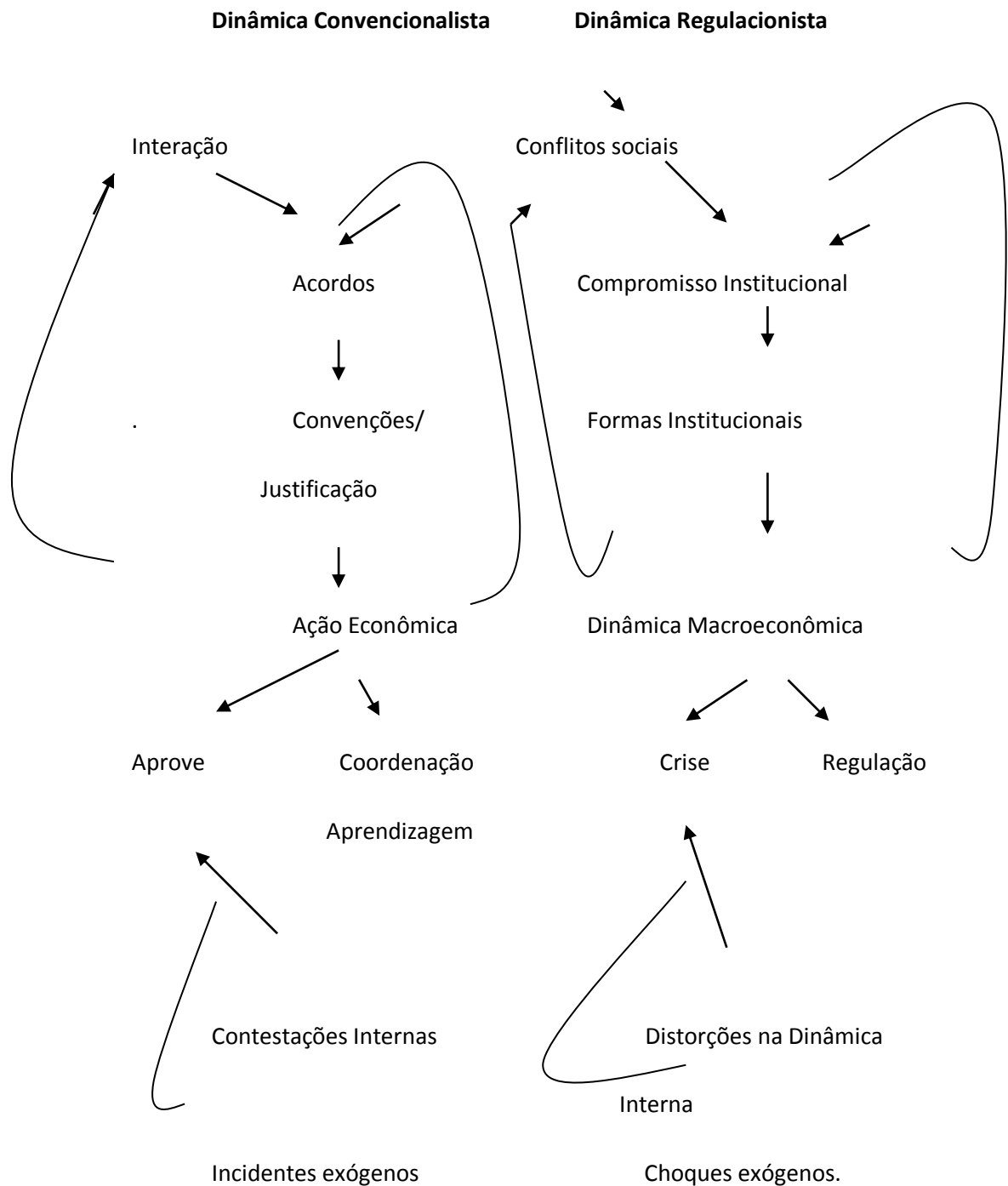
A perspectiva de convergência¹, situada entre a TR² e a EC³, insere-se na abordagem “holo-individualista da economia heterodoxa” e permite uma compreensão do “dinamismo da qualidade”, seja como especificidade do produto ou como padrão de conformidade, expressa nos traços engendrados por uma ação econômica elementar (EC) dos indivíduos, por exemplo, os estudos sobre a gênese dos rótulos de *appellation d’origine controlée*(AOC), por um lado, e as regulamentações coletivas versus direitos individuais (TR) por outro, em que as implicações sobre o mercado, seja interno ou externo, sujeitam-se ao surgimento e/ou modificação dos procedimentos regulatórios da qualidade, bem como entre instituições mobilizadas na ação econômica, a exemplo das organizações de produtores para definir a certificação do produto. (ARAÚJO, 2002)

Podemos observar melhor o que o autor traz para a discussão na ilustração do esquema apresentado logo abaixo sobre as dinâmicas da Teoria da Regulação e da Economia das Convenções.

¹ No esquema procurou-se demonstrar o efeito circular e de retroalimentação das ações e comportamento dos atores sob uma dinâmica microeconômica (EC) e macroeconômica (TR) de modo que os incidentes ou as contestações externas sejam pontos de partida, resultantes de interações ou conflitos sociais.

² TR – Teoria da Regulação

³ EC – Economia das Convenções



Uma adaptação do original de Touzard, (1995 : 4), Apud ARAÚJO, 2002

Em nossa pesquisa procuramos utilizar os enfoques teóricos de duas correntes contemporâneas das ciências sociais, a da matriz francesa, que trata da teoria das convenções e conseqüentemente traz a teoria da regulação nos

aspectos convergentes. Buscou-se também embasamento em outra matriz o da corrente norte-americana que por sua vez possui o seu foco no produto.

No caso da matriz francesa a mesma tem a vantagem de ser bem estruturada e ser passível de esquematização: nova economia institucional, economia das convenções e teoria da regulação. Enquanto a matriz francesa procura enfatizar aspectos das relações sociais na construção da qualidade, a segunda, de um aporte mais instrumental, sugere uma análise mais centrada no produto (MAFRA, 2008).

Para o nosso estudo importa analisar estas duas correntes, pois fornecem bases importantes como referência teórico-metodológica para analisar o estudo de caso, colocando em evidência tanto as relações sociais existentes como também as características do produto e as técnicas desenvolvidas para a coordenação no mercado.

As duas correntes estão envolvidas em uma perspectiva de construção de mercado, uma vez que se parte da compreensão de que os mercados não são situações estáticas e não acontecem de forma natural, mas constitui-se em arenas com embate entre os atores em uma constante transformação pelas ações humanas.

Entendemos que se devem analisar os dois enfoques na microeconomia representada pela Economia das Convenções de forma a analisar as relações dos cafeicultores da região estudada e na macroeconomia com a Teoria da Regulação, com base no que é estabelecido por outros atores, uma vez que os agricultores da região do Sul de Minas formadores das Associação ACAFESUL para a conquista da IG “Montanhas do Sul de Minas” estabeleceram entre os mesmos códigos de conduta para a busca do selo de qualidade e são acompanhados pelas entidades governamentais e não governamentais nesta busca. Outro ponto que se deve considerar é sobre a nova formação deste território e as implicações que a geração deste novo mercado trará para a região onde está sendo implantado.

Neste sentido, procurou-se construir como metodologia de estudo de caso que permitisse analisar, em maior profundidade, a realidade específica da localidade sem que se deixe de situá-la num contexto mais amplo, no qual vêm

se consolidando as iniciativas de IG. Outros exemplos aqui apontados servem de referência para as análises e observações do caso em estudo.

Invocamos a Teoria das Convenções, pois parece bastante pertinente para oferecer um respaldo sobre a visão das IG, ainda mais que não há uma institucionalidade bem delimitada e consensualizada pelos atores envolvidos. É um processo que está em construção, por isso, procurou-se adequar as análises a partir da perspectiva das convenções, para tentar captar as diversas faces de um processo que vem sendo difundido por vários países, mas que encontra realidades bem distintas, assim como nos setores produtivos pelos quais vem sendo implementados. Ou seja, as características de mercado de cada produto fazem com que as IG sejam implementadas com sentidos próprios, no esforço de valorizar suas peculiaridades ligadas à sua origem, as quais podem estar associadas a fatores ambientais como também sociais.

Além disso, é importante contextualizar essa apropriação frente à lógica setorial do mercado. Em cada produto poderá haver uma perspectiva diferente na utilização das IGs, dependendo das condições de mercado. Nessa pesquisa, verificou-se que o mercado do café apresenta características bem distintas das de outros mercados, pois tem o predomínio do comércio de padrão tipo commodity e, para o qual, até há bem pouco tempo, havia pouco espaço para a diferenciação dos produtos, principalmente no Brasil.

Dessa maneira, esta proposta de estudo justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de a agricultura ser uma atividade econômica tradicional e extensamente distribuída em Minas Gerais, que é o maior estado produtor do Brasil, respondendo por cerca de 50% da produção nacional de café e por 2/3 da produção total de café Arábica. Atualmente, adaptando-se a diferentes características edafoclimáticas, a produção de café está localizada em vasta extensão territorial do estado, que, normalmente, para diversas finalidades estatísticas, analíticas e publicitárias, é dividido em quatro grandes regiões produtoras, a saber: Zona da Mata, Sul, Cerrado e Chapada de Minas.

As regiões Sul e Zona da Mata, por suas características de relevo muito acidentado e, em decorrência, por suas semelhanças tecnológicas na condução da lavoura cafeeira, podem ser agrupadas sob a denominação de

Região de Montanha. Essa região, que, no conjunto, responde por cerca de 70% da produção de café de Minas Gerais em mais de 220 municípios produtores, tem várias particularidades que a distinguem das regiões do Cerrado e da Chapada de Minas, destacando-se a elevada densidade do trabalho nas operações de cultivo devido à impossibilidade topográfica de desenvolver uma agricultura mais mecanizada e poupadora de mão de obra.

Além das vulnerabilidades naturais dos sistemas de produção de café predominantes na Região de Montanha de Minas Gerais, adicione-se sua maior sensibilidade às incertezas de mercado, causada, sobretudo, pela reduzida escala de produção predominante na cafeicultura regional e pelas complexidades envolvidas na observância das legislações ambiental e trabalhista. As dificuldades enfrentadas pela cafeicultura de montanha tomam uma dimensão ainda maior quando se observa a importância social e econômica do café na região como fundamental gerador de emprego e de renda. O desenvolvimento dos municípios dessa região é fortemente dependente do desempenho da atividade cafeeira, uma vez que, segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), o café representa cerca de 55% do valor total da produção agrícola e cerca de 96% de todas as atividades de agricultura das lavouras permanentes da região.

Vale lembrar que as regiões montanhosas e de topografia irregular, tais como o Sul de Minas e a Zona da Mata, apresentam peculiaridades que trazem desafios adicionais ao avanço socioeconômico sustentável e, por isso mesmo, não raro, apresentam atraso comparativo no seu desenvolvimento regional. Para Rufino (2010) a União Europeia, por exemplo, reconhecendo a vulnerabilidade de suas áreas de montanha, privilegia ações de apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para regiões consideradas como “Zonas com Desvantagens Geográficas e Naturais”, reforçando, assim, a sua coesão econômica e social por meio da correção dos desequilíbrios regionais. Resumidamente, o FEDER concentra a sua intervenção na modernização e diversificação das estruturas econômicas, bem como na salvaguarda ou na criação de emprego duradouro.

O primeiro passo para um apoio mais direcionado para essas regiões é conhecer suas dificuldades e potencialidades, e a importância dos diversos parâmetros associados ao seu desenvolvimento. Todas as ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável da região passam pelo correto, e mais completo possível, diagnóstico das características setorial/regionais. A partir dessa caracterização, é possível elaborar políticas e ações de geração de renda, emprego e bem-estar social com base em adequados processos de inovação tecnológica e de sustentabilidade econômica, social e ambiental adaptados às condições naturais específicas da região.

Ao caracterizar-se a cafeicultura da Região de Montanha de Minas Gerais, busca-se mostrar o conjunto de elementos (naturais, sociais, econômicos e ambientais) que distinguem a sua produção de café, desenhando um quadro de especificidades que devem ser consideradas na formulação de políticas e ações para esse importante segmento produtivo.

Para o setor público, a caracterização possibilitará a construção de políticas especialmente orientadas, maximizando os resultados colimados. Para os agentes privados, principalmente cafeicultores e suas entidades representativas, a caracterização fornecerá sólidos indicadores técnicos para direcionar propostas de ação corretamente fundamentadas.

Além disso, o conhecimento mais detalhado da cafeicultura de montanha proporciona bases para a assistência técnica ajustada às reais necessidades, bem como para estudos e pesquisas multidisciplinares a serem desenvolvidas pelas instituições participantes do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café. Nesse caso, o mapeamento da cafeicultura mineira de montanha proporciona um ponto de partida para pesquisas relacionadas à geração de inovações produtivas, gerenciais e organizacionais compatíveis com as condições geográficas e naturais características dessa região.

1.1 DIMENSÕES

Para Albagli (2004; p. 36) o território e a territorialidade podem ser vistos a partir de, pelo menos, quatro pontos de vista distintos e inter-relacionados:

físico, político/organizacional, simbólico/cultural e econômico. A dinâmica territorial resulta das interações entre essas várias dimensões.

1.1.2 DIMENSÃO FÍSICA

Cada território tem uma localização particular na Terra e é constituído por um conjunto de lugares que apresentam características e propriedades físicas específicas, sejam elas ditas “naturais”, tais como clima, solo, relevo, vegetação, sejam resultantes dos usos e práticas territoriais por parte dos grupos sociais. A dimensão física do território corresponde à sua materialidade, a partir da qual são descritas as configurações territoriais.

Os elementos naturais de um dado território são transformados em potencialidades, na medida em que a sociedade percebe sua importância como recurso e, eventualmente, os integra a suas práticas territoriais. Tais práticas podem ser predatórias desses recursos e degradantes da qualidade ambiental; ou sustentáveis do ponto de vista da conservação e do equilíbrio do meio ambiente local.

A geografia, ao constituir-se como campo específico do conhecimento científico, no século XIX, dirigiu seu foco centralmente para os elementos da natureza física – a geologia, o relevo, o terreno, a vegetação e o clima. Tais fatores eram tidos como os elementos fundamentais de diferenciação dos territórios e como os condicionantes básicos da ação humana, acreditando-se que essa seria regida pelas mesmas leis que regem a natureza em geral. O conceito de território foi desse modo, inicialmente marcado pelo desígnio do determinismo ambiental e geográfico.

1.1.3 DIMENSÃO POLÍTICA-ORGANIZACIONAL

O sistema político comporta duas dimensões: os conflitos e as alianças entre grupos socialmente distintos e a competição e cooperação entre grupos espacialmente diferenciados.⁴ O domínio do espaço, tornado território, é uma fonte fundamental de poder social – “toda luta para reconstituir relações de

⁴ Castro, 1995.

poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas”.⁵ “A espacialidade não é, portanto, um reflexo passivo da ação social, mas sim uma estrutura ativa”⁶, “repositório de contradições e conflitos, um campo da luta e estratégia política”.⁷

O ator ou grupo social, ao apropriar-se de um território, decide por um conjunto de intervenções cuja natureza está relacionada às suas concepções éticas, às suas opções políticas e ao seu nível tecnológico. Tais intervenções projetam-se espacialmente em modos de estruturação, organização, subdivisão e gestão de território, envolvendo um conjunto de ações, nos planos material e imaterial, cujo resultado é a produção de um território dotado, no tempo, de certa estabilidade e unicidade.

A nomeação de determinada área traz em si uma apropriação por parte dos atores envolvidos, para Albagli (2004) a nomeação do território constitui uma das primeiras marcas de apropriação e de identidade territorial, pois identifica o território e transmite sua existência a outros, fazendo referência a uma porção precisa da superfície terrestre e dando ao “exterior” uma visão unitária, global, daquele espaço geográfico.

A organização territorial traduz-se em fluxos de informação, conhecimento e decisões que engendram, por sua vez, fluxos de produtos, dinheiro, pessoas e energia, por meio de redes. A organização do território traduz os tipos de interação e de relação entre os diferentes atores – locais e externos – e entre os diversos subespaços que o compõem, podendo caracterizar-se por diferentes níveis de hierarquia, dominação, reciprocidade e complementaridade. (ALBAGLI, 2004)

Trazer a discussão de território e territorialidade importa na questão de formação da Associação ACAFESUL, pois, a mesma não foi uma iniciativa de pequenos agricultores ligados a região de implantação da Indicação Geográfica e sim de atores externos ligados ao governo na busca de qualificação do produto local o café, ou seja, trata-se de uma iniciativa que começa de cima para baixo e geralmente as experiências onde não há uma iniciativa por parte

⁵ Harvey, 1993, p. 217.

⁶ Albagli, 2004

⁷ Soja, 1989, p.37.

dos beneficiados demanda um pouco mais de comprometimento dos atores externos para a manutenção das ações e do próprio grupo.

1.1.4 DIMENSÃO SIMBÓLICA

O território é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidades. As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se e materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns aos atores sociais e cristalizando uma identidade territorial. “Os lugares, os trajetos, os territórios apresentam-se impregnados da consciência, da intencionalidade humana, da identidade.”⁸ Desse modo, nossas representações e práticas cotidianas “se enraízam, se territorializam num húmus que é fator de sociabilidade. É nesse sentido que podemos falar de ‘encarnação’ da sociabilidade que necessita de um solo para se enraizar”.⁹

Ao se formar uma identidade coletiva vinculada a um território, definem-se as relações com os outros, formando imagens dos amigos e inimigos, dos rivais e aliados. A dimensão cultural atua aqui justamente como “um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço”¹⁰, marcando uma certa idéia de diferença ou de distinção entre comunidades. Essa faceta simbólica do território pode expressar-se também em reivindicações territoriais da comunidade ou grupo social.

A dimensão simbólica do território confunde-se com sua dimensão cultural. Cultura é um atributo humano que nos distingue dos demais seres vivos. Atualmente, refutam-se as percepções correntes até princípios do século XX de que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural (determinismo geográfico) e/ou de que as diferenças genéticas definem as diferenças culturais (determinismo biológico).

⁸ Sénécal, 1992,p.28.

⁹ Maffesoli, 1984,p.54.

¹⁰ Sénécal, 1992

1.1.5 DIMENSÃO ECONÔMICA

A dimensão econômica está tão presente no território quanto a questão está presente na questão econômica.

O território apresenta capacidade diferenciada para oferecer competitividade aos empreendimentos e rentabilidade aos investimentos, traduzindo assim distintas vantagens de localização produtiva. Existe uma divisão territorial do trabalho e do processo de acumulação de capital que se traduz na hierarquização de lugares e regiões. Tal divisão sócio espacial do trabalho é hoje fortemente determinada pela capacidade de cada território de gerar ou de absorver inovações, bem como pela sua maior ou menor disponibilidade de infraestrutura e de mão-de-obra adequadas à localização dos segmentos econômicos intensivos em conhecimento.

No pensamento econômico, uma das primeiras abordagens territoriais foi realizada nos trabalhos do economista inglês Alfred Marshall. Ele cunhou, em fins do século XIX, o termo distrito industrial para referir-se à concentração geográfica de pequenas firmas dedicadas à manufatura de produtos específicos, como os têxteis. Marshall verificara que, em aglomerações desse tipo, as limitações de economias de escala eram contrabalançadas pela redução dos custos de transação e a obtenção de economias externas, levando a maior eficiência e competitividade das pequenas empresas ali localizadas. (ALBAGLI 2004)

Embora sem referir-se explicitamente ao conceito de territorialidade, essas novas abordagens, em sua maioria, salientam a importância da proximidade territorial para promover interações locais e o compartilhamento de valores e normas informais como fator de dinamismo, de diferenciação e de valorização econômica dos territórios e de aglomerações produtivas. Do mesmo modo, valoriza-se a ideia de capital social, entendido como o conjunto

de instituições, normas e costumes locais conducentes a relações de solidariedade, confiança e cooperação.¹¹

O território é visto, então, como ambiente de interação e de inovação sistêmica e de aprendizado coletivo. “O chamado ‘conhecimento coletivo’ relacionado à proximidade territorial tende a conduzir o comportamento de uma região em relação a ‘como fazer a coisas’.”¹²

1.2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO AGREGADOR DE VALOR NA AGRICULTURA E FATOR DE APROXIMAÇÃO SOCIAL

A chamada *Indicação Geográfica* foi criada como forma de proteção para os produtores de determinadas regiões na Europa onde as culturas e os produtos apresentavam determinadas características, sendo elas por propriedades do solo ou mesmo o próprio manejo dos agricultores que se diferenciavam de outros locais do continente e do mundo. Embora esteja presente um conceito capitalista em relação à propriedade e agregação de valores, a IG trouxe também uma capacidade de aproximar agricultores de várias camadas, mas principalmente os agricultores familiares, pois constituem a maior parcela dos estabelecimentos rurais e também os que mais encontram dificuldades na manutenção de suas propriedades. Estes atores possuem uma menor parcela de terras para a sua produção, porém apresentam maior eficiência em relação à produtividade, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário. A dinâmica de aproximação entre o grande, médio e pequeno produtor, na implantação da IG no Sul de Minas Gerais, sofreu uma interferência de outros atores ligados à produção cafeeira na região e por isso torna-se importante um estudo sobre a autonomia da Associação criada para a conquista do selo de indicação, uma vez que, a iniciativa não partiu dos principais interessados e sim de políticas governamentais e de órgãos ligados ao setor.

A produção em larga escala, característica do modelo industrial e também capitalista tomou conta das grandes propriedades levando para o

¹¹ Albagli e Maciel, 2003.

¹² Vargas, 2002.

campo o modelo das grandes indústrias focado na produtividade com baixos custos, com a mecanização das colheitas no lugar da mão de obra assalariada precarizando o mercado de trabalho formal.

Na contramão desta política capitalista com a monopolização dos modos de produção como alertou, Marx, em seu livro “O Capital”, de (1867), o diferencial das regiões que estão conquistando as IG está no saber fazer individual e coletivo nas comunidades, elevando o potencial para o desenvolvimento territorial local.

Para os agricultores familiares é uma forma a mais de se inserirem em um mercado até então fechado para os grandes produtores conseguindo escoar as suas produções para outros países, tendo como ferramenta para negociação um produto com características exclusivas assegurados pelo saber fazer local, pela qualidade dos produtos e tendo como assegurador destas características a modalidade de propriedade intelectual denominada de Indicação Geográfica.

Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI, não há uma definição de *Indicação Geográfica*, o que se tem são apenas as espécies, de modo que não há uma hierarquia legal entre elas sendo possibilidades paralelas à escolha dos produtores ou prestadores de serviços que planejam buscar esta modalidade de proteção, atendidos os requisitos da lei e de sua regulamentação.

Pode-se conceituar Indicação Geográfica como a identificação de um produto ou serviço como originário de um local, região ou país, quando determinada reputação, característica e ou qualidade possam ser vinculadas essencialmente a esta sua origem particular. Resumindo é uma garantia quanto à origem de um produto e ou suas qualidades e características regionais.

As espécies, segundo o próprio INPI define, através da resolução 075 de 28 de novembro de 2000 são: *Indicação de Procedência – IP* e *Denominação de Origem – DO*. A primeira é caracterizada por ser o nome geográfico conhecido pela produção, extração ou fabricação de determinado produto, ou pela prestação de dado serviço. De forma a possibilitar a agregação de valor

quando indicada a sua origem, independente de outras características. A mesma protegerá a relação entre o produto ou serviço e sua reputação, em razão de sua origem geográfica específica, condição esta que deverá ser, indispensavelmente, preexistente ao pedido de registro. Desta forma, os produtores ou prestadores, através de sua entidade representativa, deverão fazer prova desta reputação ao pleitear o reconhecimento junto ao INPI a Indicação de Procedência, juntando documentos hábeis para tanto, neste processo são parceiros da Associação dos Cafeicultores de Campestre, Machado e Poço Fundo – Sul de Minas ACAFESUL a EMATER e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que estão providenciando as documentações necessárias para a busca do selo de qualidade para a região.

Já a Denominação de Origem – DO cuida do nome geográfico “que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos”. Em suma, a origem geográfica deve afetar o resultado final do produto ou a prestação de serviço, de forma identificável e mensurável, o que será objeto de prova quando formulado um pedido de registro enquadrado nesta espécie ante ao INPI, através de estudos técnicos e científicos, constituindo-se em uma prova mais complexa do que a exigida para as Indicações de Procedência.

1.3 CASOS DE INDICAÇÕES E ASSOCIAÇÕES NO BRASIL

No Brasil, é maior o número de pedidos de Indicações de Procedência já que a Denominação de Origem requer estudos mais aprofundados sobre as características dos locais propriamente ditos. Possuímos algumas DO registradas: o *arroz do litoral norte gaúcho*, no Rio Grande do Sul, *camarões da costa negra no Ceará*, e mais recentemente as das regiões das Pedras Carijós, Pedra Madeira e Pedra Cinza no Rio de Janeiro. (INPI, 2012)

Fazemos referência a estas indicações como forma de remeter as organizações em suas variadas formas na busca pelo reconhecimento das características específicas de cada região e território e desta forma a

organização dos produtores através da busca de valorização e proteção do saber fazer local ou mesmo das características regionais.

A proteção e a valorização dos produtos locais não é uma preocupação recente, mas desde que o mundo se globalizou as formas de comércio tomaram outras dinâmicas e as legislações também precisaram passar por reformulações. Esta preocupação com a proteção das produções locais atingiu também a agricultura. Tornou-se necessário uma proteção jurídica, adequada e eficaz. Desta forma o primeiro acordo internacional de proteção às indicações geográficas foi a Convenção de Paris (CUP), de 1883 e assinada por 164 países, entre eles o Brasil, o país também aderiu ao Acordo de Madri assinado em 1891 relativo às falsas indicações de procedência e foi também signatário do Acordo TRIPS, que é parte do Acordo de Marrakesh no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC, em vigor desde 1995. No Despacho nº 09/GM/96, seção 3, artigo 22 que institui a OMC podemos verificar a importância que é dada a *Indicação Geográfica*, pois, segundo o mesmo artigo, com relação às indicações geográficas, os membros estabelecerão os meios legais para que as partes interessadas possam impedir a utilização de qualquer meio que, na designação ou apresentação do produto, indique ou sugira que o produto em questão provém de uma área geográfica distinta do verdadeiro lugar de origem, de uma maneira que induza o público a erro quanto à origem geográfica do produto.

Embora os tratados datem de 1995, no Brasil o primeiro registro foi protocolado apenas em 2002, através da Indicação de Procedência dos “Vales dos Vinhedos” que guarda uma história rica em relação ao processo de implantação e desenvolvimento de sua associação e conseqüentemente a conquista do seu selo de Indicação Geográfica.

O Vale dos Vinhedos nasceu com a chegada dos imigrantes italianos à Serra Gaúcha, em meados de 1875. A uva foi trazida não só na mala, mas nos corações: ela era o gostinho da Itália, um pouquinho da alma de cada família, um alimento rico para aguentar a jornada do dia. Um a um os vinhedos foram surgindo. Vinícolas foram construídas, as famílias foram aumentando e a história do vinho brasileiro acontecendo. Mais do que um alimento, o vinho se tornou negócio, se qualificou e se espalhou pelo Brasil e Exterior. Foi este trabalho que fez o

vinho do Vale dos Vinhedos ficar conhecido e motivou o seu aprimoramento a cada dia. É esta identidade e paixão que a Indicação Geográfica quer valorizar e proteger. (APROVALE, 2010)

Ainda sobre a IG do Vale dos Vinhedos, pode-se observar alguns benefícios trazidas pela implantação da mesma como a conquista de notoriedade e prestígio do vinho fabricado na Serra Gaúcha. Em termos da sociedade local a comunidade toda se beneficiou com a implantação da IG através do reconhecimento das especificidades locais atraindo ainda mais turistas para região.

Tomando por base este registro até as datas atuais são poucos os pedidos junto ao INPI, como se pode observar nos quadros em anexo disponibilizados pelo próprio Instituto.

As IG privilegiam não só estados considerados mais ricos, mas também, há estados em regiões consideradas mais carentes que começam a se beneficiar com esta modalidade de propriedade intelectual, como é o caso do artesanato em capim dourado, no estado do Tocantins em uma região que apresenta pouca infraestrutura, casas de estuque, chão de barro e população simples. A realidade de Mumbuca, uma comunidade de descendência quilombola próxima ao município de Mateiros, no estado do Tocantins, não é das melhores. Contudo, em meio às dificuldades, o artesanato em capim dourado, usado para fazer bolsas, fruteiras, porta-joias e outras peças, se tornou alternativa de sustento para a população local. Por isso, o governo de Tocantins decidiu estimular a organização da Indicação Geográfica para esse artesanato. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2008), os artesãos de Jalapão organizaram os inúmeros municípios da região em uma sociedade única representando o artesanato produzido com capim dourado, apresentando ao INPI o pedido da indicação geográfica para análise.

Por ser uma região extremamente carente, a Fundação Cultural do Tocantins, organizou e deu toda orientação e apoio técnico necessário às associações de artesãos para identificar o artesanato em capim dourado como originário do Jalapão/Tocantins.

A IG desse produto representa mais do que uma proteção. É uma oportunidade de ajudar a população carente a proteger uma atividade que lhe permita alcançar um desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, fruto da materialização de suas tradições e de seus produtos artesanais, valorizando o saber fazer local.

Além da sua contribuição econômica e social, podemos observar também que a Indicação Geográfica contribui para a defesa de produtos que são considerados patrimônio da humanidade como é o caso do queijo minas artesanal, pois, são considerados patrimônios imateriais do Brasil. Mas, para buscar novos mercados, eles buscaram a IG como forma de agregar valor e reconhecimento legal ao produto.

Tendo em vista a importância que vem adquirindo da Indicação Geográfica no contexto econômico, social e desenvolvimentista do país, principalmente dentro de um país cuja suas fronteiras são em primazia agrícolas dadas a devida importância desta modalidade de propriedade intelectual devemos nos atentar para que a sua dinâmica atenda a todas as classes de produtores não só os mais abastados, mas também os que apresentam menores condições. Para o SEBRAE ao que tudo mostra esta modalidade tem grande capacidade de corrigir estas distorções sociais no meio rural aproximando regiões mais abastadas a regiões menos favorecidas como podemos observar nos casos dos produtores de vinhos espumantes de Pinto Bandeira, no Rio Grande do Sul, aos produtores artesanais do Capim Dourado, na região do Tocantins.

1.4 CASOS DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA EM RELAÇÃO AO CAFÉ E AS MUDANÇAS LOCAIS E GLOBAIS

No caso do café, o segundo registro nacional, junto ao INPI foi o da região do Cerrado Mineiro que possui 4.500 produtores, segundo o Conselho de Cafeicultores do Cerrado – CACCER, com uma área de cultivo de 170.000ha e é formada por 55 municípios, que conquistou uma Indicação de Procedência e agora empreende esforços para a conquista da Denominação

de Origem o que vem mudando também a forma como as pessoas olhavam para o campo, mesmo os próprios agricultores.

Em relação às regulamentações estaduais, as regiões delimitadas nos estados não têm validade alguma no restante do país. Segundo a Lei de Propriedade Intelectual e das IG, não há competência residual para os estados, cabendo apenas à União a sua regulamentação.

Embora os estados possam implementar regulamentações a respeito das IG, elas só terão validade no âmbito estadual e não são consideradas válidas para outros estados ou países. Ou seja, as IG estaduais poderão ter sua validade reconhecida em seu território, mas, quando são destinadas para outros estados ou para o mercado externo, terão apenas um valor simbólico, não tendo validade jurídica reconhecida pelos países signatários dos acordos internacionais. Mesmo assim, vários estados (como Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, por exemplo) estão avançando em suas regulamentações sobre as IG.

Inspirados em algumas experiências de sucesso no mercado internacional do café, como Colômbia, Jamaica, Guatemala e alguns países da África, cujos cafés alcançaram preços elevados (se comparados ao café comercial tipo commodities) por estarem associados a um nome geográfico de reputação, agregando-lhes atributos com qualidades diferenciadas, tanto na qualidade do produto final como no processo de produção, alguns cafeicultores se sentiram estimulados com a ideia e iniciaram um processo de reconhecimento da origem do café brasileiro, em suas diversas regiões produtoras.

Em Minas Gerais e em São Paulo, foram delimitadas algumas regiões para a IG de seus cafés. Particularmente em Minas, houve uma intensa participação dos produtores da região do Cerrado, o que contribuiu para o significativo avanço da regulamentação estadual da delimitação geográfica.

Em meados da década de 1990, ganhou corpo uma iniciativa segundo a qual os cafeicultores passaram a se mobilizar para o reconhecimento da IG das regiões de Minas. Inicialmente, houve uma articulação entre o Estado e

representações de cafeicultores para a definição e a demarcação das regiões que agregassem diferentes tipos de atributo ao produto.

Em 1996, foi lançado o Programa Mineiro de Incentivo à Certificação de Origem do Café (Certicafé)¹³. Por meio dele, foram demarcadas cinco regiões que produzem café em condições específicas e que produzem bebidas com características também diferenciadas, ou seja, Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Sul de Minas, Cerrado e Zona da Mata. No entanto, nem todas as regiões tiveram o mesmo resultado na obtenção do reconhecimento, pelo mercado, das características específicas do café, bem como na organização para o estabelecimento e a obtenção dos Standards mínimos para tal reconhecimento.

Depois do passo inicial criando o decreto que instituiu oficialmente as regiões produtoras de café em MG e com o sucesso de algumas experiências, como a observada com o café do Cerrado, o governo estadual investiu novamente numa proposta de certificação da origem do café. Elaborando planos para que as entidades de Assistência pudessem se aproximar dos produtores nas regiões mapeadas realizando o trabalho para a consecução de novos selos de origem como está ocorrendo no caso do Sul de Minas com a busca da IG “Café das Montanhas do Sul de Minas”.

Há exemplos de que a IG também tem alterado a dinâmica de exploração de países desenvolvidos em relação aos países mais pobres como é o caso de duas histórias da indicação geográfica do café em relação à Etiópia e a Colômbia.

Segundo o Escritório de Propriedade Intelectual da Etiópia - EIPO o café é a segunda commodity mais negociada no mundo depois do petróleo. Ao todo é consumido mais de 400 bilhões de xícaras por ano. Para os varejistas dos países ricos, o café significa que os consumidores estão dispostos a pagar US\$ 4 por um cappuccino. Já para os produtores em países em desenvolvimento, isso significa que trabalham duro para ganhar menos de um dólar por dia. Nesse sentido produtores e governos locais vem buscando junto

¹³ CERTIFCAFÉ – Instituído pelo Decreto nº 38.556 de 17 de dezembro de 1996.

aos órgãos de proteção agregar valor aos seus produtos para diminuir esta lacuna. (EIPO, 2011)

No caso do café produzido pela Etiópia o mesmo somente conseguiu a introdução do seu produto no mercado Norte Americano, após uma mudança na estratégia de registro, pois inicialmente os esforços empreendidos por um consórcio formado por representantes de cooperativas de agricultores, exportadores de café e órgãos do governo focou-se no sentido de alcançar maior reconhecimento das qualidades distintivas dos cafés produzidos na região como marcas e ao mesmo tempo proteger a propriedade da Etiópia dos nomes de modo a impedir a sua utilização abusiva.

Porém, os esforços foram no sentido de proteção da marca dos cafés finos e não na proteção e reconhecimento das áreas produtoras. Desta forma encontraram algumas resistências dentro do território Norte Americano.

Starbucks, que foi amplamente difundida nos meios de comunicação por ter sido uma força motriz por trás da oposição, ofereceu publicamente para ajudar o EIPO na criação de um sistema nacional de marcas de certificação para permitir que os agricultores protegessem e comercializassem seu café como "robusto" indicações geográficas. "Esses sistemas são muito mais eficazes no registro de marcas para termos descritivos geograficamente, o que é realmente contrária à lei de marcas em geral e os costumes", disse a empresa em comunicado. Mas o Escritório de Propriedade Intelectual da Etiópia - EIPO e seus assessores discordaram. As designações, segundo eles, não se referiam a localizações geográficas, mas para tipos de café distintos. Além disso, ferramentas adequadas de propriedade intelectual tiveram de ser escolhidas para atender às necessidades e situações específicas. "Você tem que entender a situação na Etiópia", disse Mengistie. "Nosso café é cultivado em quatro milhões de parcelas muito pequenas de terra. Criação de um sistema de certificação teria sido impraticável e muito caro. Trademarking era mais adequado às nossas necessidades. Era uma rota mais direta oferecendo mais controle."

www.wipo.int/wipo_magazine/en/2007/05/article_0001.html
(acessado em 2012)

O café é o responsável por empregar cerca de 15 milhões de pessoas na Etiópia e também gera 60% da riqueza do país, segundo informações da própria EIPO. No caso citado a organização americana Starbucks, embora inicialmente tenha sido uma das principais opositoras ao depósito das marcas,

também foi a principal apoiadora para a colocação do produto e reconhecimento do mesmo no mercado americano. Tendo em vista que a Etiópia é um dos países que não assinou o tratado de Madri, desta forma encontrando fortes barreiras para o registro de seus produtos junto a outros países. Com isso, hoje o café que antes era comercializado a um valor de US\$ 0,60 saltou para US\$ 2,00 gerando mais riquezas para as regiões produtoras.

Harrar uma das regiões que foram beneficiadas com o reconhecimento da IG, esta localizada no alto das montanhas do leste da Etiópia, acima do Golfo de Adem e é a casa do grão de café clássico longberry mocha. As plantações são encontradas em altitudes excepcionais de 2000m a 2750m acima do nível do mar e a colheita é feita por colhedores grão a grão o que garante o sabor diferenciado deste produto e também o emprego da maioria da população desta região.

Figura 1- Mapa da Região da IG do Café Etíope e o Selo do Café Etíope



Fonte: Escritório de Propriedade Intelectual da Etiópia - EIPO

Na Colômbia a história do café está ligada diretamente a história do país da mesma forma que o Brasil. Há no país cerca de 560.000 pequenos produtores de café e durante o ano de 1950 o preço do café colombiano exportado para os Estados Unidos teve uma queda acentuada de US\$ 0,85 a 0,45 por libra, devido a uma oferta excessiva do produto no mercado mundial. Neste mesmo período o mercado foi dominado pelas torrefadoras de café, que misturam grãos de várias origens não especificadas em seus produtos, a fim de dar flexibilidade e maximizar as suas margens de lucro. Neste período apenas

4% dos consumidores americanos sabiam que a bebida era originária da Colômbia. Como estratégia a Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia (FNC) contratou uma empresa americana para desenvolver uma cara para o café colombiano de forma que o mesmo passasse a ser visto pelos americanos como produto de qualidade e literalmente deu um rosto ao produto do país com o personagem *Juan Valdez*[®], representando o arquetípico cafeicultor colombiano.

Os comerciais de televisão mostrados na América do Norte na década de 1960 caracterizou Juan Valdez nos campos de café com sua mula fiel, cuidadosa seleção e escolha a dedo dos grãos mais maduros.

www.wipo.int/wipomagazine/en/2007/05/article_0001.html
(acessado em 18/02/2012).

Assim os consumidores americanos associaram ao café colombiano uma qualidade no trato com a cultura, garantindo um sabor diferenciado e respeito ao consumidor em relação ao produto exportado. Segundo o presidente da FNC a conquista da Indicação Geográfica “*Café de Colômbia*” garantiu aos produtores colombianos um ganho real em termos de valor agregado ao produto e também um reconhecimento da territorialidade e também do saber fazer local.

Figura 2 - Selo IG Café de Colombia



Fonte: World Intellectual Properties Organizations - WIPO

Comparando os processos de criações das indicações geográficas criadas em nosso país e as que são criadas em outros países, principalmente os ligados a região da união europeia podemos observar que o Brasil, embora tenha grande potencial caminha a passos lentos em relação a estas outras nações. Portanto, há de se atentar para políticas incentivadoras, bem como

iniciativas não só no setor público, mas também no setor privado para que haja uma aceleração nos processos de criação e implantação das Indicações Geográficas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA apresentou em seu sítio na internet em 2010 uma lista de produtos que podem vir a se tornar novas indicações geográficas conforme é apontado abaixo:

- Queijo Serrano Artesanal dos campos de altitude de Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- Uva e vinho Goethe de Santa Catarina;
- Cachaça da Microrregião Abaíra da Bahia;
- Café das Montanhas do Espírito Santo;
- Açafão de Mara Rosa de Goiás;
- Vinhos Espumantes Farroupilhas e Altos Montes do Rio Grande do Sul;
- Guaraná de Maués do Médio Amazonas;
- Cachaça de Salinas de Minas Gerais;
- Arroz vermelho do Vale de Piancó na Paraíba;
- Queijo manteiga da Região do Seridó no Rio Grande do Norte;
- Açaí de Igarapé-Miri do Pará;
- Farinha de Cruzeiro do Sul do Acre;
- ***Café das Montanhas do Sul de Minas Gerais;***

Na lista divulgada pode-se observar que há possibilidades de registros de novas indicações em todo o território nacional diminuindo-se desta forma o gargalo que há entre regiões de forte produção e outras mais carentes. Para tanto é necessária uma estruturarão de órgãos ligados aos setores agrícolas e também aos de defesa de comércio internacional para a disseminação e apoio a implantação da IG em todo país.

CAPITULO II

AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REALIDADE NACIONAL EM UM ENFOQUE LOCAL

O tema agricultura familiar é tratado aqui dada a importância destes atores sociais tanto econômica quanto socialmente na atualidade e também em face histórica.

O estabelecimento das diretrizes para a formulação de uma Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais veio com a Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006 e para efeitos desta lei, considera-se “agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente a alguns requisitos”, dentre eles, não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, utilizar prioritariamente mão de obra da própria família nas atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, ter a renda familiar predominantemente originada das atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, administrar seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

Para Abramovay (2000) a agricultura familiar não emprega trabalhadores permanentes, podendo, porém, contar com até cinco empregados temporários. Agricultura patronal pode contar com empregados permanentes e/ou temporários.

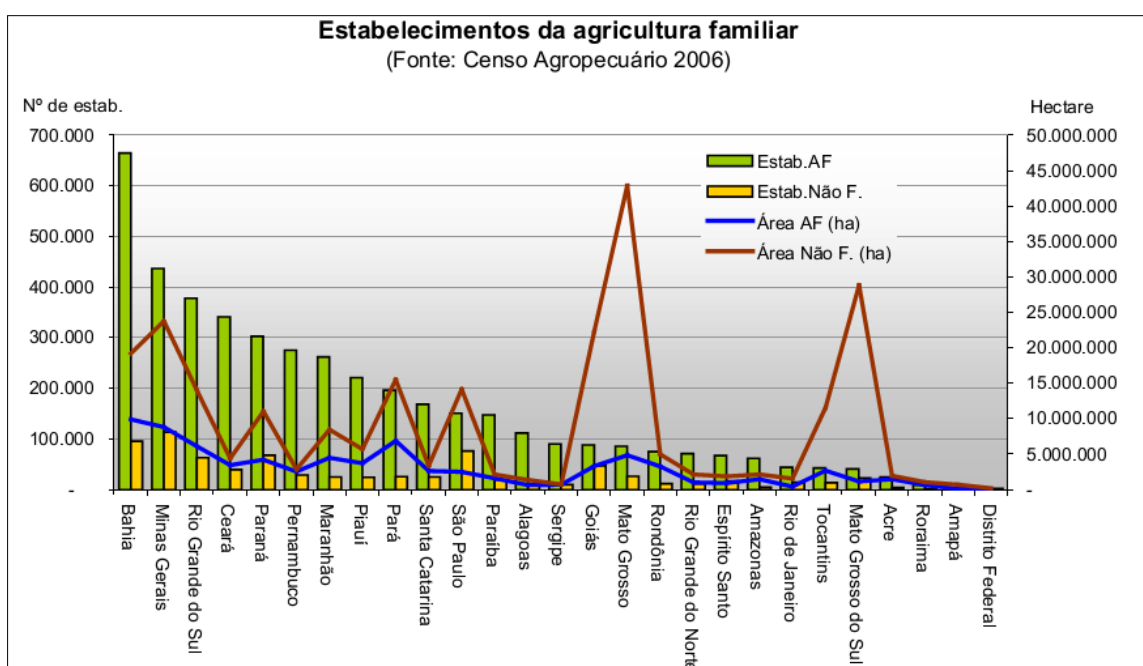
Embora, haja uma tendência de redução de pessoas ocupadas na agropecuária brasileira como um todo desde 1985, a agricultura familiar foi capaz de reter um maior número de ocupações que a agricultura não familiar. O número total de pessoas ocupadas na agricultura familiar em 2006 é mais de duas vezes superior ao número de ocupações geradas pela construção civil. (MDA 2010)

Em termos comparativos entre os estabelecimentos familiares e os não familiares, são apresentados os seguintes números retirados do último censo, do total de pessoas ocupadas no campo 74,4% são da agricultura familiar e

25,6% não familiar, em números isto representa que a agricultura familiar empregou 12,3 milhões de pessoas, enquanto a não familiar 4,2 milhões.

No Brasil, os estados com maior número de estabelecimentos familiares são: Bahia em primeiro lugar com 15% do total de estabelecimentos, seguida por Minas Gerais com 10%. Estes dois estados também possuem as maiores áreas com estabelecimentos familiares, 9,955 milhões e 8,845 milhões de hectares, respectivamente.

Gráfico 1 - Distribuição de estabelecimentos da Agricultura Familiar por estado da Federação



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras 17,7 milhões de hectares a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. Saem destas pequenas propriedades, que muitas vezes produzem com dificuldade, 87% da mandioca produzida no país, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 16% soja. Ainda com uma área reduzida estes pequenos produtores com 36,4 hectares de pastagem são importantes fornecedores de proteína animal para o país com 58% do leite, 50% das aves, 59% da carne suína e 30% de bovinos.

Fernando Homem de Melo (2001) (Apud, Barros 2006, p. 01) operacionaliza que o enquadramento da agricultura familiar deve ocorrer em

propriedades com menos de 100 hectares. Com isso, englobam-se nessa categoria as chamadas agriculturas de subsistência, a pequena produção, ou campesinato. Para o INCRA (2000), a agricultura familiar atende a duas condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Já Bianchini (2000) defende que, mais do que dispor de um preciso conceito de agricultura familiar, necessitamos trabalhar na identificação e construção de saberes ecológicos, agrônômicos, econômicos e sociais que nos permitam, de forma participativa, desenvolver processos toleráveis de exploração da natureza e compatíveis com as exigências de reprodução social das comunidades locais.

O Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) identificou a existência de 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, comparado ao Censo realizado em 1995/1996 que identificou 4.139.400 estabelecimentos. Podemos observar que houve um aumento de estabelecimentos de agricultura familiar, mas quando comparamos o Censo de 1995/1996 com o levantamento de 1985 podemos notar uma situação um tanto quanto preocupante para um país de bases agrárias e conhecido também como o celeiro do mundo, pois neste período houve redução de 941.944 estabelecimentos agropecuários¹⁴. As propriedades com menos de 100 hectares, consideradas familiares, reduziram-se de 5.225.162 em 1985 para 4.318.861 em 1995, ou seja, ocorreu a diminuição de 906.301 propriedades familiares (17%). Chama a atenção novamente os números apresentados nestes 20 anos de levantamento feito pelo Censo agropecuário, pois é deveras preocupante que num país preocupado com o assentamento de novos possíveis agricultores, tenha se perdido em duas décadas contingente tão expressivo de estabelecimentos rurais.

¹⁴ Segundo o IBGE a definição para “Estabelecimento Agropecuário” é o seguinte: “É toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, as atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador, independente do seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim uma unidade recenseável”.

Tabela 1 - Censo Agropecuário de 1980 a 2006 por regiões da federação

Brasil/Região	Número de Estabelecimentos Agropecuários					Área dos Estabelecimentos Agropecuários (ha)				
	1980	1985	1995	2006	(%)	1980	1985	1995	2006	(%)
Brasil	5.159.851	5.801.809	4.859.865	5.175.489	100,0	364.854.421	374.924.929	353.611.246	329.941.393	100,0
Nordeste	2.447.513	2.798.239	2.326.413	2.454.006	47,4	88.443.907	92.054.181	78.296.096	75.594.442	22,9
Norte	408.173	543.713	446.175	475.775	9,2	41.559.420	62.566.719	58.358.880	54.787.297	16,6
Sudeste	890.869	993.978	841.661	922.049	17,8	890.869	993.978	841.661	922.049	0,3
Sul	1.145.548	1.198.542	1.003.180	1.006.181	19,4	47.911.723	47.940.106	44.360.364	41.526.157	12,6
Centro-Oeste	267.748	267.337	242.436	317.478	6,1	113.436.463	99.122.399	108.510.012	103.797.329	31,5

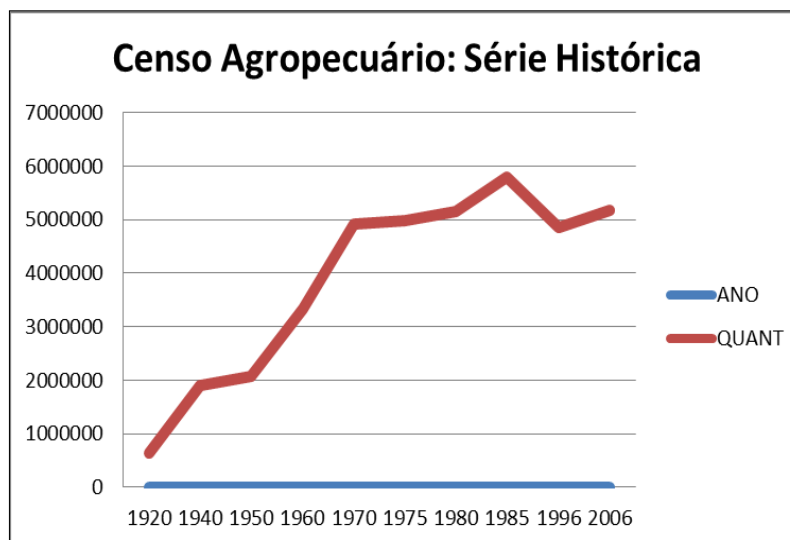
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 1980/1985/1995/2006 – Elaboração Própria

Tabela 2 - Estabelecimentos Agropecuários no Brasil: Série Histórica

1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
648153	1904589	2064642	3337769	4924019	4993252	5159851	5801809	4859865	5175489

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Gráfico 2 - Série Histórica dos estabelecimentos agropecuários



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Elaboração Própria.

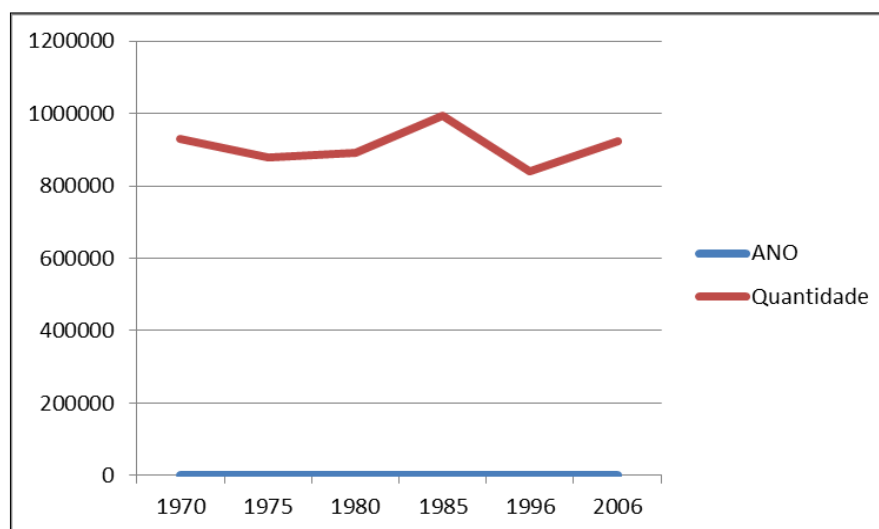
A região sudeste seguiu o mesmo caminho da realidade nacional com a tendência de queda nos estabelecimentos agropecuários conforme podemos observar no gráfico abaixo, elaborado com dados da tabela 3

Tabela 3 - Estabelecimentos Agropecuários: Série Histórica região sudeste

1970	1975	1980	1985	1996	2006
928945	878684	890869	993978	841661	922049

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Gráfico 3 - Série Histórica dos estabelecimentos agropecuários na região sudeste



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Elaboração Própria.

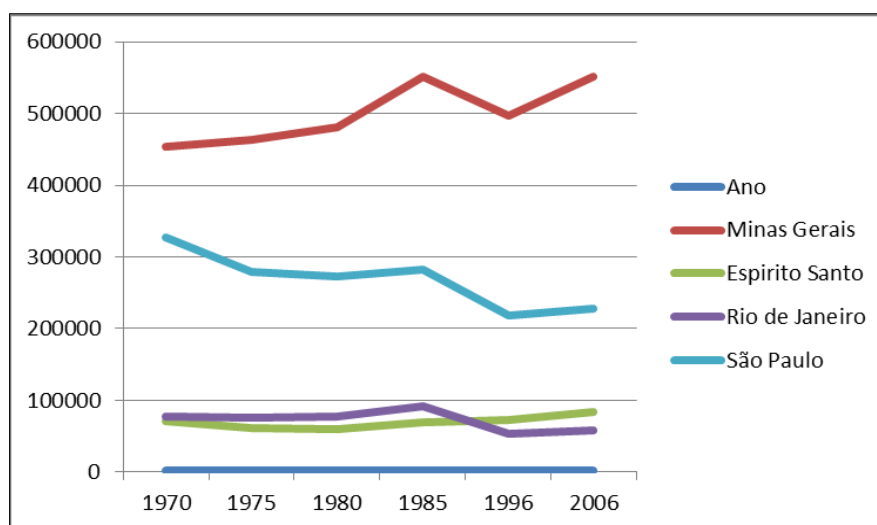
Dentro da região sudeste o estado que mais acompanhou a tendência nacional, foi o estado de Minas Gerais que apresenta fortes similaridades com a realidade do país, já o estado de São Paulo apresentou uma grande queda no número de estabelecimentos, mas aqui está envolvida também a questão de industrialização e urbanização e não entraremos neste mérito, o estado do Rio de Janeiro, desde o início não apresentou um forte crescimento dos estabelecimentos de agropecuária, mas a partir de 1985 apresentou uma queda acentuada no número destes estabelecimentos, já o estado do Espírito Santo apresenta uma continuidade desde o início dos levantamentos deste setor.

Tabela 4 - Estabelecimentos Agropecuários: Série Histórica

UF	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Minas Gerais	453998	463515	480631	551488	496677	551617
Espirito Santo	70712	60585	59380	69140	73288	84356
Rio de Janeiro	77428	76235	77671	91280	53680	58482
São Paulo	326780	278349	273187	282070	218016	227594

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006. Até 1996, dados extraídos de Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Gráfico 4 - Série Histórica estabelecimentos agropecuários por estado da região sudeste



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Elaboração Própria.

Importa analisar que nos anos de 1980 a 1985 houve um crescimento nos estabelecimentos agropecuários e neste período não havia uma política efetiva para a fixação do homem no campo o que ocorria era um processo de modernização no campo, um aprofundamento do que já vinha ocorrendo desde os anos 1970, através da chamada “questão agrícola”. O PRONAF, principal programa de financiamento da agricultura familiar começa a ser implantado em 1996 e neste período pode-se notar ainda uma grande queda nos estabelecimentos de agricultura retomando o seu crescimento, a partir daí com um aumento até 2006.

Diante deste quadro devemos observar as políticas que são implementadas para a manutenção do homem/mulher no campo, os cuidados para a sua sobrevivência e condições dignas de vida para ele/ela e sua família.

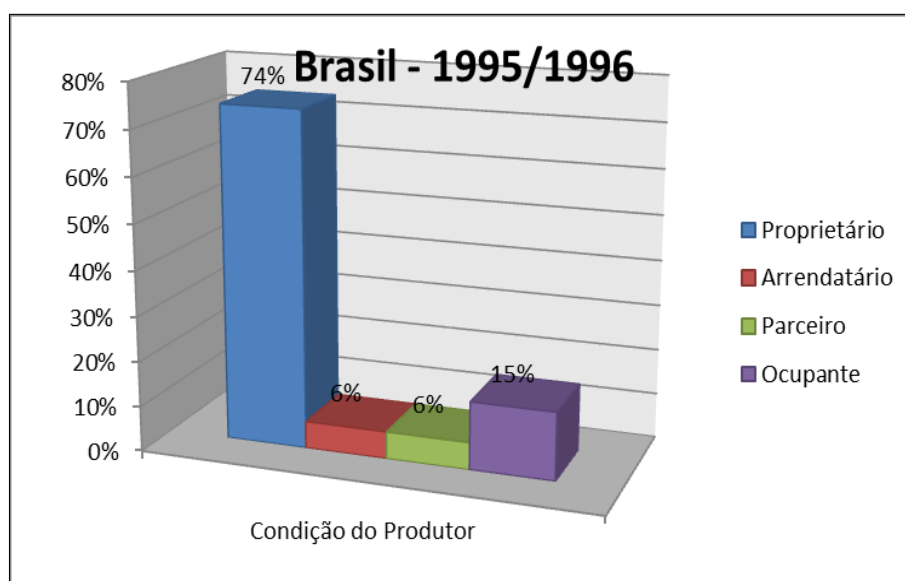
A respeito da condição do produtor em relação às terras, segundo Neto e Gomes (2004), sobre a “Dinâmica da modernização agrícola no Brasil”

A condição do produtor em relação às terras pode influenciar de forma direta ou indireta a adoção de tecnologias. As condições de posse e uso da terra podem atuar sobre o fluxo do capital do produtor e, por conseguinte, no sistema tecnológico adotado (Idem).

Um aspecto a ser considerado é o fato do produtor, na condição de parceiro e arrendatário, ter pouco estímulo para adoção de processos tecnológicos mais eficientes. Um dos motivos dos desestímulos do produtor na condição de parceiro ou arrendatário, mencionados pelo autor, é não ter posse definitiva. Os resultados econômicos conquistados pelo agricultor são reduzidos em função do pagamento de renda ao proprietário.

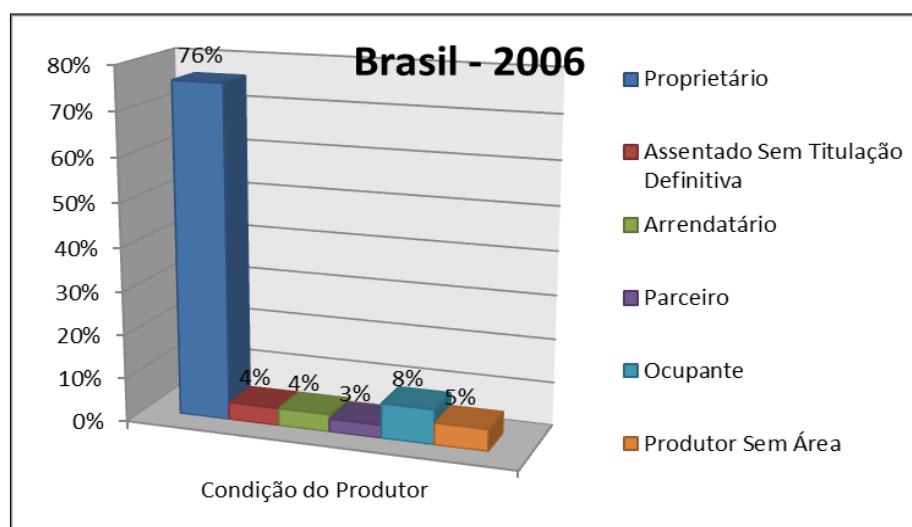
Em 2006 pelo Censo Agropecuário, na condição do produtor em relação às terras, 76% dos produtores se declararam proprietários dos estabelecimentos, em números absolutos, isso representa 3.946.276 e deste total 3.263.868 eram de agricultores familiares, que representa 83%, 682.408 não familiares, representando 21%, mas persiste aqui a desigualdade na distribuição em termos quantitativos das terras, pois, os estabelecimentos de agricultura familiar possuem 23% do total com uma área de 70.346.453 ha, contra 77% dos estabelecimentos não familiares com 236.501.152 ha. Os números para os outros grupos também seguem a mesma dinâmica.

Gráfico 5 - condição do produtor censo 95/96



Fonte: IBGE Censo 1995/96 Elaboração Própria

Gráfico 6 - condição do produtor censo 2006



Fonte: IBGE Censo 2006 – Elaboração Própria

Estes fenômenos, cada vez mais presentes no espaço rural, fomentam a busca por novas reflexões teóricas acerca da importância dos sujeitos sociais, alicerces para a discussão acerca de uma *multifuncionalidade* da agricultura de tal modo que,

[...] A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferencia [...] por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a produção de bens privados, além de ela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera. A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.19)

Os atores sociais ligados a agricultura desenvolvem formas de subsistências através de ações conjuntas buscando de uma forma sustentável agregar valor as suas localidades e também aos produtos de suas regiões, como forma de garantir não só na atualidade, mas para as gerações futuras formas de garantir a fixação em seus territórios.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR EM MINAS GERAIS

A Política Estadual de Desenvolvimento Agrícola estabeleceu-se com a Lei nº 11.405, de 1994. Nessa lei, encontram-se diretrizes sobre a necessidade de articular desenvolvimento ambiental, econômico e social nas políticas rurais. Temos que ressaltar que no ano de 2010, foi editada a Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS. Essa nova política fruto de cinco anos de estudos e discussões, apresenta uma atualização na forma de planejar e executar políticas públicas rurais.

As políticas públicas para a agropecuária são formatadas para dois grupos distintos: agricultura familiar e agropecuária empresarial. Na esfera federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA atua no apoio aos agricultores familiares, enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa atende à produção agropecuária de forma ampla, além de centralizar as ações para a agropecuária empresarial.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA coordena todas as ações governamentais para a agropecuária. No que se refere ao espaço institucional, é preciso reconhecer a criação da Subsecretaria de Agricultura Familiar na estrutura orgânica da SEAPA, por meio da Lei Delegada nº 180, de 2011. A participação cidadã se dá por meio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, no qual há a participação de associações de agricultores familiares, de assentados da reforma agrária e de outras entidades civis afins. O CEDRS atua em rede com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDRSs, os quais possuem maior capilaridade para absorver a participação dos agricultores em cada Município. Não obstante, a discussão sobre a valorização e o aprimoramento desses espaços constitui tema relevante para a eficácia das políticas públicas rurais.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER presta o serviço de extensão rural, com atuação mais marcante junto aos agricultores familiares e aos produtores de pequeno porte. A Fundação Rural Mineira – RURALMINAS presta assistência nos perímetros de irrigação, que beneficiam centenas de famílias no campo. A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG realiza pesquisa de novas tecnologias de produção, também em articulação com as unidades mineiras da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, as universidades públicas e Institutos Federais. A questão sanitária e a certificação cabem ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, o qual, dentro do contexto do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária – SUASA atua de forma integrada aos órgãos federais e municipais de defesa sanitária.

A política pública de financiamento da agricultura familiar parte essencialmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, da esfera federal. A garantia de renda tem, no Programa de Aquisição Direta da Agricultura Familiar – PAA, também do governo federal, seu principal instrumento. O PAA garante a venda da produção por um preço mínimo. Também é relevante a obrigação de que 30% das compras para a

alimentação escolar sejam provenientes da agricultura familiar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A política pública de aquisição direta e de aquisição de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar foi tema que se apresentou como demanda recorrente durante a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG para o exercício de 2011. Apesar de se tratar de políticas públicas federais, os representantes de agricultores familiares e do setor de educação solicitaram do governo estadual a atuação no treinamento e na extensão rural para capacitar os segmentos produtores e consumidores a participarem dessas políticas públicas. Como resultado, foi criada a Ação 4450 – Apoio à Comercialização Direta, direcionada à venda direta para a alimentação escolar, programas públicos de abastecimento e demais oportunidades de comercialização. Esse programa possui recursos de R\$100.000,00, com meta de atendimento a 200 associações ou cooperativas, e sua execução está a cargo da EMATER.

Em relação aos programas de geração de emprego e renda no campo, o PPAG apresenta várias ações a serem executadas pela SEAPA e suas autarquias vinculadas. Entretanto, as políticas direcionadas para o meio rural encontram-se, em geral, dispersas pelas várias áreas de resultado do PPAG, o que dificulta sobremaneira a compreensão e o planejamento das políticas rurais. Com a previsão de reelaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI e do PPAG no decorrer do ano de 2011, apresenta-se o momento adequado para uma maior atenção à formatação das políticas públicas voltadas para a população rural, incluindo seus trabalhadores e empreendedores.

Quanto à dispersão dos programas e ações do governo direcionados ao setor agrícola do Estado e à necessidade de priorização da agricultura familiar, há expectativa de que esses esforços sejam reunidos no âmbito de uma das redes integradas de políticas públicas a serem propostas na reforma do PMDI, ainda em 2011, pelo Poder Executivo. O conceito de “Redes Integradas” deve substituir o de “Áreas de Resultado” na reorganização programática do Estado, conforme programa de governo apresentado em 2010 pelo atual governador.

De maneira complementar as ações da SEAPA, também se destaca o Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR, o qual se enquadra entre os esforços governamentais que visam à redução da pobreza e à minimização de seus impactos negativos sobre a qualidade de vida no campo. Trata-se de programa associado, que também participa da área de resultado Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva no PPAG 2008-2011. Coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD e contrapartida tanto do Tesouro Estadual como das comunidades beneficiadas, o PCPR visa ao apoio a investimentos comunitários, não reembolsáveis, de natureza produtiva, social e de infraestrutura. Pode-se observar pela tabela abaixo que no estado às regiões que apresentam a maior concentração de agricultores familiares são as regiões norte e sul/sudoeste do estado onde o governo está focando suas ações neste setor.

Tabela 5 - Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios - 2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura familiar - Lei nº 11.326				Não familiar			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Minas Gerais	437 415	79	8 845 883	27	114 202	21	23 801 664	73
Noroeste de Minas	13 759	73	691 237	18	5 100	27	3 218 225	82
Norte de Minas	77 717	85	1 754 232	30	13 446	15	4 183 268	70
ângulo Mineiro/Alto Paranaíba	31 685	66	1 057 329	18	16 281	34	4 937 407	82
Central Mineira	8 203	67	311 978	18	3 992	33	1 426 719	82
Metropolitana de Belo Horizonte	28 821	75	372 024	24	9 417	25	1 194 666	76
Oeste de Minas	22 637	78	536 549	38	6 558	22	886 960	62
Sul/Sudoeste de Minas	72 709	80	1 111 221	37	18 302	20	1 932 531	63

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006. Elaboração Própria

2.2 A REALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE CAMPESTRE, MACHADO E POÇO FUNDO.

Os chamados Arranjos Produtivos Locais (APL) tem desconsiderado em grande parte as produções nas quais estão inseridos os agricultores familiares e estes através de políticas públicas estão sendo visualizados aos poucos na economia o que faz grande diferença para os mesmos tendo em vista o escoamento de suas produções.

As ações desenvolvidas para o homem do campo tem atendido de forma privilegiada ao médio e grande produtor, pois os mesmos quando atendidos pelas instituições financeiras que administram os recursos destinados pelo governo federal possuem reservas para garantir os seus investimentos. Já o pequeno produtor geralmente possui somente a terra como sua própria garantia e o mesmo quando necessita de ajuda financeira recorre à propriedade para garantir investimentos das instituições financeiras.

Embora, observemos que os estabelecimentos de agricultura familiar tenham a maior quantidade em relação aos estabelecimentos não familiares os mesmos sofrem com a pulverização de sua força de produção e pela falta de políticas voltadas ao fortalecimento desta forma de produção entre os produtores rurais, ainda fazendo uma análise podemos observar que a histórica concentração de terras continua presente em todas as regiões do país e tem uma marca forte no estado de Minas Gerais.

A microrregião analisada abrangendo três municípios onde está sendo implantada a IG *“Café das Montanhas do Sul de Minas”* apresenta padrões diferentes na questão da ocupação das terras e distribuição entre os estabelecimentos familiares e não familiares.

No município de Campestre foram apurados 1577 estabelecimentos de agricultura familiar, contra 329 não familiares, mas quando contrapostos à quantidade de área ocupada pelas duas formas de estabelecimentos podemos apurar que a média de ocupação dos estabelecimentos familiares é de 14,90 hectares por família enquanto os estabelecimentos não familiares possuem 70,96 hectares, no município do total de área ocupada para a agricultura e pecuária 50,16% dela é de agricultores familiares e 49,83% não familiar.

Com relação ao município de Machado o número de estabelecimentos familiares é o menor entre os três que compõe a associação para a implantação da IG apresentando 870 estabelecimentos de agricultura familiar e 341 de não familiar, com a média de ocupação de 14,37 hectares para os produtores familiares e de 105,99 hectares para os não familiares, neste município cerca de 25,7% do total da área cultivável está nas mãos dos agricultores familiares enquanto 74,29% estão nas mãos de médios e grandes produtores, repetindo dessa forma, o retrato que se observa na maioria dos municípios mineiros e brasileiros uma grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

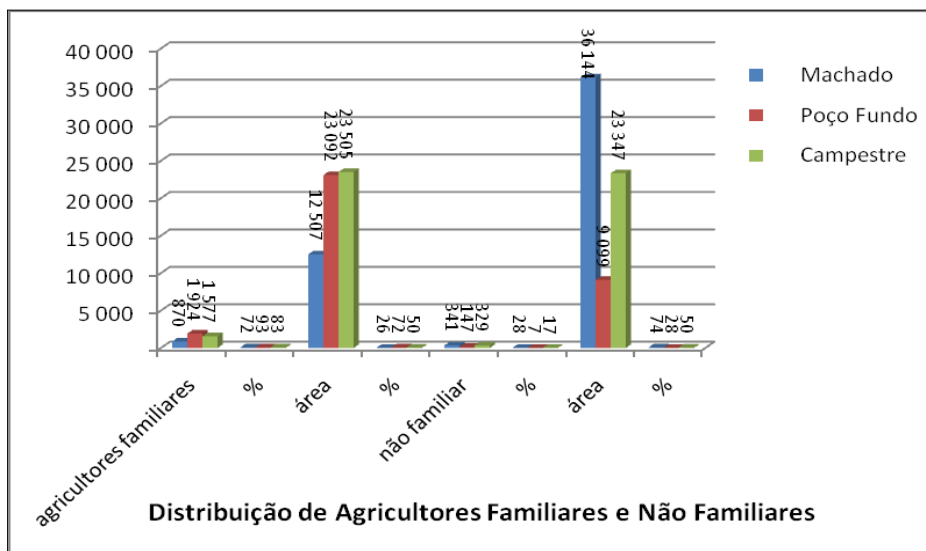
Em Poço Fundo o município demonstra uma realidade totalmente adversa do mapa apresentado pelo estado e Minas Gerais e também do Brasil. É dentre os três integrantes da associação o que mais possui estabelecimentos de agricultura familiar 1924 e apenas 147 não familiar, embora a área cultivada pelos produtores seja a menor dentre os municípios, isso se justifica pela quantidade de estabelecimentos, o mesmo apresenta o maior percentual de ocupação também dentre os três, pois a média utilizada pelos agricultores familiares neste município é de 12 hectares contra 61,89 hectares dos não familiares e a proporção de ocupação destas áreas é muito superior quando comparada a dos vizinhos sendo de 71,73% por estabelecimentos familiares e de 28,26% por estabelecimentos não familiares.

Tabela 6 - Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios - 2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura familiar - Lei nº 11.326				Não familiar			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Minas Gerais	437 415	79	8 845 883	27	114 202	21	23 801 664	73
Machado	870	72	12 507	26	341	28	36 144	74
Poço Fundo	1 924	93	23 092	72	147	7	9 099	28
Campestre	1 577	83	23 505	50	329	17	23 347	50

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006

Gráfico 7 - distribuição dos agricultores familiares e não familiares nos municípios analisados



Um dos desafios para estes três municípios está na aproximação dos participantes com realidades tão distintas em relação a distribuição de terras e também realidade social, mas para isso estão contando com o apoio das entidades ligadas ao setor agrícola do estado e da região como forma de conscientizar os produtores da necessidade de uma maior integração para a busca de uma nova realidade para a região agregando valor não só ao produto local, mas também envolvendo uma mudança de cultura quanto ao trato com o meio ambiente e uma maior valorização dos seus costumes e cultura.

2.3 A QUESTÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Em 2006 um numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares. Esta mesma realidade se repete quando analisamos o cenário em Minas Gerais, mas de forma aumentada, pois no estado o número de estabelecimentos de agricultura familiar chega a 79,3%, porém a área ocupada é de 27,09% o que representa uma média de 20,22

hectares para os estabelecimentos familiares e o de estabelecimentos não familiares que é representado por 20,70% do total ocupa uma área de 72,09% uma média de 208,42 hectares.

Apesar destas desigualdades na distribuição de áreas, os pequenos agricultores foram responsáveis por 38% do Valor Bruto de Produção - VBP gerada, contra 62% dos agricultores não familiares o que representa em números, respectivamente 54 bilhões e 89 bilhões.

Entre 1996 e 2006 cresceu o VBP da agricultura familiar e sua participação no Valor Bruto de Produção total. Cresceu em âmbito nacional, de 38% para 40% em todas as regiões do país especialmente no Norte e Nordeste, onde o crescimento foi de 11% a 9%, respectivamente.

A agricultura familiar gera ainda um VBP de R\$ 677/ha, que é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar de R\$ 358/ha. Ou seja, a eficiência para este setor prova mais uma vez que políticas voltadas para estes atores sociais são necessárias e importantes para o desenvolvimento deste setor, além destes números a AF ocupa 15,3 pessoas por 100ha, enquanto a agricultura não familiar ocupa 1,7 pessoas por 100ha. Há ainda uma tendência de aumento deste setor, pois analisando o período de 1996 a 2006 o número de estabelecimentos cresceu de 85% a 88%, a área total de 31% para 32% e o número de pessoas ocupadas de 77% para 79%.

A perspectiva para a agricultura familiar brasileira diferencia-se da de outros países desenvolvidos justamente pelas políticas implementadas e dada importância da mesma para estes países, pois reconhecido o bloqueio que os grandes latifúndios representavam para o desenvolvimento do capitalismo, e com a eleição da agricultura familiar como forma de produção predominante no espaço agrário, destinaram a estes sujeitos sociais políticas agrícolas com condições bastante favoráveis de produção e comercialização. No Brasil pelos altos e baixos e tamanha descontinuidade da formação de um estado de direito e de uma constituição que garantisse direitos aos trabalhadores principalmente rurais, mais uma vez, saímos atrás na história mundial.

Nas nações desenvolvidas como Japão, EUA, Canadá e países europeus, a agricultura familiar é a forma de organização da produção

preponderante na agricultura. Contrariando a teoria clássica que previa, com o desenvolvimento do capitalismo, a eliminação do trabalho familiar e a expansão do trabalho assalariado, o que se constata é que é justamente “em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados” (ABRAMOVAY, 1998, p. 210). Segundo o autor, a generalização do trabalho familiar na agricultura dessas nações está relacionada a dois fatores: um de caráter político e outro decorrente da subordinação da agricultura ao ciclo natural.

Em um contexto bastante diferente, no Brasil, a opção política não elegeu a agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento brasileiro, mas esta é a forma de organização da produção predominante na agricultura. O regime de propriedade instituído pela Lei de Terras em 1850 limitou o acesso à terra aos trabalhadores livres, como estratégia para assegurar a impenhência do latifúndio, da mesma forma que a Consolidação das Leis do Trabalho nos anos 1940 excluiu os trabalhadores rurais dos seus benefícios. Acrescente-se ainda que, no âmbito do processo de modernização da agricultura, o direcionamento das políticas agrícolas e dos incentivos creditícios para a agricultura familiar significava manter o atraso e impedir a modernização tecnológica (GUANZIROLI, 2001). Esses, entre outros, são exemplos que corroboram a posição secundária ocupada pela agricultura familiar no desenvolvimento do país.

Excluídos dos benefícios da “modernização conservadora”, quando o processo de concentração fundiária foi ainda mais acentuado, os trabalhadores rurais expropriados dirigiram-se para as regiões de zona pioneira, sobretudo ao norte do país, em busca de uma nova terra e garantiram, naquele momento, mesmo que de forma bastante precária, a sua reprodução como agricultores familiares.

Essa mobilidade espacial, possível pela existência de terras não apropriadas privadamente, permitiu ao mesmo tempo, a reprodução da agricultura familiar e garantiu, segundo (Graziano da Silva, 1996), a oferta de alimentos e matérias-primas em volume suficiente para atender a demanda do setor urbano e industrial, apesar da reforma agrária não ter sido realizada. O

mecanismo de reprodução dos agricultores familiares, encontrado na expansão da fronteira, contribuiu para assegurar a oferta de produtos agrícolas sem comprometer o processo de industrialização do país. Esse resultado positivo, no entanto, não fazia parte dos objetivos das políticas públicas de colonização dessas regiões. Atreladas às empresas privadas de colonização, as políticas públicas propiciaram em primeiro lugar a aquisição de grandes propriedades como reserva de valor.

Mesmo secundarizada pelo estado brasileiro, em relação ao direcionamento dessas políticas e de todo o bloqueio socioeconômico que lhe foi reservado, de acordo com o estudo da FAO/INCRA (INCRA, 2000), 76% da mão-de-obra empregada na agricultura do país é de caráter familiar, ou seja, é com base na família que repousa a organização do trabalho na agricultura. Em sua trajetória, marcada por constantes deslocamentos espaciais, o agricultor familiar criou e recriou estratégias de reprodução do seu modo de vida, decorrente da acentuada capacidade de adaptar-se às transformações socioeconômicas.

No Brasil, a predominância da agricultura familiar assume relevância ainda maior em decorrência da negligência do Estado em relação a esse sujeito social, sobretudo quando comparado com as experiências de desenvolvimento rural das nações de capitalismo avançado. No entanto, a partir do início dos anos 1990, a condução das políticas agrícolas brasileiras muda radicalmente e toma um novo direcionamento. Para Martins (2003) os conflitos pela terra libertaram um sujeito social que estava oculto no interior ou a margem do latifúndio e nas terras desprezíveis para a agricultura comercial: o agricultor familiar. A desocultação desse sujeito levou o Estado a reconhecer,

a identidade social da agricultura familiar [...] como protagonista de um projeto econômico viável. [...] e abriu espaço para que a agricultura familiar encontrasse abrigo e identidade no projeto histórico que é hoje poder (MARTINS, 2003, p. 177).

Pressões exercidas, de um lado, por organismos internacionais como o Banco Mundial, com vistas à redução da pobreza nos países subdesenvolvidos e de outro, pelos movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, na reivindicação de uma reforma agrária assentada em bases familiares de produção, ganharam respaldo político, na medida em que o Estado optou pela agricultura familiar ao reconhecer a superioridade competitiva dessa forma de organização da produção (HESPANHOL, 2000).

2.4 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF E O SEU PAPEL COMO POLÍTICA PÚBLICA

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal, criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os pequenos produtores rurais por desenvolverem suas atividades mediante o emprego de mão de obra direta do produtor e de sua família, (observamos que ainda não é tido como agricultura familiar, pois este somente será utilizado a partir de 2006). Este programa tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor e sua família, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e a propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e profissionalização dos produtores familiares.

Financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, entendendo-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviço no meio rural que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf.html (acessado em 20/02/2012)

A perspectiva do governo era que se obtivessem vantagens para os dois lados à agricultura familiar com: obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas a realidade da agricultura familiar, de forma ágil e sem custos adicionais; aumento de renda mediante a melhoria da produtividade, do uso racional da terra e da propriedade; melhoria

nas condições de vida do agricultor e sua família. Já para o governo a expectativa era que houvesse uma maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõe a cesta básica: arroz, feijão, mandioca, milho, trigo e leite, além de garantir a permanência do agricultor no campo com dignidade e qualidade de vida.

O Pronaf apresenta várias modalidades de financiamento para os agricultores dentre elas podemos citar as mais acessadas que são para *custeio* e *investimento*. A primeira destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização da produção própria ou de terceiros, agricultores familiares enquadrados no programa. Para investimento entende-se que o financiamento destina-se a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produtos e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Há ainda outras linhas como o Pronaf Agroindústria, Agroecologia, Eco, Floresta, Semiárido, Pronaf Mulher (esta voltada para propostas de financiamento de investimento da mulher agricultora), Pronaf Jovem, Custeio e Comercialização de Agroindústrias familiares, Cota-parte, Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B) e Mais Alimentos.

Vale salientar que dentre as linhas de financiamento do programa o Microcrédito Rural ou Pronaf grupo B é destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Crédito para agricultores familiares enquadrados no grupo B e agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Criado em 1999 no âmbito do Pronaf para combater a pobreza rural, o Microcrédito Rural (também conhecido como Grupo B do Pronaf) é estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. Pode financiar atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda.

Por esta linha são atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R\$ 6

mil, sendo que até 70% da renda podem ser provenientes de outras atividades além daquelas desenvolvidas no estabelecimento rural.

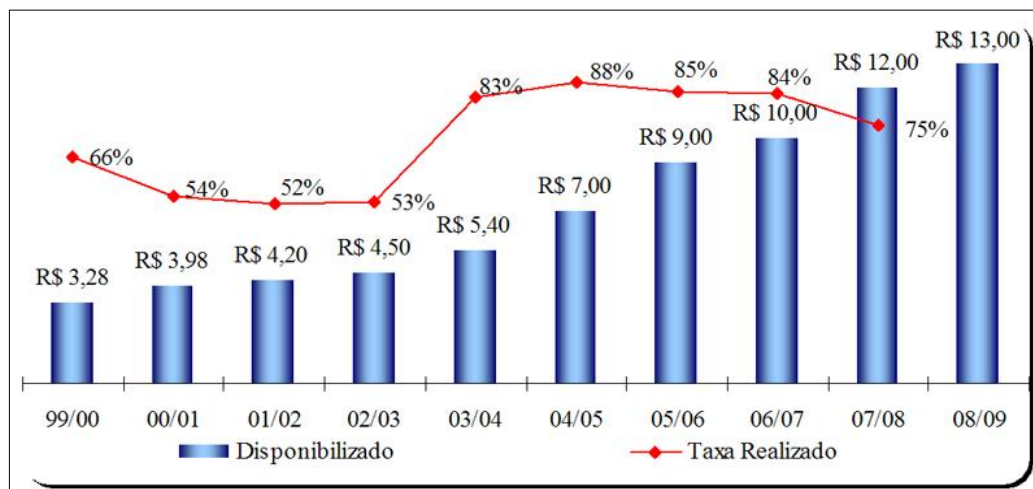
Desde a sua criação o Pronaf, vem aumentando a sua área de atendimento e o número de famílias atendidas. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o programa apresenta um crescimento sustentado ao longo dos anos. Em 1999/2000, o Pronaf abrangia 3.403 municípios, passando para 4.539 no ano seguinte, o que representou um aumento de 33% na cobertura de municípios, ou seja, ampliação de mais de 1.100 municípios em apenas um ano.

Ainda segundo o mesmo ministério a ampliação de municípios atendidos continuou em cada ano agrícola, sendo que em 2005/2006 houve a inserção de quase 1.960 municípios em relação à 1999/2000.

Este crescimento continua nos próximos anos em 2007/2008 onde foram atendidos 5.379 municípios, o que representou um crescimento de 58% em relação à 1999/2000, com a inserção de 1.976 municípios.

Em relação ao montante disponibilizado para as linhas de crédito também houve uma aumento nos valores disponibilizados de 1999/2000 neste biênio foram disponibilizados R\$ 3,3 bilhões com execução de 66%. No biênio 2003/2004, houve o primeiro grande incremento no montante com um crescimento de 65% em relação ao primeiro biênio, sendo ofertados R\$ 5,4 bilhões aos agricultores e com uma execução de 83% do valor disponibilizado. Em 2006/2007, o montante disponibilizado para financiamento do Pronaf chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento em relação à 1999/2000 de 205% e com uma taxa de execução de 84%, mas nos anos seguintes apresentou uma queda no montante disponibilizado em relação ao efetivamente contratado para 75% do montante, conforme pode-se observar no gráfico 8.

Gráfico 8 - Montante disponibilizado pelo PRONAF x efetivamente contratado de 2006 a 2007



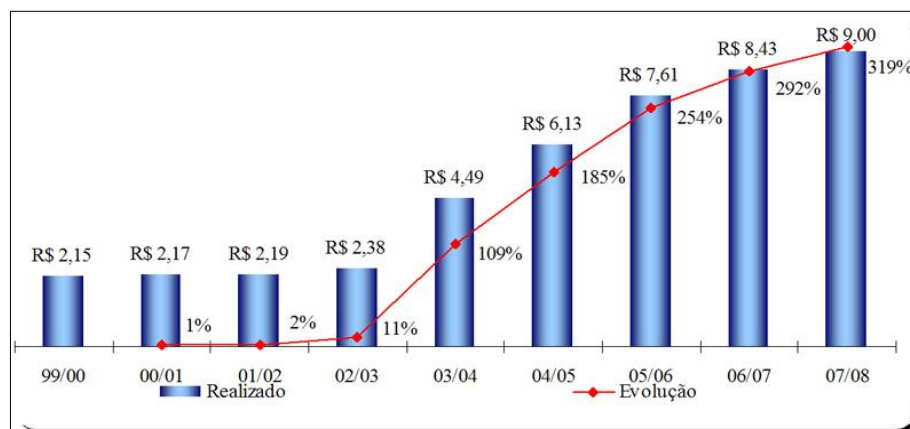
Fonte: MDA – Acessado em 2012

Para o MDA o comportamento da taxa referente à contratação efetiva de crédito frente ao valor disponibilizado já indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores do Pronaf tem crescido ano a ano.

A primeira grande evolução no montante financiado pelos agricultores familiares foi em 2003/2004, fechando uma contratação de R\$ 4,49 bilhões, representando uma evolução de 109% em relação à 1999/2000.

Nos anos que se procederam, o crescimento manteve-se sustentado. Em 2004/2005 foi de 185%, representando um financiamento de R\$ 6,13 bilhões. Em 2005/2006, foram financiados R\$ 7,61 bilhões com uma evolução de 254%, sendo que em 2007/2008 rompeu-se a casa dos 300%, perfazendo um financiamento de R\$ 9 bilhões como demonstrado no gráfico 9.

Gráfico 9 - evolução dos financiamentos liberados pelo PRONAF



Fonte: MDA – Acessado em 2012

Podemos observar pelos números apresentados que os benefícios para o governo foram alcançados devido ao aumento expressivo da produção de alimentos que compõe a cesta básica, porém em relação ao agricultor familiar o mesmo não ocorre com a mesma efetividade conforme tabela do último censo sobre o acesso ao financiamento dos agricultores, embora os números do Pronaf apresentem um crescimento em relação a execução dos recursos disponibilizados, o censo mostra que há problemas ainda a serem sanados para que a execução atinja índices mais eficazes nesta distribuição e acesso aos financiamentos, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 7 - Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, por motivo da não obtenção, segundo a agricultura familiar - Brasil 2006

Agricultura familiar	Estabelecimentos que não obtiveram financiamento														
	TOTAL	Motivo da não obtenção													
		Falta de garantia	%	Não sabe como conseguir	%	Burocracia	%	Falta de pagamento do empréstimo anterior	%	Medo de contrair dívidas	%	Outro motivo	%	Não precisou	%
Total	4254808	77984	1,83	61733	1,45	355751	8,36	133419	3,14	878623	20,65	538368	12,65	2208930	51,92
Agricultura familiar - Lei 11.326	3586365	68923	1,92	56205	1,57	301242	8,40	116861	3,26	783741	21,85	462701	12,90	1796692	50,10
Não familiar	668443	9061	1,36	5528	0,83	54509	8,15	16558	2,48	94882	14,19	75667	11,32	412238	61,67

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração Própria

Outro objetivo que parece não estar sendo alcançado de forma efetiva é a fixação do homem/mulher no campo, isto carece de maiores estudos, pois somente a oferta de crédito parece não estar sendo suficiente para a fixação desta população.

Segundo Rubens Carvalho, pesquisador do IBGE, em entrevista ao programa “Caminhos da Roça” exibido em 03/12/2011 a proporção da população rural tem diminuído muito. “Em 1960 nós tínhamos 55% da população morando em área rural, hoje, nós temos aproximadamente, 15% em áreas rurais.” O principal motivo segundo o pesquisador, é que a partir da década de 60, com a industrialização e a modernização das cidades houve uma atração de boa parte da população rural. “A urbanização em si atraiu muitos desses trabalhadores dessa população rural para as cidades em busca de trabalho, maiores e melhores rendimentos e os serviços oferecidos pela área urbana.”

Informa ainda o pesquisador que parte desta população partiu para a área urbana em busca de melhores serviços essenciais, condições de moradia, de estudo e de trabalho em si. Além disso, a mecanização da lavoura, com melhores técnicas de plantio e colheita, acabou diminuindo o número de pessoas que trabalham no campo. Assim como as agroindústrias, que acabaram diminuindo esse número efetivo de trabalhadores. Então, um número interessante seria da população de 0 a 19 anos que tem um percentual no total de 38%, então é uma população predominantemente jovem. Isso porque a taxa de fecundidade na área rural é acima da média nacional, enquanto o número médio dos filhos que as mulheres têm na área rural é de 2,7, na área urbana é de 1,7.

Há outros números importantes a serem ponderados em comparação a área rural e urbana, pois a taxa de analfabetismo que na zona rural chega a 22% da população, na área urbana é de 8%. O rendimento do trabalhador rural em comparação ao urbano, também é menor o primeiro recebe em média R\$ 596,00, enquanto o da área urbana é de R\$ 1.290,00.

Esta mobilidade da zona rural para a urbana vem trazendo sérios desafios para os governantes, pois na maioria das vezes não estão prontos para receberem estas migrações e estas pessoas geralmente por falta de condições acabam por aumentar a população dos bairros periféricos nos municípios menores e nas favelas nos grandes centros.

2.5 DIFERENÇAS NO ACESSO AO CRÉDITO DOS PRODUTORES QUE FORMAM A ACAFÉSUL

A região Sul Mineira é uma das mais desenvolvidas do estado de Minas Gerais, tendo como sua maior fonte de recursos a produção agropecuária e sustentada principalmente pela cultura cafeeira, carro chefe desta região. A cultura cafeeira também é responsável por boa parte da manutenção do crescimento econômico e social da nação brasileira, uma cultura ligada diretamente à história nacional e também mineira.

Mas, toda esta pujança econômica não garante que este abastado mercado cafeeiro redistribua de forma igualitária os ganhos para esta região.

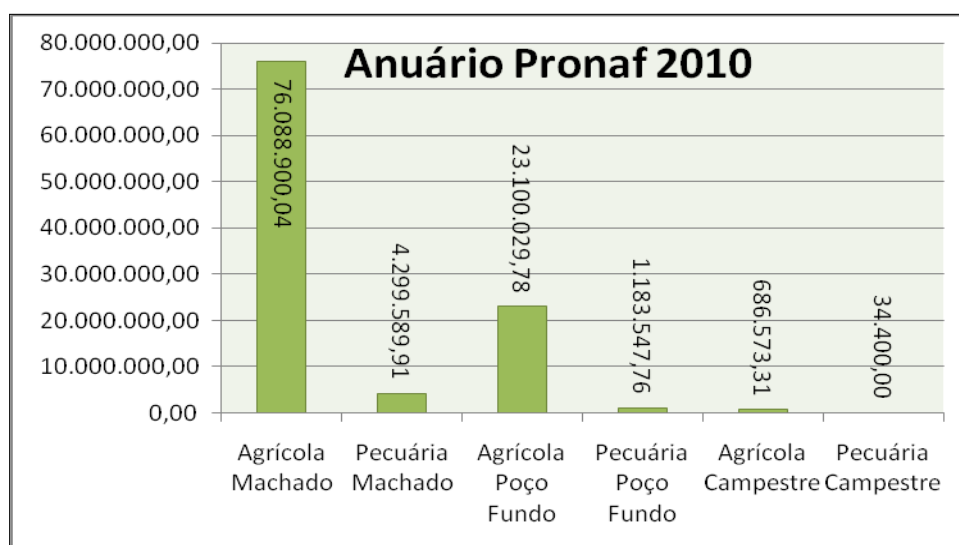
Esta cultura ligada inicialmente às grandes propriedades e a “Aristocracia Cafeeira” apenas deixou de ser um marco divisório com a redistribuição de terras e o avanço das pequenas propriedades neste setor.

No estado de Minas Gerais há geograficamente determinado, duas regiões que lideram a produção cafeeira, centralizando-se na região do Cerrado Mineiro e o Sul/Sudoeste de Minas. O primeiro possui junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI o registro de sua indicação geográfica para o café produzido nesta região, já o Sul de Minas possui um processo de implantação de uma IG que ainda está em andamento.

A captação de recursos financeiros junto às instituições financeiras mostra também uma diferença entre os municípios, pois dentre os três o município de Machado foi o que mais levantou recursos junto ao Pronaf e o município de Campestre apresenta os menores números tanto em relação à quantidade de contratos, quanto em relação aos valores liberados.

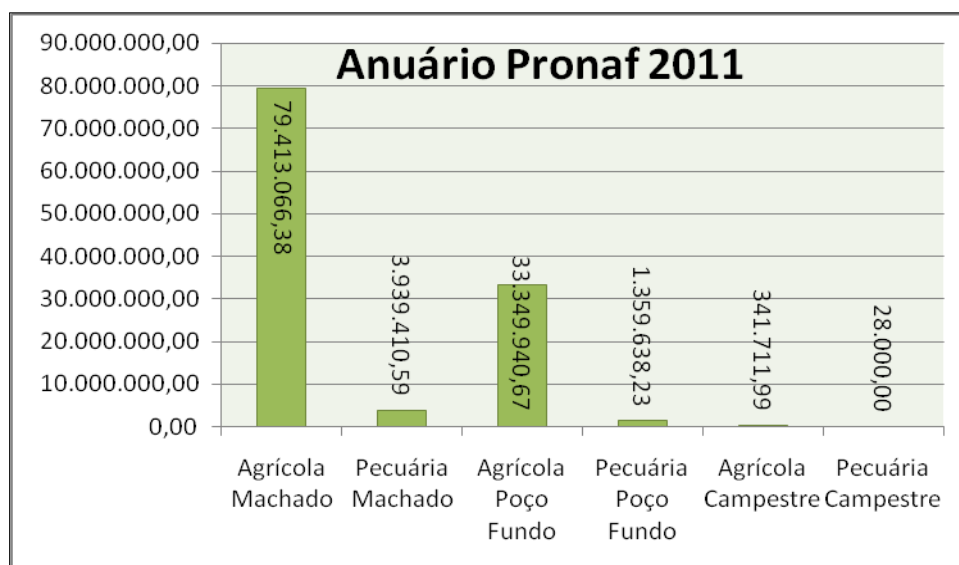
Em relação à obtenção destes recursos de 2010 para 2011 o município de Machado obteve um acréscimo de R\$ 2.963.987,02 milhões, o município de Poço Fundo também teve um crescimento em relação aos investimentos na ordem de R\$ 10.426.001,00 milhões, já o município de Campestre teve um decréscimo nos investimentos na ordem de (R\$ 351.261,32).

Gráfico 10 - acesso ao financiamento do PRONAF em 2010



Fonte: Banco Central do Brasil, Anuário Pronaf 2010. Elaboração Própria.

Gráfico 11 - acesso ao financiamento do PRONAF em 2011



Fonte: Banco Central do Brasil, Anuário Pronaf 2010. Elaboração Própria.

Tabela 8 - Anuário Estatístico do Crédito Rural - 2010

Município	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
MACHADO	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Agrícola	888	32.362.822,80	108	5.497.361,80	21	38.228.715,44	1017	76.088.900,04
Pecuária	6	534.872,00	11	3.135.708,74	2	629.009,17	19	4.299.589,91
Total	894	32.897.694,80	119	8.633.070,54	23	38.857.724,61	1036	80.388.489,95
Município	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
POÇO FUNDO	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Agrícola	1.173	14.399.302,79	210	7.181.518,99	8	1.519.208,00	1.391	23.100.029,78
Pecuária	23	554.697,93	11	628.849,83	0	0,00	34	1.183.547,76
Total	1.196	14.954.001	221	7.810.369	8	1.519.208	1.425	24.283.578
Município	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
CAMPESTRE	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Agrícola	64	577.073,31	55	109.500,00	0	0,00	119	686.573,31
Pecuária	1	18.400,00	8	16.000,00	0	0,00	9	34.400,00
Total	65	595473,31	63	125500	0	0	128	720973,31

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2010

Tabela 9 - Anuário Estatístico do Crédito Rural - 2011

Município	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
MACHADO	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Agrícola	762	38.891.326,66	136	7.719.681,16	33	32.802.058,56	931	79.413.066,38
Pecuária	11	1.174.817,49	10	888.120,00	5	1.876.473,10	26	3.939.410,59
Total	773	40.066.144,15	146	8.607.801,16	38	34.678.531,66	957	83.352.476,97
Município	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
POÇO FUNDO	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Agrícola	1.276	19.556.109,59	333	12.175.420,60	41	1.618.410,48	1.650	33.349.940,67
Pecuária	22	550.970,07	22	808.668,16	0	0,00	44	1.359.638,23
Total	1.298	20.107.080	355	12.984.089	41	1.618.410	1.694	34.709.579
Município	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
CAMPESTRE	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Agrícola	2	14.869,73	47	326.842,26	0	0,00	49	341.711,99
Pecuária	0	0,00	12	28.000,00	0	0,00	12	28.000,00
Total	2	14869,73	59	354842,26	0	0	61	369711,99

Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2011

Embora, estejam em uma mesma região geográfica os municípios de Campestre, Machado e Poço Fundo apresentam realidades diferentes quanto ao tratamento para a agricultura familiar, mas reforçam seus laços em busca de uma agregação de valores para o produto que é praticamente a base das economias locais, o café.

Desta forma, a questão de qual o papel real dos atores da agricultura familiar na formação da ACAFÉSUL ou se somente estariam fazendo parte de um movimento para maior agregação de valor aos produtos de médios e grandes produtores que se beneficiariam ainda mais com a aprovação desta indicação geográfica, carece de um maior aprofundamento.

2.6 CARACTERIZAÇÃO DA CAFEICULTURA NO SUL DE MINAS

Em Minas Gerais, a cafeicultura continua sendo a principal atividade agrícola do estado, com uma participação de 33,26% no PIB agrícola mineiro. Essa produção dá ao estado o primeiro lugar na produção nacional, com 44,2% da produção interna. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004) De acordo com SAES e NAKAZONE (2002), essa importância fica ainda mais evidente quando observamos que a cadeia produtiva gera cerca de 4,6 milhões de empregos diretos e indiretos no estado.

Diretamente ligados à produção, por meio dos dados dos Censos Agropecuários de 2006, pode-se verificar essa importância em função do elevado número de empregos gerados, ainda que decrescente. Em 1985, o emprego gerado pela cafeicultura em Minas Gerais ocupava 2.660.130 de pessoas, no Censo de 1995/96 esse número caiu para 2.000.046, e no de 2006, registrou-se 1.896.924 de pessoas ocupadas. Ainda que decrescente, o emprego gerado pela cafeicultura continua expressivo.

Essa importância foi destacada por BRAGA (2010), em seu relatório parcial, onde realiza estudo sobre a importância da cafeicultura em Minas Gerais utilizando a matriz de Insumo-Produto. O pesquisador identificou que a Cafeicultura de Montanha em Minas Gerais está em primeiro lugar em termos de geração de empregos diretos no estado. Suas conclusões apontam que, para cada R\$ 1 milhão gastos em sua produção, são criados 194 empregos. Por outro lado, o segmento industrial dirigido à cafeicultura representa apenas 11,39% do segmento agroindustrial para o setor agrícola. Portanto, a cadeia produtiva da cafeicultura mineira revela-se ainda pouco consolidada no estado de Minas Gerais, em seus segmentos à montante e à jusante.

Desde o início da década de noventa do século passado, a cafeicultura nacional passou a conviver com o processo de desregulamentação do setor. Naquele momento, ocorreu a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e a retirada do Brasil dos acordos internacionais, o que levaria o setor à uma profunda crise. Como consequência do fim dos acordos internacionais, observou-se a entrada de novos concorrentes no mercado mundial e a redução dos preços do produto.

Para enfrentar essa nova realidade, emergiram importantes experiências autônomas de concertação social, com vistas a reocupar os espaços de intervenção que, antes, eram ocupados pelo Estado. Exemplo disso é o caso da Cafeicultura do Cerrado Mineiro. Uma experiência resultante de uma nova etapa do associativismo rural no Brasil em que os agricultores se organizaram em função do produto na qual se especializaram e da região em que atuam. Nesse sentido, pensar políticas públicas dirigidas à cafeicultura requer pensar o processo de intervenção levados a cabo por organismos estatais e por entidades representativas que fornecem bens públicos, como é o caso de organizações representativas de caráter especializado (Ortega, 2005).

Dessa maneira, ao analisar a capacidade organizativa em torno da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais, tanto no que diz respeito à representação sindical/política, como econômica, pode-se compreender como avaliam e utilizam as políticas públicas, as demandas que fazem e as propostas que podem ser encaminhadas às autoridades governamentais com vistas ao desenvolvimento da atividade cafeeira e de seu território.

Como já analisado anteriormente os municípios formadores das ACAFESUL tem o seu território a maioria composta por agricultores familiares e necessitam de uma reorganização para trabalhar melhor o seu território tendo em vista que outras regiões dentro do estado onde já foram mapeadas com a potencialidade para a conquista de uma IG já alcançaram este objetivo.

Segundo o Diagnóstico da Cafeicultura de Minas Gerais – 1996 (DCMG, 1996), as regiões Sul e Zona da Mata respondiam por, respectivamente, 49% e 33% da área cafeeira mineira, num total de 733,7 mil hectares. Naquela época, a produtividade média mineira era de 15,5 sacas beneficiadas por hectare,

tendo as duas regiões – Sul e Zona da Mata – as produtividades respectivas de 15,7 sc/ha e 11,4 sc/ha. A primeira estimativa da safra de café 2010 de Minas Gerais, divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2009), informa que as áreas cafeeiras brasileira e mineira possuem 2.092.900 ha e 1.000.730 ha, respectivamente, com a produtividade respectiva de 19 sc/ha e 20 sc/ha. Percebe-se, portanto, que neste intervalo de 14 anos, a área mineira destinada à cafeicultura e a produtividade nessa área cresceram, aproximadamente, 30%. Assim, torna-se necessário a caracterização da atual estrutura produtiva da Cafeicultura Mineira de Montanha no que diz respeito à propriedade, ao proprietário e ao parque cafeeiro e seu manejo, relacionando-a aquela de 1996, com vistas a diagnosticar suas potencialidades e vulnerabilidades.

Ainda segundo o mesmo diagnóstico, a distância média entre todos os tipos de propriedades e a sede do município na região Sul é de 11 km, aproximadamente. Na Zona da Mata, essa distância é um pouco superior, 14 km, tendendo a aumentar com o aumento da área plantada com café. Assim, as distâncias respectivas para as propriedades “grandes” (G), “médias” (M) e “pequenas” (P) são de 17 km, 14 km e 12 km. A quase totalidade das propriedades possui a condição de acesso por estradas vicinais. Em ambas as regiões, 67% das propriedades consideram o acesso ótimo ou bom. Cerca de 17%, 12% e 4% das propriedades consideram que o acesso é regular, ruim ou péssimo, ou inexistente, respectivamente.

Cerca de 85% das propriedades na região Sul pertencem a um único dono. O restante das propriedades pertencem a consórcios e sociedade.

Outra forte característica de produção cafeeira na região Sul do estado de Minas Gerais é a destinação de áreas de acordo com o tamanho da propriedade sendo respectivamente, 47% para a grande propriedade, 43% para a média e 48% na pequena.

Quanto ao relevo das propriedades, cerca de 71% dos terrenos da Zona da Mata encontram-se em encostas, sendo os restantes 17% e 12% topos e baixadas, respectivamente. Já as propriedades da região Sul possuem um

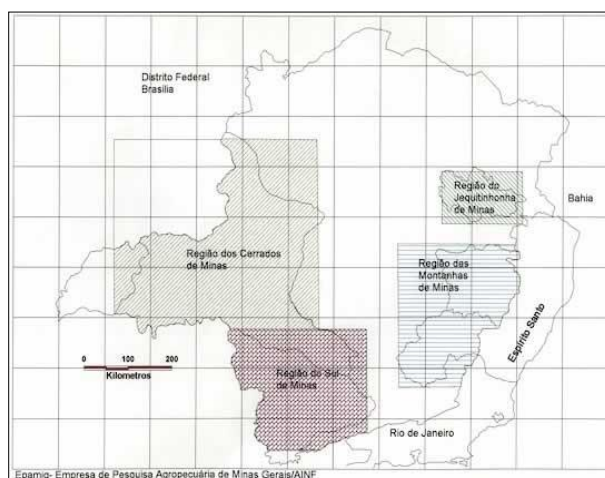
menor percentual de encostas (56%), verificando-se que 30% e 14% de suas respectivas áreas são formadas por baixadas e topos.

CAPÍTULO III

3 O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE CAFÉ EM MINAS GERAIS: PRIMEIROS PASSOS PARA A IG MONTANHAS DO SUL DE MINAS

Tendo o café como um dos principais produtos estadual e nacional o governo do estado de Minas Gerais lançou um programa para conferir qualidade ao café através da certificação de origem e avaliação dos aspectos físicos e degustativos do produto. A adesão ao programa ocorre de forma voluntária cabendo ao produtor rural, inscrever-se ou registrar-se junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA ou alguma entidade credenciada em sua região, que pode ser uma cooperativa ou associação de cafeicultores. Para ser aceito no programa, o cafeicultor deve ter sua propriedade localizada nas regiões delimitadas (ver mapa das regiões produtoras de café) figura 7, e atender às exigências legais prescritas em Portarias baixadas pelo IMA. A partir deste programa, o consumidor também poderá exigir café com maior qualidade, conhecendo a origem do produto, os aspectos da bebida e o seu tipo que podem inclusive estar pré-determinados na sua embalagem. As vantagens do programa quando da adesão do produtor rural são inúmeras possibilitando agregar maior valor unitário ao produto, facilitando as transações comerciais, inclusive as exportações, pelo reconhecimento do Certificado de origem em nível internacional.

Figura 3- Mapeamento de Regiões produtoras de café em Minas Gerais



Fonte: EPAMIG

Visando preservar e ampliar a produção cafeeira, para garantir a competitividade do produto mineiro é que o governo lançou o Programa de Certificação de Origem e Qualidade do Café, visto a sua importância socioeconômica. Para atender este compromisso, o Governo do Estado, encarregou o IMA, de elaborar os processos e procedimentos para a certificação, considerando três grandes segmentos que influenciam a qualidade do café, sendo elas:

- a produção - fatores ambientais
- a indústria - fatores de processamento industrial
- o comércio - fatores de comercialização (pureza, validade, etc)

Foram delimitadas 4 (quatro) regiões produtoras de café no Estado com base em trabalhos técnicos científicos desenvolvidos pelo extinto IBC bem como um estudo conjunto realizado pela EMATER, EPAMIG e IMA, demarcando-se as seguintes regiões:

Tabela 10 - Tipo de Café mapeado no Sul de Minas

Padrão	Bebida ¹⁵	Tipo ¹⁶	Peneira ¹⁷	Outras características
Sul de minas i	Mole	2/3	17-18 e19	-
Sul de minas ii	-	3/4	14-15-16 e moca	Cor uniforme
Sul de minas iii	-	2/3	17-18 e19	Seca boa, aspecto bom
Sul de minas iv	Dura	3/4	14-15-16 e moca	-
Sul de minas v	-	6/7	Bica corrida	-
Sul de minas vi	Riado	3 a 7	14 a 19 e moca	Cor uniforme, seca boa,
Sul de minas vii	Rio	3 a 7	14 a 19 e moca	Aspecto bom/regular
Sul de minas viii	-	8	Bica corrida	Cor heterogênea, seca regular, aspecto ruim

¹⁵ A análise da bebida é feita por método degustativo, baseando-se nos sentidos de gosto e de olfato. No preparo para a degustação, são torradas 100g da amostra, torração clara (tipo americana) e moído em granulado médio. O pó será distribuído em 10 xícaras (aproximadamente 8g p/ xícara) e escaldado em água de primeira fervura. A bebida básica será classificada na seguinte escala: Extritamente Mole (EM); Mole (M); Apenas Mole (AM), Dura (D); Riada (Rd); Rio (R); Rio Zona (Rz); Característica, para conillon. Gostos estranhos = aos sabores básicos são acrescentados os seguintes gostos adjacentes: avinagrado, azedo, ácido, eucalipto, fermentado, fumaça, mofo, sujo, terra e verde.

¹⁶ O tipo de café será classificado na tabela COB ou na tabela Resolução, de acordo com a determinação do solicitante. A classificação COB consiste na apuração do número de grãos imperfeitos e de impurezas encontrados em 100g da mostra batida, convertidos em defeitos conforme tabela de equivalência (vide Anexo 2) e multiplicado por 3 (três), para obter o total de defeitos da amostra em 300g. Determina-se o tipo do café confrontando o número de defeitos encontrados na amostra de 300g com a Tabela Oficial de Classificação (vide Anexo 3). Sua denominação corresponderá aos tipos inteiros, intermediários e inferior: Inteiros = 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8; Intermediários = 2-5, 5-10, 6-35...; Inferior = inferior a 8, quando acima de 360 defeitos.

¹⁷ O tamanho do grão de café é determinado pelo crivo da peneira que o retém.

- O lote de café beneficiado apresenta variedade no tamanho das favas (grãos) e é denominado de Bica Corrida (B/C).
- O lote rebeneficiado, com separação de peneiras é denominado Lote Corrido.

A classificação do percentual da peneira é determinado pela separação dos grãos ao passar pelo jogo de peneiras na seguinte ordem: 20, 19, 18, 17, 16, Mk 10, 15, 14, 13 e Fundo. (Em 100g da amostra apura-se o percentual relativo a cada peneira correspondente).

Tabela 11 - Tipo e Café mapeado no Cerrado de Minas

Padrão	Bebida	Tipo	Peneira	Outras características
Ouro i	Mole	2 e 3	16-17-18 e 19	Cor verde, uniforme,
Ouro ii	-	4 e 5	14-15-16 e moca	Seca boa, aspecto bom
Prata i	-	3 e 4	16-17-18 e 19	Cor esverdeada, seca boa,
Prata ii	Dura	4 e 5	14-15-16 e moca	Aspecto regular
Bronze i	-	6 e 7	Bica corrida	Cor verde e/ou esverdeada, seca boa, aspecto regular
Bronze ii	-	8	Não discriminada	Cor heterogênea, seca regular, aspecto ruim

Fonte: Centro de Comércio do Café de Minas Gerais – CCCMG

Tabela 12 - Tipo de Café mapeado nas Montanhas de Minas

Padrão	Bebida	Tipo	Peneira	Outras características
Montanhas de minas 1	-	2/3	17-18 e 19	-
Montanhas de minas 2	-	-	15-16 e moca	Cor uniforme,
Montanhas de minas 3	-	4/5	Bica corrida	Seca boa aspecto bom
Montanhas de minas 4	Mole	2/3	17-18-19	-
Montanhas de minas 5	-	3/4	14-15-16	-
Montanhas de minas 6	-	3 a 7	Bica corrida	-
Montanhas de minas 7	-	3/4	16-17-18-19	Cor verde variegada, seca boa, aspecto bom
Montanhas de minas 8	-	3 a 7	Bica corrida	Cor verde variegada, seca boa, aspecto regular
Montanhas de minas 9	Dura	2/3	17-18-19	-
Montanhas de minas 10	-	3/4	14-15-16	-
Montanhas de minas 11	-	3 a 7	Bica corrida	Cor uniforme, seca boa
Montanhas de minas 12	Riada	3 a 7	Bica corrida	Aspecto bom
Montanhas de minas 13	-	2/3	17-18-19	-
Montanhas de minas 14	Rio	3/4	14-15-16	-
Montanhas de minas 15	-	3 a 7	Bica corrida	-
Montanhas de minas 16	Rio zona	3 a 8	Bica corrida	Cor heterogênea, seca regular, aspecto ruim

Fonte: Centro de Comércio do Café de Minas Gerais – CCCMG

Tabela 13 - Tipo de Café mapeado em Jequitinhonha de Minas

Padrão	Bebida	Tipo	Peneira	Outras características
Gema de minas extra fino	-	-	17-18 e19	-
Gema de mina extra	Mole	3	14-15-16 e moca	Cor uniforme, seca boa,
Gema de minas especial	-	3	17-18 e19	Aspecto bom
Gema de minas fino	Dura	3/4	14-15-16 e moca	-
Gema de minas	-	2/3	17-18 e19	-
Riada	Riada	3 a 6	14-15-16 e moca	Cor uniforme, seca,
Gema de minas	-	3 a 6	17-18 e19	Aspecto regular
Rio	Rio	3 a 6	14-15-16 e moca	-
Gema de minas riozona	Rio zona	3 a 6	Bica corrida	Cor heterogênea, seca regular, aspecto ruim

Fonte: Centro de Comércio do Café de Minas Gerais – CCCMG

Neste mapeamento entende-se que a região denominada de montanhas inclui o Sul de Minas e também a Zona da Mata mineira, pois estas possuem características peculiares no sistema de manejo devido a sua topografia.

A partir do mapeamento feito se iniciou em Minas as buscas pelas Indicações Geográficas sendo a primeira concedida ao Café da Região do Cerrado Mineiro, posteriormente outras regiões lograram a busca pela mesma certificação como no caso da Região do Sul de Minas. Porém, constata-se que a preocupação do governo em termos da questão social está ligada a produção do café e não na questão do produtor e sua situação, pois para o governo a prioridade está nas commodities e não nos agricultores o desenvolvimento destes é consequência da valorização do produto, ficando as políticas para a melhoria de situação destes atreladas ao programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar do Governo Federal.

Para os apontamentos anteriormente destacadas, utilizaremos o enfoque territorial rural, que tem despertado o interesse de diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, a economia, a ciência política, a antropologia e a geografia para a análise de fenômenos de desenvolvimento, cuja referência ao território a que pertence passa a ser estratégico. Esse aporte teórico, entretanto, requer estratégias coletivas para a construção de projetos de desenvolvimento que dinamizem suas economias. Para tanto, faz-se necessário lançar mão do aporte neocorporativista para analisar a realidade da

representação dos interesses dos cafeicultores e a capacidade destes na construção daquele projeto. Essas organizações representativas de caráter especializado retiraram boa parte do protagonismo da representação dos interesses rurais, antes exercido por organizações sindicais de caráter unitário, e transformaram-se, assim, em interlocutores prioritários dos governos para a formulação de gestão de políticas (ORTEGA, 2005).

Primeiramente apresenta-se uma síntese do enfoque territorial rural e visa a perscrutar as possibilidades para se traçar uma estratégia de desenvolvimento para a Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais com base no referencial teórico. Após esta análise apresentamos o enfoque neocorporativista aplicado à realidade representativa rural para que se compreenda, nos itens seguintes, o papel que podem desempenhar as organizações representativas da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais na construção daquelas estratégias de desenvolvimento que tomam o território como referência.

3.1 – A QUESTÃO TERRITORIAL NA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA

Em um recente levantamento feito pelo Instituto Antônio Ernesto de Salvo - INAES em parceria com a Fundação de Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, apontam que no Brasil, experiências de desenvolvimento territorial ganharam maior expressão no contexto de crise econômica e de reformas liberalizantes, a partir de meados dos anos 1990. Desde então, o enfoque territorial vem motivando atores sociais locais a buscarem alternativas autônomas de desenvolvimento para suas localidades, a partir da construção de arranjos produtivos. Essas experiências propiciaram a elevação da competitividade de seus territórios nos circuitos econômicos regional, nacional e internacional.

Inúmeras possibilidades sobre o enfoque territorial nas análises locais vêm sendo enaltecidas por governos e agências multilaterais. Entretanto, é preciso ressaltar a diversidade de territórios rurais, desde aqueles que são induzidos por programas governamentais, como os Territórios Rurais do MDA e

os Consads¹⁸ do MDS, como os que emergem por iniciativa autônoma de agentes sociais ou econômicos locais. Aqueles, na sua grande maioria, vêm sendo constituídos em realidades territoriais deprimidas¹⁹, enquanto que estes últimos vêm emergindo em realidades sociais e econômicas mais desenvolvidas. Exemplos desse tipo são os casos do Território do Café do Cerrado, em Minas Gerais, e o do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul.

Mais do que modismo, entretanto, nossa perspectiva, no uso do enfoque territorial, é compreender como o processo de globalização impacta os territórios, desterritorializando-os para, em seguida, reterritorializá-los. Nas palavras de BENKO (2002):

As novas especificidades regionais são combinadas à luz dos processos político-econômicos sob o nome de regulação. É assim que o local [territorial] e o global são enxergados sob uma mesma lógica, como duas extremidades de uma nova dialética, materialmente fundada no império das técnicas de alta tecnologia. (BENKO, 2002:9)

Nesse sentido, o território é concebido a partir de uma leitura integradora do espaço social, numa “concepção de espaço como híbrido (entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade), numa complexa interação tempo-espaço” (HAESBAERT, 2006:81).

Para isso, entretanto, além da organização da representação dos interesses na cafeicultura e da constituição de um arranjo produtivo, acreditamos ser fundamental analisar a emergência de lideranças portadoras de habilidade social (social skill), como define FLIGSTEIN (2001), para a emergência de um ambiente de cooperação com vistas à construção de um jogo de somatório diferente de zero para o desenvolvimento territorial.

¹⁸ Territórios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), formados por consórcios de municípios.

¹⁹ Os territórios economicamente deprimidos são constituídos por municípios com baixos níveis de desenvolvimento, baixo ritmo de crescimento e reduzido potencial de desenvolvimento. Seus indicadores sociais (educação, saúde e mortalidade) ficam aquém da média nacional, assim como sua capacidade institucional (avaliada pelo grau de participação local em sua gestão, sua capacidade financeira e gerencial) (ORTEGA, 2008).

Reportando-se às suas origens, podemos verificar que o enfoque territorial do desenvolvimento seguiu dois caminhos paralelos. Uma corrente, de tradição alemã, fundada nos fatores de localização, culminou com a escola da ciência regional nos anos de 1960 e 1970. A segunda corrente, derivada de Marshall (1919), a partir de sua análise dos distritos industriais e, posteriormente, pelo uso das noções de clusters, learning regions e entornos competitivos, ganhou destaque entre economistas e sociólogos (SCHEJTMAN E BERDEGUÉ, 2003).

Para BENKO (2002:51-53), a principal crítica que se pode fazer à tradição alemã da teoria da hierarquia dos lugares centrais é seu pressuposto de que os espaços são homogêneos. Ignora-se, assim, o desenvolvimento desigual de regiões e nações. Outra crítica, ainda, que se pode fazer à essa geografia econômica é que, como destacam SCHEJTMAN & BERDEGUÉ (2003), ela é “filha direta da teoria do equilíbrio walrasiano” e toma o mercado como elemento exógeno. Portanto, como afirma POLANYI (2000), em sua excepcional obra, “A Grande Transformação”, deve-se destacar o caráter endógeno e incrustado dos mercados, na medida em que são construções sociais. Assim, para esse autor, a “civilização industrial” persistirá, enquanto que a visão utópica da existência de mercados autorreguláveis não será “mais que uma lembrança” (POLANYI, 2000:290).

A outra corrente que utiliza o enfoque territorial em suas análises é derivada dos distritos industriais marshallianos. Em *Elements of Economics of Industry* (1919), e mesmo em outras de suas obras anteriores, ainda que de maneira dispersa²⁰, Marshall identifica que a aglomeração de empresas, em um determinado espaço, gera ‘economias externas localizadas’ e contribui para a redução dos custos de produção, com conseqüente elevação da competitividade. Para o economista britânico, as economias externas geradas são resultado da presença de trabalhadores qualificados, do acesso fácil a insumos e serviços, e da disseminação de novos conhecimentos de maneira bastante rápida. Em síntese, o que se tem é o estabelecimento de uma atmosfera favorável às empresas de um determinado entorno.

²⁰ Em artigo seminal, BECATTINI (2002) faz uma reconstrução crítica do conceito de distrito industrial, em que retoma toda a produção de Marshall para resgatar as origens do conceito de distrito industrial.

As aglomerações, portanto, provocariam efeitos positivos aos concorrentes, tanto em função dos efeitos de aglomeração interna como externa ao ramo, com trocas informais, emulação e outras interações que criam, como explicava MARSHALL (1919), uma certa atmosfera, não mensurável, que estabelece um princípio de organização não mercantil entre as empresas (BENKO, 2002:53).

Recentemente, mas no mesmo sentido de interpretação do desenvolvimento territorial, vem ganhando relevância nos debates acadêmicos a Nova Sociologia Econômica (NSE). Além de Mark Granovetter e Neil Fligstein²¹, outros autores vêm enriquecendo esse aporte teórico por meio de estudos sobre os mais variados temas, sempre procurando explicar os fenômenos econômicos através das ferramentas da sociologia (SWEDBERG, 2003:xiii).²²

A abordagem da NSE contemporânea toma como referência fundamental as contribuições de Karl Polanyi (2000), particularmente utilizando o conceito de *embeddness* (enraizamento, incrustação), em que esse autor defende que os mercados são construções sociais. Busca-se, dessa maneira, uma terceira via entre as concepções sub e hiper-socializadas da natureza humana, ressaltando-se o “primado da relação social, da confiança e das redes como tópicos dominantes num projeto de investigação profícuo” MARQUES (2003:4).

Assim, a conquista de uma denominação de origem, que tem como referência o território construído, deve ressaltar a importância de uma estrutura de governança que incorpore singularidade ao seu produto. Dessa maneira, incorpora-se particularidades em sua qualidade não associadas,

²¹ A coletânea de João Peixoto e Rafael Marques (2003), além de uma excelente síntese sobre a NSE, de autoria de Marques, reúne, ainda, os artigos pioneiros dos mais destacados autores desse aporte teórico. Além de Mark Granovetter e Neil Fligstein, encontramos, ainda, artigos de Richard Swedberg, Viviana A. Zelizer, Paul DiMaggio, Paul Hirsch, Stuart Michael e Ray Friedman. Em ABRAMOVAY (2007), também encontramos uma síntese da NSE e suas possibilidades de uso como referencial teórico para uma teoria dos estudos territoriais.

²² Richard Swedberg vem se constituindo em um dos autores mais importantes da NSE. Na coletânea organizada por PEIXO-TO E MARQUES (2003), além de ser o autor da apresentação do livro, realiza um balanço do que se atingiu e do que deve seguir nos estudos com esse aporte teórico. No mesmo sentido de visão autocrítica do aporte, SWEDBERG (2005) resgata as origens weberianas da NSE, volta a realizar um balanço dos avanços verificados e estabelece uma agenda de pesquisas para superar insuficiências do aporte.

necessariamente, às características inerentes ao produto, mas sim, aos atributos de valores reconhecidos pelos consumidores e garantidos pelo selo de qualidade que representa a denominação de origem (KARPIK, 2007).

KARPIK (2007:40-46) identifica os produtos singulares da seguinte maneira: a) em função de sua multidimensionalidade e incerteza, pois nem sempre a definição dada ao produto pelos produtores coincide com a dos consumidores; b) definição individual do consumidor quanto à qualidade do produto, o que orienta seu consumo, ao contrário do preço, como define a economia neoclássica; c) temos, na opacidade e no oportunismo, características de sua decisão de consumo; d) os mercados dos produtos singulares requerem, para reduzir essa opacidade, mecanismos de coordenação que auxiliem os consumidores no julgamento e na redução da subjetividade; e) a concorrência pela qualidade é preponderante, mesmo que essa qualidade seja simbólica. E, como a qualidade é predominante, os preços não são explicados pela relação entre demanda e oferta.

Essa perspectiva de KARPIK (2007) pode ser inscrita na abordagem da Nova Sociologia Econômica (NSE) contemporânea, que toma como referência fundamental as contribuições de POLANYI (2000) ressaltadas anteriormente. Foram WHITE (1981) e, posteriormente, GRANOVETTER (1985) os pioneiros em centrar a discussão das origens sociais dos mercados e dirigir suas críticas aos pressupostos teóricos neoclássicos estabelecidos na Nova Economia Institucional.

Não realiza a NSE, entretanto, uma rejeição liminar dos paradigmas da racionalidade e do normativismo, mas sim, por meio da tese da incrustação, ressalta a origem social dos mercados e uma “outra” racionalidade. Nesse sentido, a NSE não se apega à estrita racionalidade dos atores sociais, pois relações continuadas entre os agentes econômicos determinam a não-deserção e a fidelidade no consumo de determinada marca, além de reforçar a confiança e viabilizar a cooperação.

Nesse sentido, a NSE procura estabelecer uma teoria complexa da ação e, como consequência, recusa: a) a total racionalidade dos atores sociais, pois existem motivações multicritérios nas decisões; b) o imperialismo culturalista,

que faz dos atores sociais “marionetes culturais”, e; c) o primado absoluto das posições estruturais, que explicam os quadros de reprodução social, mas não as mudanças (MARQUES, 2003:13).

A NSE ocupa-se, portanto, do estudo das chamadas formas impuras entre a solução mercantil e a solução de autoridade, buscando a “paixão” no interior da razão estritamente econômica. Ou seja, reconhece a NSE que as decisões dos atores econômicos são motivadas pela repetição das relações, o que implica levar em consideração a história como tentativa de antever o futuro. Nessa perspectiva, as influências exteriores não são nem anônimas e nem livres. Possuem mãos visíveis, que, no nosso caso, são estabelecidas pela confiança na certificação conferida ao café por meio da Denominação de Origem.

Para a NSE, portanto, as redes de relações sociais continuadas é que estão na base de contratos entre as organizações, grupos, empresas e instituições. Assim, para a manutenção dessas relações, a confiança é um dos atributos mais importantes a ser destacado, mesmo porque ela possibilita que se alcance a cooperação²³.

Em KARPIK (2007), a confiança permite que se estabeleça relação com uma realidade simbólica e social e, nesse sentido, constitui-se uma relação institucionalizada, composta não somente pelo conhecimento de informações (que pode ser dado pela certificação), mas também por crenças. Essas crenças, no caso de mercados de produtos certificados por sua origem, podem ser ainda mais consolidadas, uma vez que é grande a confiança na instituição, o que reduz a incomensurabilidade dos produtos.

Nesse sentido, o consumidor de bens singulares, em vez de julgar por meio do conhecimento empírico, toma decisões em função das informações (no caso do café, por meio da classificação conferida pelo Selo de Qualidade). Por confiança, delega às instituições que certificam o café o poder de julgamento sobre o produto a ser consumido, de acordo com a característica

²³ A confiança é um dos temas mais importantes nas ciências sociais. Ela é vista como cimento da sociedade (ELSTER, 1991), variável fundamental nos dilemas da ação coletiva, tanto dos problemas da ação coletiva de OLSON (1999), como da teoria da eleição racional (ELSTER, 1984). Porém, há que se observar que confiança não é bondade, não é altruísmo, mas uma relação que se estabelece em função da repetição das ações dos atores sociais. Ou seja, da história.

que o consumidor espera encontrar. Encontramos, nesse caso, o *Homo singularis* que, assim como o *Homo economicus*, também toma decisões seguindo seus interesses, mas de acordo com uma racionalidade que se guia por uma pluralidade de valores, inclusive, simbólicos (BOURDIEU, 2007), e não por uma racionalidade maximizadora da utilidade.

3.2 – UM BREVE HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS FORMADORES DA ACAFESUL

Para um melhor diálogo sobre a formação da ACAFESUL é necessário um maior conhecimento dos municípios formadores desta associação, suas características e formação inicial, para tanto recorreremos mais uma vez ao IBGE que, além de trazer dados estatísticos possui em seu banco de dados os históricos da formação de cada cidade, bem como os dados atuais que nos auxiliam na visualização da realidade de cada município e suas políticas econômicas e sociais. Também recorreremos a pesquisas da região sobre a formação associativa nos municípios formadores da ACAFESUL, principalmente no município de Poço Fundo com a organização dos produtores de cafés orgânicos.

De acordo com Oliveira, (2008), no município de Poço Fundo-MG, os “pequenos produtores” ou agricultores em sistema de agricultura familiar foram historicamente “confinados” às áreas do município que apresentam alta declividade, empurrados pelos produtores empresariais que dominam as áreas mais planas e mecanizáveis. Para os agricultores familiares restou praticar uma agricultura mais artesanal, à qual o café se adequou perfeitamente. Como as dificuldades que estes agricultores enfrentavam eram comuns a todos, principalmente por viverem em comunidades de acesso mais difícil e, geralmente, em áreas montanhosas, havia grande necessidade de integração e de colaboração entre seus membros.

Nas décadas de 1970 e 80, por meio do movimento da Pastoral da Terra, da Igreja Católica, organizaram-se estes pequenos produtores na formação de centros comunitários em quase todas as comunidades rurais do município, surgindo daí a Associação dos Pequenos Produtores da Comarca

de Poço Fundo, criada oficialmente em 1991. Desde 1997 a associação vem passando por processos de certificação solidária (pela Max Havelar) e orgânica (Associação de Agricultura Orgânica, ou AAO, de âmbito nacional).

No ano 2000, a Escola Agrotécnica Federal de Machado, que mantém parceria com a Associação desde 1998, coordenou a I Conferência Internacional de Mercado Justo e Café Orgânico no Brasil, quando representantes da Associação apresentaram sua experiência contatando com o mercado internacional do Fair Trade e de café orgânico. Em 2002, a entidade passou a ser certificada pela Certificadora Sapucaí para produtos orgânicos, obtendo, por meio dela, o certificado BCS, entidade orgânica reconhecida internacionalmente e o certificado da Fair Trade Label Organization (FLO), entidade mundial coordenadora do mercado justo e solidário. No mês de dezembro daquele mesmo ano, a Associação realizou sua primeira comercialização de café no território americano, obtendo preços acima do mercado, o que possibilitou melhora significativa da rentabilidade da atividade.

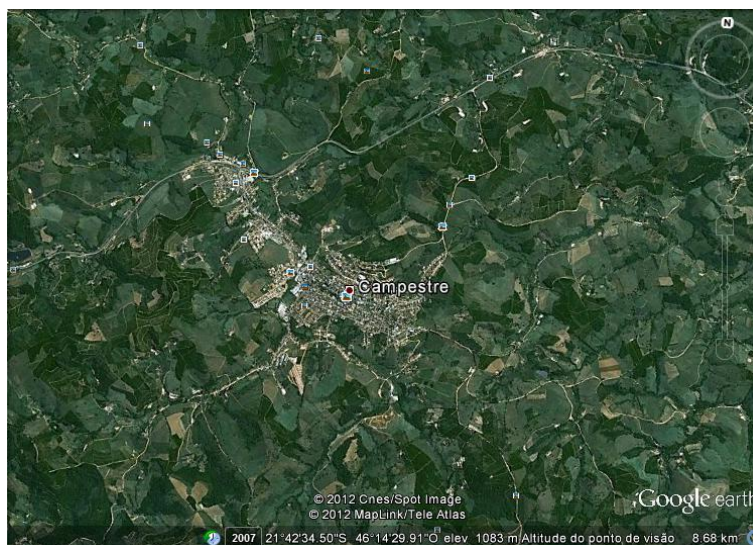
Em 2004, a Associação criou a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), com o objetivo de fazer transações comerciais e possibilitar a comercialização mais eficiente de produtos.

Quanto à participação dos membros nas decisões e na tomada de consciência sobre as questões que lhes dizem respeito, existe um processo histórico de participação que se dá por meio das reuniões ordinárias mensais com representantes dos onze núcleos que constituem a Cooperativa. Cada representante de núcleo leva os assuntos discutidos para uma reunião no seu bairro com os demais membros do núcleo. Este processo visa assegurar a eficiência de comunicação e, em última análise, suprir uma base de coesão requerida para a sobrevivência da iniciativa.

Nestas bases é que se iniciou as mobilizações para o reconhecimento de um território com características produtivas diferenciadas, dado a situação geográfica e a forma de produção do café nas regiões mapeadas denominados regiões de Montanha, nos quais estão inseridos os três municípios, Campestre, Machado e Poço Fundo, até porque, os três municípios dialogam da mesma formação histórica.

CAMPESTRE-MG

Figura 4- Imagem via satélite do município de Campestre-MG



Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), a primeira penetração em território do atual município, deu-se por efeito da ação arrojada dos bandeirantes paulistas, nos primórdios da colonização do país. Quanto à origem da cidade, sabe-se que por ser um local ponto de passagem de viandantes que se dirigiam a Aparecida do Norte (SP) e Campanha (MG) surgiram ranchos dos quais faziam pouso, e moradores foram sendo atraídos ao local, principalmente portugueses. Em 1830, em terras doadas pelos irmãos Francisco José Muniz e Manoel José Muniz foi construída uma capela sob o cargo de Nossa Senhora e o cemitério.

A exploração da lavoura foi o principal objetivo visado pelos imigrantes que ali se fixara, e que com o trabalho de escravos, construíram as primeiras moradias, capela, cemitério, cadeia e as primeiras plantações, que constituíram o fator primordial no desenvolvimento da localidade.

A origem do topônimo se prende a existência, nos primeiros tempos, de uma área campo, entre as matas, a qual foi aproveitada para a formação do povoado. A pessoa natural desse município é chamada de “campestrense”.

Distrito criado com a denominação de N.S do Carmo de Campestre pela Lei Provincial nº 184, de 03 de abril de 1840, sendo sua criação confirmada por Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911. Desmembrada do município de Caldas.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Campestre se compõe de 1 só distrito: o da sede. A instalação do distrito-sede verificou-se no dia 01 de junho de 1912. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, o Município de Campestre permaneceu com 1 distrito. Embora já possuísse oficialmente o nome de Campestre, a Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, determinou que o Distrito de Nossa Senhora do Carmo de Campestre, passasse a denominar-se Campestre.

Este município tem como base econômica principal a agricultura formado em sua grande maioria por pequenas propriedades e tendo como produto principal o café. Abaixo se pode observar como está dividido a distribuição dos produtores, segundo o último censo em relação à situação do produtor e também as áreas distribuídas.

Tabela 14 - Distribuição de propriedades rurais no município de Campestre-MG

Condição Legal do Produtor	Número de Estabelecimentos Agropecuários	%	Área em Hectares	%
Propriedade Individual	1846	96,85	43710	93,29
Condomínio, Consórcio ou Sociedade de Pessoas	30	1,57	2550	5,44
Cooperativa	2	0,10	451	0,96
Sociedade Anônima ou por cota de responsabilidades Ltda	20	1,05	121	0,26
outra condição	8	0,42	20	0,04

Fonte: IBGE Censo 2006

Tabela 15 - Condição dos Produtores no município de Campestre-MG

Condição Legal do Produtor por Gênero	Número de Estabelecimentos Agropecuários	%	Área em Hectares	%
Masculino	1735	91,03	43559	92,97
Feminino	171	8,97	3293	7,02
Proprietário Masculino	1567	82,21	42289	90,35
Proprietário Feminino	158	8,29	3025	6,46
Arrendatário Masculino	22	1,15	649	1,38
Arrendatário Feminino	2	0,10	54	0,11
Parceiro Masculino	58	3,04	297	0,63
Parceiro Feminino	1	0,05	0	0
Ocupante Masculino	83	4,35	323	0,69
Ocupante Feminino	10	0,52	167	0,35
Produtor sem área Maculino	5	0,26	0	0

Fonte: IBGE Censo 2006

Tabela 16 - Distribuição das lavouras cafeeiras no município de Campestre-MG

Produtos de Lavoura permanente	Descrição	Quant	Toneladas	Valor em Mil Reais
Café Arábica em Grão Verde	Número de estabelecimentos com mais de 50 pés existentes	1495	16623	61.466,00
Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde)	Número de estabelecimentos com mais de 50 pés existentes	2	3	12.000,00

Fonte: IBGE Censo 2006

O Censo de 2010 aponta o município com uma população de 20.686 habitantes em uma área de 578 km², do total da população 53% residem na zona urbana e 47% está na zona rural do município. Em relação incidência de pobreza da população 16,66% encontra-se nesta faixa, 9,81% abaixo desta linha e 23,51% acima, há ainda a questão da pobreza subjetiva onde 17,18% da população está nesta faixa, 14,14% abaixo e 20,23% acima.

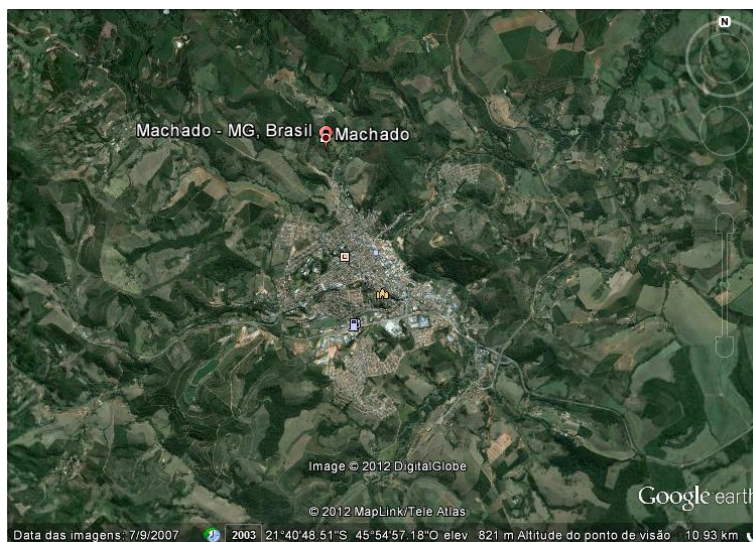
A composição de renda do município está distribuída segundo o PIB dos municípios de 2009 da seguinte maneira: Valor adicionado bruto da agropecuária em preços correntes 78.177,00 mil reais, indústria, 13.887,00 mil reais, serviços 95.005,00.

Portanto, observa-se que a agricultura tem um importante peso na economia local demandando atenção do governo local e também de outros

atores importantes no desenvolvimento local e regional, tendo em vista que grande parte da população reside na área rural e da população residente na área urbana boa parte dos rendimentos vem também da zona rural para a área urbana através dos gastos para a compra de mercadorias para esta população.

MACHADO-MG

Figura 5- imagem via satélite do município de Machado-MG



O município de Machado segundo o histórico do IBGE teve origem em 1750, pois até então pertencia ao estado de São Paulo. Os primeiros registros históricos relativos a Machado datam deste período, quando suas terras passaram ao domínio definitivo da capitania de Minas Gerais, depois de muitas lutas com os paulistas. Nesta época ainda era apenas ponto de parada de tropeiros e boiadeiros, que passavam pela região.

Com a notícia de que as terras eram de excelente qualidade, logo pessoas foram atraídas para a região, mas a história de Machado propriamente dita iniciou-se entre 1810 e 1815, quando se instalou na região o tenente Antônio Moreira de Souza e Joaquim José dos Santos, que organizaram duas fazendas, desenvolvendo a agricultura e pecuária, formando um pequeno povoado.

Com o crescimento deste povoado, a fazendeira Ana Margarida Josefa de Macedo acabou por doar um terreno de 9 alqueires para a construção de

um capela, após a licença concedida em 1818 por Dom Mateus de Abreu Pereira, bispo de São Paulo. Considerou-se aí fundada a povoação, dentro das normas eclesiásticas da época.

Primeiramente, o lugar era conhecido como Região do Jacutinga, depois Campos do Machado, Jacutinga, Sacra Família e Santo Antônio do Machado, Santo Antônio do Machado e, finalmente, Machado.

O nome atual foi oficializado em 7 de setembro de 1923, pela Lei Estadual 843. A origem de seu nome tem duas histórias. A primeira conta que grupo de bandeirantes que teria perdido um machado às margens do rio que corta a cidade.

O povo acabou por batizar o rio como "Rio do Machado" e logo o povoado ficou conhecido pelo mesmo nome. Outra explicação é de que grande parte das terras do povoado pertencia a uma família de sobrenome Machado, originária da cidade de Caldas. O local teria então adotado o nome dos fazendeiros.

No Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, encontram-se referências sobre esta família.

A povoação pertenceu, sucessivamente, às cidades de Cabo Verde, Jacuí, Caldas e Alfenas. Por provisão bispo D. Antônio Martiniano de Oliveira, de 5 de agosto de 1852, tornou-se curato independente.

De curato passou à freguesia por Lei Provincial 809, de 3 de julho de 1857. A Lei Provincial 2.684, de 30 de novembro de 1880, elevou a freguesia à vila. Finalmente, no dia 13 de setembro de 1881, foi decretada a emancipação político-administrativa de Machado, separando-a de Alfenas (MG).

A medida foi oficializada pela Lei Provincial 2.766, graças ao empenho do deputado Astolpho Pio, do Partido Republicano Mineiro.

Tabela 17 - Distribuição de propriedades rurais no município de Machado-MG

Condição Legal do Produtor	Número de Estabelecimentos Agropecuários	%	Área em Hectares	%
Propriedade Individual	1156	95,46	43479	89,37
Condomínio, Consórcio ou Sociedade de Pessoas	19	1,57	2552	5,25
Cooperativa	1	0,08	15	0,03
Sociedade Anônima ou por cota de responsabilidades Ltda	3	0,25	1781	3,66
outra condição	32	2,64	823	1,69

Fonte: IBGE Censo 2006

Tabela 18 - Condição dos produtores no município de Machado-MG

Condição Legal do Produtor por Gênero	Número de Estabelecimentos Agropecuários	%	Área em Hectares	%
Masculino	1102	91,00	44473	91,92
Feminino	109	9,00	3908	8,07
Proprietário Masculino	1023	84,48	41897	86,11
Proprietário Feminino	106	8,75	3133	6,43
Arrendatário Masculino	35	2,89	777	1,59
Arrendatário Feminino	3	0,25	775	1,59
Parceiro Masculino	38	3,14	2063	4,24
Ocupante Masculino	6	0,50	6	0,01

Fonte: IBGE Censo 2006

Tabela 19 - Distribuição das lavouras cafeeiras no município de Machado-MG

Produtos de Lavoura permanente	Descrição	Quant	Toneladas	Mil Reais
Café Arábica em Grão Verde	Número de estabelecimentos com mais de 50 pés existentes	907	24296	95.006
Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde)	Número de estabelecimentos com mais de 50 pés existentes	39	1134	3975

Fonte: IBGE Censo 2006

Segundo o censo de 2010 a população de Machado é de 38.688 habitantes em uma área de 586km², deste total 82,9% está na área urbana e 17,1% na zona rural.

Os índices de pobreza no município levantado pelo Mapa de Pobreza e Desigualdade dos municípios brasileiros de 2003 apontou que a cidade possui

uma incidência de 23,17% de pobreza, 15,26% abaixo e 31,09 acima da faixa de incidência, para a incidência de pobreza subjetiva o total é de 20,69% estando abaixo desta faixa 17,49% e superior a incidência de pobreza um total de 23,89%.

O produto interno bruto do município conta com a participação da área de serviços, indústria e agropecuária, sendo o primeiro responsável pela maior arrecadação do município seguido pela indústria e em terceiro lugar pela agropecuária.

Embora, as raízes desta cidade estejam ligadas a área agropecuária, há no município uma indústria de reconhecimento nacional responsável por boa parte da arrecadação local e também pela geração de empregos, a Indústria de Alimentos Santa Amália, que também é uma distribuidora e que concentra parte de sua produção em pequenas outras indústrias, atraindo para a área urbana boa parte da população da zona rural. Mas o setor agropecuário ainda é bom empregador no município, principalmente para a população na faixa etária de 29 a 40 anos de idade.

POÇO FUNDO

Figura 6-imagem via satélite do município de Poço Fundo-MG



Fundada em 02 de abril de 1970, dia de São Francisco de Paula com início da construção da igreja, Idealizada pelo Capitão Francisco Ferreira de

Assis, circundando a capela formou-se com o nome de São Francisco de Paulo do Machadinho, que passou a ser distrito do município de Alfenas, mais tarde passou a ser distrito de São Gonçalo do Sapucaí, posteriormente ao município de Machado do qual pertenceu até emancipar.

Em 1923 pela Lei Estadual 843 surgiu um novo município chamado Gimirim que em tupi-guarani significa Machado Pequeno.

Em 12 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual 1.903 passou a chamar Poço Fundo atual nome do município.

Tabela 20 - Distribuição de propriedades rurais no município de Poço Fundo-MG

Condição Legal do Produtor	Número de Estabelecimentos Agropecuários	%	Área em Hectares	%
Propriedade Individual	2012	97,15	30371	94,35
Condomínio, Consórcio ou Sociedade de Pessoas	45	2,17	1258	3,91
Cooperativa	1	0,05	32	0,10
Sociedade Anônima ou por cota de responsabilidades Ltda	7	0,34	102	0,32
outra condição	6	0,29	428	1,33

Fonte: IBGE Censo 2006

Tabela 21- Condição dos produtores no município de Poço Fundo-MG

Condição Legal do Produtor por Gênero	Número de Estabelecimentos Agropecuários	%	Área em Hectares	%
Masculino	1908	92,13	29905	92,89
Feminino	163	7,87	2286	7,10
Proprietário Masculino	1704	82,32	28180	87,53
Proprietário Feminino	152	7,34	2032	6,31
Arrendatário Masculino	14	0,68	499	1,55
Arrendatário Feminino	3	0,14	123	0,38
Parceiro Masculino	82	3,96	346	1,07
Parceiro Feminino	0	0,00	0	0
Ocupante Masculino	103	4,98	881	2,73
Ocupante Feminino	7	0,34	131	0,40
Produtor sem área Maculino	5	0,24	0	0
Produtor sem área Maculino	1	0,05	0	0

Fonte: IBGE Censo 2006

Tabela 22- Distribuição das lavouras cafeeiras no município de Poço Fundo-MG

Produtos de Lavoura permanente	Descrição	Quant	Toneladas	Valor em Mil Reais
Café Arábica em Grão Verde	Número de estabelecimentos com mais de 50 pés existentes	1449	8417	36.292,00
Café canephora (robusta, conilon) em grão (verde)	Número de estabelecimentos com mais de 50 pés existentes	54	388	1.331,00

Fonte: IBGE Censo 2006

O menor dos municípios formadores da ACAFESUL, Poço Fundo, possui uma população de 15.959 habitantes em uma área de 474,24km² deste total da população 58,2% está na área urbana enquanto 41,8% está na área rural o que difere muito em relação ao município anterior, também formador da associação, mas se assemelha muito com o primeiro em termos da distribuição da população e também da economia.

Para o levantamento da questão pobreza e desigualdade o município apresenta uma incidência de 22% com um limite inferior de incidência de 15% e limite superior de 28,99% para a incidência de pobreza subjetiva o índice é de 21,85% estando no limite inferior a taxa de 18,51% e superior 25,19%.

Na economia local a área de serviços é também responsável por boa parte da arrecadação sendo responsável em 2009 por R\$ 72.911 mil reais da arrecadação, correspondendo a 60% do PIB do município a agropecuária 34.998 mil reais (29,13%) e a indústria 12.227 mil reais equivalente a 10,17%.

Este município apresenta grande parte de sua área produtora nas mãos de agricultores familiares e também possui muitas cooperativas e associações o que fortalece os produtores locais ajudando na agregação de valores para os produtos e também a enfrentar os desafios dos mercados, através de cursos, orientações e capacitações para os produtores.

Estas organizações apresentam um forte histórico na ajuda aos pequenos, seja em qual segmento for para enfrentar as dificuldades impostas por cenários contraditórios da economia.

3.3 - MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS: ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

A cooperação sempre existiu na história da humanidade e sem ela o homem nunca poderia ter chegado ao ponto que chegou. Ela ocorreu nas mais

diferentes sociedades, sejam naquelas consideradas primitivas ou nas modernas, sendo que, através da colaboração, da ajuda mútua, da união, surgiram belas experiências em todas as culturas e em todas as épocas. Assim como a natureza atua como um sistema, onde cada unidade precisa uma de outra para constituir um todo integrado, os indivíduos também precisam dos outros para sua sobrevivência e para constituírem um todo.

É preciso lembrar que existem forças que levam à união e à solidariedade, e existem forças que levam à desunião e ao distanciamento. A vida humana é feita pela conjugação de duas dimensões opostas, sendo que o mais comum é o predomínio das forças que levam ao antagonismo e ao confronto, especialmente em uma forma de capitalismo em que sobrevivem apenas os mais fortes.

De forma geral, cooperar (co-perar) é trabalhar com o outro, fazer algo junto de alguém, unindo as energias e recursos no sentido de ajudar-se mutuamente ou obter algum resultado com o outro, o que permite às pessoas alcançar um fim que dificilmente conseguiriam sozinhas. A cooperação é um ato construído em razão dos desejos e necessidades comuns dos indivíduos, que ainda assim, muitas vezes, insistem em optar pela desunião, ao invés de acreditar na potencialidade do grupo como força transformadora e como forma de obter justiça social.

O cooperativismo representa a união de forças entre indivíduos voltados para um mesmo objetivo, a partir da cooperação, através da qual se procura atender às necessidades e aspirações comuns, tanto econômicas quanto sociais e culturais, de seus membros (Mc Intyre, 2002).

São comuns ditados como: “a união faz a força” ou “unidos venceremos” os exemplos práticos são muitos para comprová-los. Nesse sentido, as associações e cooperativas surgem da vontade de pessoas que se unem de uma forma em que os interesses e objetivos coletivos passam a ser maiores que os interesses e objetivos individuais. Ao contrário, quando os indivíduos estão em competição dentro de um mesmo grupo, aumenta o espírito de luta, os problemas pessoais ficam maiores do que os problemas grupais diminui o nível de responsabilidade, prevalece a política do ganhar “custe o que custar”,

surtem rancores e hostilidades pelo menor motivo, cada um busca ser “melhor que o outro”.

Os produtores que normalmente apresentam dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na constituição de associações ou cooperativas um mecanismo que pode lhes garantir maior entrada no mercado e maior competitividade.

Transformar a participação individual e familiar em compromisso coletivo é um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos, colocando o produtor em melhor situação para viabilizar sua atividade.

A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilita-lhes conseguir maior retorno por seu trabalho.

Para Mc Intyre (2002), o cooperativismo é um empreendimento socioeconômico coletivo que busca a igualdade, a participação democrática, a independência e a autonomia de seus membros, na perspectiva de desenvolvimento local e da justiça social.

A união dos produtores em associações/cooperativas torna possível a aquisição de insumos com menores preços, melhor qualidade e melhores prazos, bem como o uso coletivo de equipamentos e trabalho, facilitando, também, a comercialização de produtos e serviços.

Os recursos, quando divididos entre vários associados, tornam-se acessíveis a todos, pois reúnem esforços em benefício comum, bem como o compartilhamento dos custos.

Ao buscar soluções em conjunto, os produtores evoluem para decisões mais definitivas, aperfeiçoando a parceria, inicialmente informal, para uma forma de união organizada. Além de melhorarem suas condições de produção e de comercialização, possuem mais força para reivindicar junto às autoridades melhorias para a categoria e para a comunidade.

Tais vantagens vêm estimulando os produtores a se organizarem de forma associativa para enfrentar problemas e, ao mesmo tempo, situar a indicação geográfica como caminho viável para o desenvolvimento social e econômico.

Assim, entre os muitos objetivos da associação dos produtores de café da ACAFESUL, conforme estabelece o seu estatuto podemos citar os seguintes:

- congregar entidades de representação, cafeicultores para que promovam avanços em direção ao desenvolvimento sustentável do território e à geração de oportunidades que reduzam as desigualdades sociais, com a garantia da inclusão dos segmentos sociais, notadamente os da cafeicultura de base familiar;
- coordenar e promover ações de marketing do café produzido na sua área geográfica, com a finalidade principal de torná-lo nacional e internacionalmente conhecido;
- colaborar com os poderes públicos e iniciativa privada no sentido de fortalecer o espírito associativo entre o(a)s que exercem atividades na cafeicultura;
- representar seus associados e associadas junto aos órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais;
- divulgar para todos os associados e associadas as informações técnicas, de mercado, financeiras e outras de interesse do setor;
- promover o desenvolvimento da política cafeeira junto aos órgãos públicos, privados e entidades ligadas ao setor;
- promover junto aos seus associados e associadas ações que estimulem as práticas conservacionistas e ambientais com respeito à biodiversidade;
- promover a ampliação e o fortalecimento das Associações e Cooperativas Agropecuárias nos municípios de sua atuação, visando o desenvolvimento integral do setor;
- estimular e promover o potencial turístico do território, considerando o incentivo à obtenção de registro de indicação geográfica na categoria de serviços, de acordo com as normas do INPI;
- colaborar e promover convênios com todas as associações, cooperativas, grupos e outras instituições formais de todas as regiões produtoras de cafés do Brasil de modo a consolidar a marca Cafés do Brasil no mercado externo e o fortalecimento e desenvolvimento da cafeicultura nacional;
- promover, juntamente com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, pesquisas, ensino profissional e controle da qualidade e certificação dos cafés;
- criar e organizar instrumentos que viabilizem a comercialização nacional e internacional do café, produzido no território, visando a modernização e inovação de novas práticas comerciais, financeiras e de serviços;
- promover convênios educativos visando o aprimoramento profissional das pessoas e que trabalham no segmento cafeeiro;
- prestar serviços diversos de assessoria, treinamentos, cursos e outros, por meio de convênios ou contratos com órgãos públicos, com instituições de economia mista ou privadas, ou, ainda, contrato diretamente com os interessados;

- criar um banco de dados com informações estatísticas, técnicas, financeiras, administrativas, comerciais, etc., de interesse de seus associados e associadas;
- promover congressos, simpósios, dias de campo, exposições nacionais e internacionais, como meio de divulgação de tecnologias e de marketing do café do território;
- incentivar a adoção de práticas de registro, certificação de origem e qualidade, de região, marcas e padrões de produtos de seus associados e associadas, promovendo e zelando por sua apresentação nos mercados consumidores;
- promover e preservar o registro da Indicação Geográfica, além de outorgá-la, conforme legislação vigente;
- criar, organizar e operar instrumentos de controle e fiscalização da qualidade do café do território, tais como: certificado de origem, selo de qualidade, rastreabilidade e outros sistemas e métodos que garantam a qualidade do produto de seus associados e associadas.

Uma das melhores maneiras que os pequenos produtores têm para combater a desproporção de competitividade a que estão expostos no mercado e também pela falta de políticas que os favoreçam em relação aos grandes produtores nacionais e também internacionais é através do Associativismo e Cooperativismo, há pelo país várias experiências desta forma, mas as associações envolvendo iniciativas para as implantações de indicações geográficas ainda são poucas e as suas influências variadas.

Dentre os exemplos podemos citar a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE, que conquistou a primeira Indicação de Procedência, no país e agora luta pela Denominação de Origem para os vinhos desta Região. Associação das Indústrias de Curtumes do Rio Grande do Sul – AICSUL, responsável pela obtenção da IG Vale dos Sinos, também do Rio Grande do Sul, foi também a primeira Indicação não agrícola do Brasil.

A Região do Cerrado Mineiro é regulamentada pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado, uma organização sem fins lucrativos organizada e estruturada por um grupo composto por 7 associações de produtores, 8 cooperativas e 1 fundação para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao café e região, responsável pela primeira IG ligada a cultura cafeeira no Brasil.

A Associação de Produtores de Arroz do Litoral Norte do Rio Grande do Sul – APROARROZ foi a responsável pela primeira Denominação de Origem nacional, seguida pela Associação dos Carcinicultores da Costa Negra, no Ceará, responsável pela segunda DO no Brasil.

O movimento para a implantação da IG no Sul de Minas envolvendo os municípios de Campestre, Machado e Poço Fundo foi iniciada com a criação de uma comissão local, representativa dos diferentes segmentos de produção de cafés dos três municípios, foi o primeiro passo para a formação de um Conselho de Associação de Cafeicultores visando a obtenção do registro de Indicação de Procedência - IP para o produto, junto ao INPI, de acordo com os padrões de qualidade a serem definidos pelo próprio Conselho (estabelecido no manual de boas práticas da ACAFESUL). A comissão foi formada por três agricultores representantes de cada município, além da participação dos Sindicatos Patronais, Sindicato dos Trabalhadores e as cooperativas de referência: Cooperativa Agrária de Machado - COOPAMA, Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo - COOPFAM, Cooperativa de Agricultores de Campestre - CACAMINAS e Cooperativa de Produtores de Poço Fundo-COOPFUNDO. Todas estas organizações se uniram tendo em vista as similaridades que apresentavam os seus produtores em termos de dificuldades de mercado e também do desenvolvimento em suas formas de produção devido ao relevo onde estão presentes as suas lavouras de café.

Esta ação foi empreendida através de um projeto financiado pelo Ministério da Agricultura e se apóia em pesquisas científicas realizadas nos últimos anos, cujos resultados sugerem que o café produzido na região de montanhas, atende aos indicadores de qualidade e sustentabilidade e poderá buscar a conquista de um mercado diferenciado.

Nas palavras do pesquisador, Miguel Ângelo da Silveira²⁴, existem nestes municípios um território onde se manifesta uma identidade própria, fruto de uma construção social coletiva e ainda,

²⁴

Pesquisador aposentado da Embrapa e coordenador de projetos na área de Extensão Rural

Por meio desta constatação, aliada aos estudos de geoprocessamento que identificaram similaridades ambientais, com notoriedade do café produzido e pelo histórico de sua tradição e saber-fazer é que foi detectado o potencial para o reconhecimento de Indicação de Procedência (IP) do café produzido neste território.

Porém, nas relações humanas há sempre conflitos de interesses e no caso em estudo não é diferente, desta forma entender como a associação pode diminuir os atritos entre os seus integrantes e também as metodologias de aproximação com estes produtores é de extrema importância para a manutenção da mesma e também para o crescimento e atendimento do objetivo dos seus atores na construção de um território com a produção não só de um produto diferenciado, mas com aspectos sociais e econômicos que atendam a toda a comunidade alavancando a qualidade de vida de todos os sujeitos envolvidos direta e indiretamente.

3.4 - FORMAÇÃO DA ACAFESUL E A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E DA TERRITORIALIDADE

Em um país continental como o nosso, o tema do desenvolvimento territorial parece ter importância permanente. Seja em razão de aspectos geopolíticos, ambientais ou agrários, a questão do território constitui eixo fundamental do debate sobre a incorporação de espaços amplos e públicos.

O termo território deriva do latim, *territorium*, que, por sua vez, significa terra que deriva de pedaço de terra apropriado. Na língua francesa, *territorium* deu origem às palavras *terroir*²⁵ e *territoire*, este último representando o “prolongamento do corpo do príncipe”, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes (ALBAGLI, 2004).

Para Raffestin (1988): a diferença entre territorialidade humana e animal se dá quando os grupos humanos passam a produzir territórios, e não apenas deixam marcas como os animais, mas sinais com significados culturais. Ainda segundo o mesmo autor (1993) o território trata-se de: uma produção a partir

²⁵ O termo *terroir* não é de fácil tradução. Não se produz tão somente a noção de terreno ou solo, mas inclui atributos que distinguem e agregam valor aos produtos de uma dada região ou localidade.

do espaço, constituindo-se por relações de trabalho, revelando relações de poder.

Outros autores contribuem para a definição do conceito de território como: Souza (2001), pois para ele território é um campo de forças. Sua gênese traz embutida a questão: “quem domina ou influencia no espaço, e como?”

As mutações econômicas e sociais ocorridas no último século colocaram o Brasil no contexto das grandes economias. Essas mutações, longe de terem criado eixos de integração dos espaços sub-regionais ou de terem sido uniformemente distribuídas sobre o território nacional, aprofundaram descontinuidades tanto na quantidade quanto na qualidade da infra-estrutura construída, assim como acentuaram as desigualdades na distribuição de renda, existentes desde o período colonial, aprofundando disparidades regionais e fosso que separa ricos de pobres.

O estado de Minas Gerais é o mosaico do Brasil trazendo uma realidade dentro do seu próprio território que se assemelha muito com a realidade nacional, pois é um estado de grandes dimensões territoriais com grande concentração de pequenos municípios e macrorregiões muito distintas umas das outras as quais carecem de políticas públicas para o seu desenvolvimento.

Em períodos recentes, a polarização excessiva de investimentos teve peso da vontade do Estado através de políticas públicas ativas, aprofundando desigualdades regionais e chegando, até mesmo, a modelar um processo excludente de acumulação intencional, restrito à chamada Região Concentrada²⁶, trazemos aqui este termo macro para a questão da polarização no estado mineiro, pois o mesmo possui regiões com concentrações de renda em detrimento a outras onde o estágio de pobreza é latente e mesmo nas regiões que aparentam ter certa riqueza acumulada a distribuição da mesma não ocorre de forma igualitária.

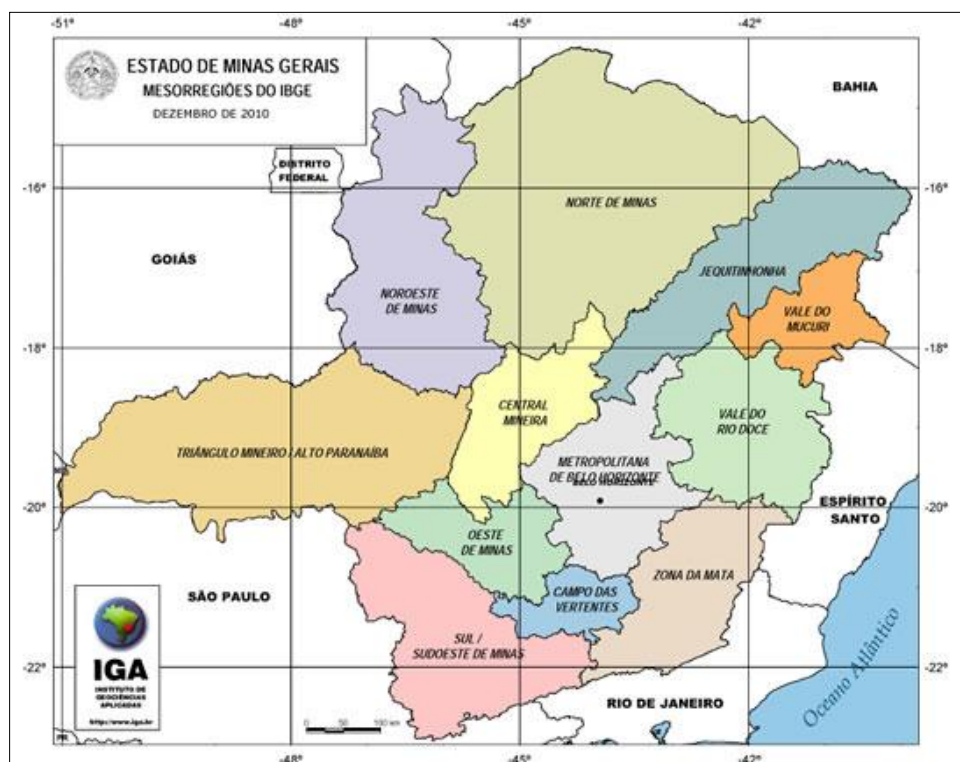
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divide o estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. De acordo com o órgão, este sistema de divisão tem aplicações importantes na elaboração de

²⁶ Denominação inserida na literatura geográfica por estudos coordenados por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro (O Conceito de Região Concentrada, Rio de Janeiro, 1979). A região estaria constituída pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Contribuem também, para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

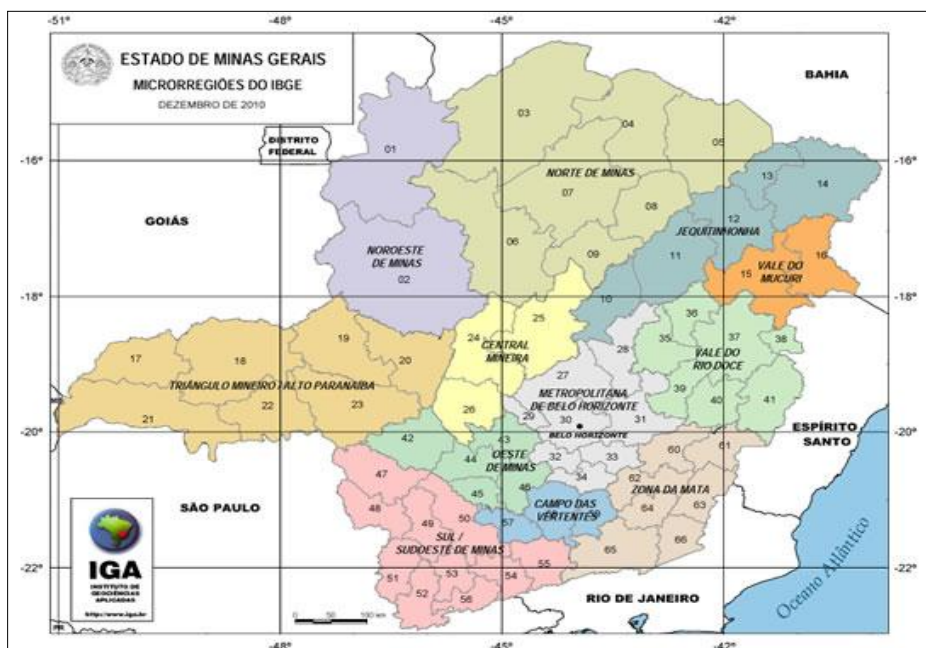
As 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE para Minas Gerais são as seguintes: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata. O estado ainda é dividido em 66 microrregiões de modo a facilitar o planejamento e o desenvolvimento para estas regiões. A mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas (10) é constituída pelas seguintes microrregiões: Passos (47), São Sebastião do Paraíso (48), Alfenas (49), Varginha (50), Poços de Caldas (51), Pouso Alegre (52), Santa Rita do Sapucaí (53), São Lourenço (54), Andrelândia (55) e Itajubá (56).

Figura 7- Macrorregiões de Minas Gerais



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais

Figura 8- Microrregiões de Minas Gerais



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais

Dentre os três municípios formadores da ACAFESUL, Machado, o maior deles é onde está centrada a associação e possui uma menor parcela de produtores familiares e uma maior abrangência de produtores patronais, portanto faz-se necessário a discussão da formação deste território na busca do signo geográfico para a valorização do produto ou dos produtores locais.

Em um evento ocorrido no dia 26 de maio de 2010, com a participação de cerca de 160 pessoas, entre, produtores, técnicos, lideranças e pesquisadores foi que se deu início a busca pela IG “Café das Montanhas do Sul de Minas”, o evento ocorreu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – IFSULDEMINAS e contou também com a participação da EMBRAPA - Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e de Prefeituras dos municípios envolvidos.

Parte da programação foi dedicada para a criação da associação dos cafeicultores, com a formação de uma diretoria provisória, sob a presidência de Maria Selma Magalhães Paiva. A Assembléia constituída para o Seminário reconheceu que a integração dos produtores dos três municípios é requisito fundamental para a formulação do pedido de IG e, no final do evento, foi

aprovada por unanimidade a criação da Associação dos Cafeicultores de Campestre, Machado e Poço Fundo - ACAFESUL.

O Seminário foi um ensejo para exposição e ampliação do debate acerca dos desafios e oportunidades que envolvem o processo de reconhecimento de uma IG. Neste sentido, o pesquisador, Miguel Ângelo da Silveira, fez uma explanação sobre o projeto que vem sendo liderado pela Embrapa Meio Ambiente, desde 2006, em parceria com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão, como a Embrapa Café, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), IFSULDEMINAS, EMATER-MG e Universidade Federal de Lavras (UFLA) e com o apoio do Mapa.

Para a pesquisadora da Embrapa Café, Helena Maria Ramos Alves, da equipe do Laboratório de Geoprocessamento da Epamig - GEOSOLOS, a definição de um código de qualidade no âmbito da IG acaba por beneficiar todo o setor, agregando valor não apenas ao produto, mas também serve como gerador de desenvolvimento para toda região envolvida.

De maneira clara e transparente, o superintendente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, José Augusto Rizental, apresentou a experiência de diferenciação do café e os benefícios que os cafeicultores já estão colhendo, como um preço superior em média de 30 a 50 reais por saca comercializada. Em média, a região comercializa 250 mil sacas de café com indicação de procedência.

A mensagem deixada por ele foi otimista: “Não somos concorrentes. Não há Café do Cerrado, do Sul de Minas ou Bahia. Nós somos todos brasileiros e devemos mostrar ao mundo nossas diversas regiões e características. Devemos nos unir para desenvolver um marketing conjunto, tendo a IG como garantia de que temos excelentes cafés puros de origem”, ressalta. Também destacou a vantagem do café do Sul de Minas já ter uma imagem de produtora de cafés de qualidade aliada ao predomínio do sistema familiar de produção, característica valorizada pelo comércio internacional.

Os procedimentos de registro e o passo a passo para o encaminhamento do processo foram apresentados pela analista de Indicação Geográfica do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Lucia Regina

Rangel de Moraes Valente Fernandes. Em sua explanação foi destacada a importância da reputação do território requerente de IG, do resgate desta memória, da conscientização junto ao mercado consumidor e da validação do registro nos países compradores. Ela também ressaltou a transparência de todo o processo, que pode ser acompanhado por meio do Portal do INPI na Internet.

Após este evento iniciou-se um trabalho para a implantação da Indicação Geográfica na região, mas somente em janeiro de 2011 é que juridicamente passou a existir a ACAFESUL com sede ainda no campus do IFSULDEMINAS.

Várias reuniões e encontros para capacitação dos produtores e gestores da associação ocorreram desde a sua formação com a participação de consultores da EMBRAPA e também do professor do IFSULDEMINAS do curso de Gestão em Cafeicultura, Leandro Carlos Paiva, que orienta e coordena a implantação da associação.

Figura 9- Primeiras reuniões dos gestores da ACAFESUL



Figura 10- Seminário sobre IG "Café das Montanhas do Sul de Minas"



Nos três municípios estudados é muito forte a presença da agricultura familiar principalmente nas cidades de Campestre e Poço Fundo estas com ações mais presentes para os agricultores familiares. Portanto, considera-se que a participação destes produtores se daria em maior número na Associação, mas isso não vem acontecendo. Na formação da ACAFESUL inicialmente os produtores viram com bons olhos a formação da associação para a busca da indicação, porém, com o passar do tempo decaiu a participação dos mesmos na entidade. Para os gestores da ACAFESUL o fato se deve pela demora no trâmite para a liberação da Indicação que passa por vários passos até a aprovação pelo INPI e os benefícios também somente serão sentidos em longo prazo. Segundo os gestores é necessário um trabalho com os produtores para que não desistam da associação e entendam que os benefícios para os mesmos e também para a região não virão de imediato, pois é necessário um longo trabalho para consolidação do território e também da marca e não se deve apenas aguardar que isto venha apenas com a aprovação da IG "Café das Montanhas do Sul de Minas".

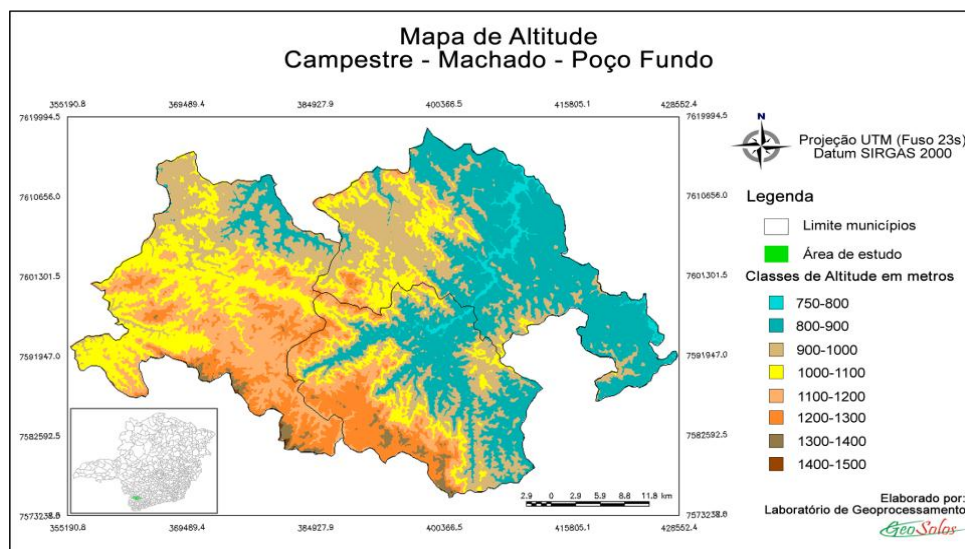
Os gestores e participantes da ACAFESUL concordam que é necessário o fortalecimento da interação dos produtores desta região na busca do objetivo comum, o selo de identificação, o qual já foi escolhido e está sendo trabalhado pelos gestores com a aprovação dos agricultores envolvidos.

Figura 11- Selo da IG "Montanhas do Sul de Minas"



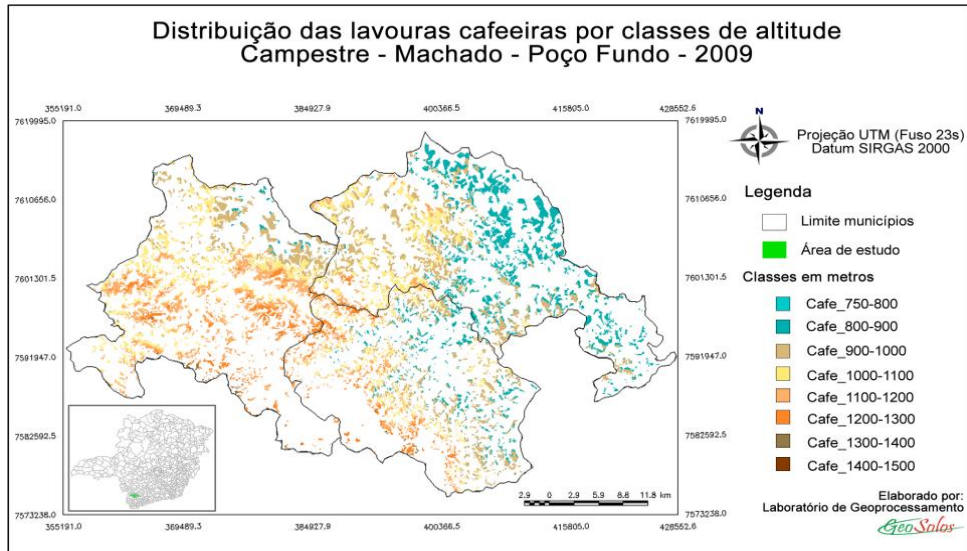
Outra etapa que deve ser considerada para que os produtores possam ter mais segurança em relação a efetivação da IG é o mapeamento da região como comprovação das características necessárias para o diferenciamento do café produzido na mesma, este foi apresentado recentemente para a Associação, por Helena Maria Ramos Alves, pesquisadora da Embrapa-Café no qual uma das características principais para a obtenção da IG a altitude é comprovada na região mapeada.

Figura 12- Mapa de Altitude (Campestre, Machado e Poço Fundo)



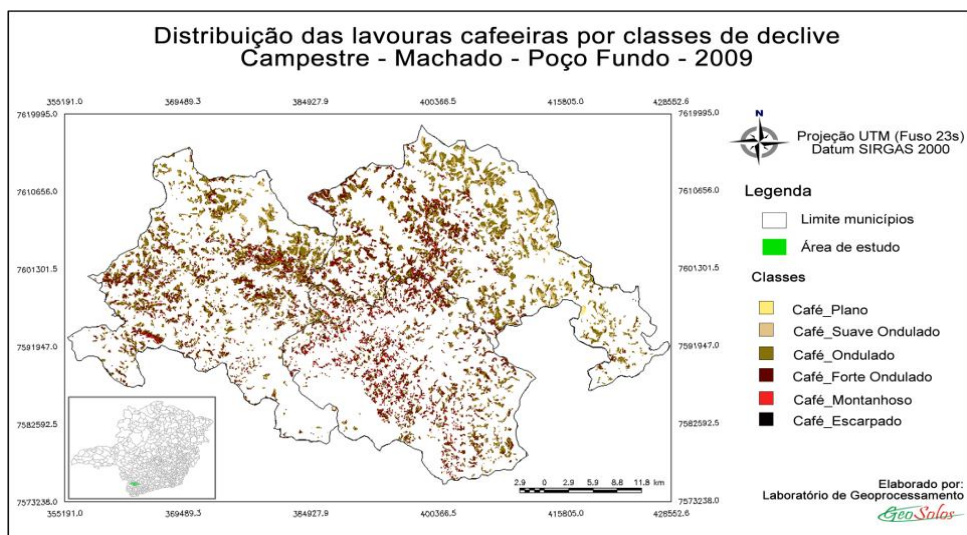
Fonte: EMBRAPA CAFÉ/ACAFESUL

Figura 13 - Distribuição das lavouras cafeeiras por classes de altitude (Campestre, Machado e Poço Fundo - 2009)



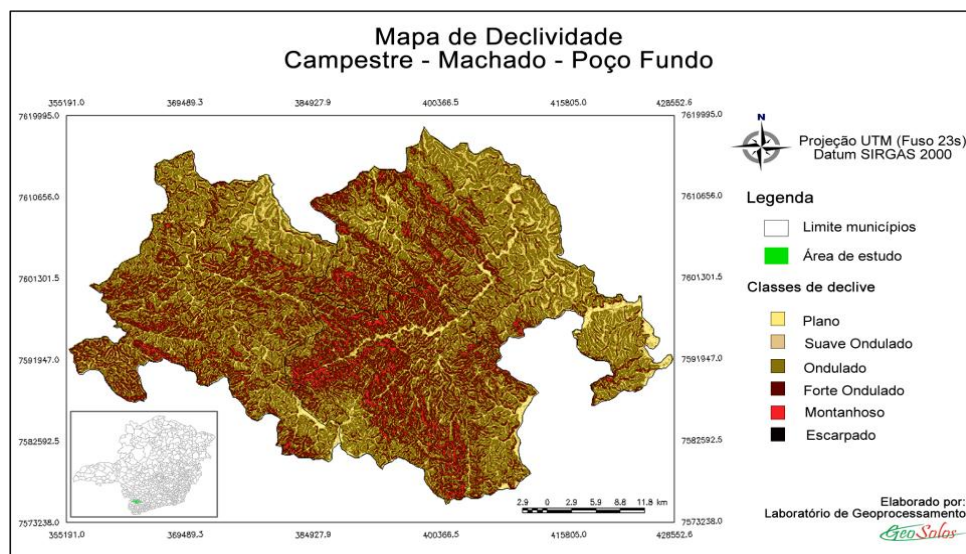
Fonte: EMBRAPA CAFÉ/ACAFESUL

Figura 14 - Distribuição das lavouras cafeeiras por classes de declive (Campestre, Machado e Poço Fundo - 2009)



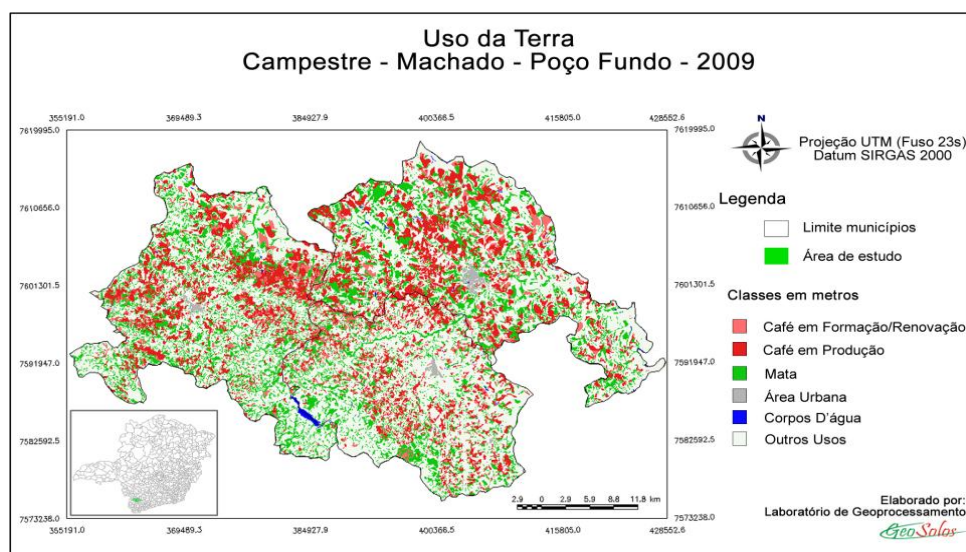
Fonte: EMBRAPA CAFÉ/ACAFESUL

Figura 15 - Mapa de declividade (Campestre, Machado e Poço Fundo)



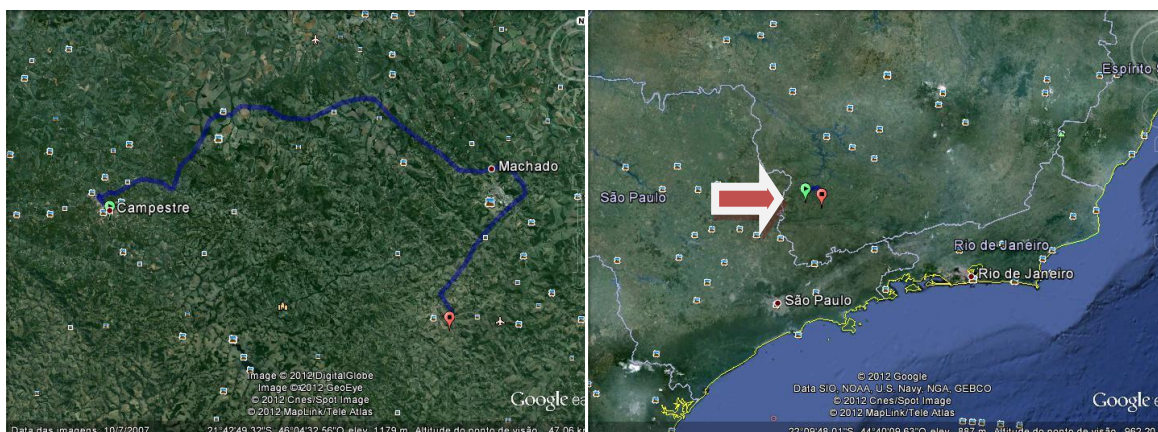
Fonte: EMBRAPA CAFÉ/ACAFESUL

Figura 16 - Uso da Terra Campestre, Machado e Poço Fundo - 2009



Fonte: EMBRAPA CAFÉ/ACAFESUL

Figura 17 - Área geográfica de implantação da IG "Montanhas do Sul de Minas"



FONTE: Google MAPS

3.5 DIFICULDADES A SEREM TRANSPORTAS

A noção que traduz o conceito de IG é muito recente no Brasil. Tanto que é bem possível que a legislação a respeito ainda precise passar por algumas reformas. Isso mostra que tal conceito é ainda bem mais recente na realidade dos três municípios. A maioria dos produtores, após todas as reuniões da ACAFESUL e o apoio das instituições, entende que se está trabalhando com a valorização do café, como sendo um produto “único”, existente somente nessa região. No entanto, sente-se confusos diante de tantas siglas e denominações que, até então, não faziam parte de seu vocabulário.

Alguns atores locais mencionam siglas para caracterizar o principal objeto a ser alcançado pela ACAFESUL, porém sem muitas vezes compreendê-la de fato.

Assim, o entendimento dos assuntos nas reuniões, aliado ao não comparecimento em algumas delas e à realização de pesquisas não participativas, torna-se difícil para a maioria dos produtores. Como conseqüência, esses atores pouco ou nada participam nas discussões do grupo, tornando-se cada vez mais desmotivados e afastados do grupo.

3.5.1 FALTA DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES LOCAIS

A falta de participação e envolvimento dos atores locais, principalmente dos produtores de café, é um dos pontos fracos mais visíveis no processo de valorização do café. Os próprios atores locais identificam, recentemente, esta fragilidade. Assim, a liderança da Associação, procurando contar mais com a participação dos associados, tem buscado integrar e reunir a maioria deles nas reuniões da ACAFESUL e promover maior interação. Para tanto, adotaram a estratégia de realizar reuniões em diferentes horários e confraternizações após algumas reuniões, com degustação de coquetéis a base de café e pratos também com receita de café.

Embora esteja havendo pouca participação por parte dos produtores os gestores garantem que o projeto está sendo desenvolvido e que os frutos logo começarão a ser colhidos. Durante a nossa pesquisa duas reuniões foram marcadas, mas nos dias em que iriam acontecer tiveram que ser desmarcadas por falta de participação.

Para o coordenador do projeto professor Leandro Paiva, a falta de participação e de interação do produtor se deve ao fato de muitos deles não conseguirem ainda visualizar os benefícios que serão alcançados a longo prazo e mesmo em curto prazo, pois com a implantação da IG o próprio governo começou destinar recursos para a melhoria do café na região. Ainda segundo o coordenador a área de abrangência da IG poderá ser ampliada contemplando novos municípios o que já está sendo pesquisado pela EMBRAPA, EMATER, MAPA, EPAMIG, UFLA e com a coordenação do IFSULDEMINAS nas pessoas do professor Leandro Paiva e Carlos Henrique Reinato.

Paiva lembra também que para o produtor que se insere na associação é necessário que siga os manuais de boas práticas de produção, pois é através das regras de produção que se consegue a diferenciação do produto final sem agressão ao meio ambiente e obtenção de um produto de melhor qualidade em relação às outras regiões e talvez por isso, muitos dos produtores não estejam se engajando ainda no projeto.

Em relação ao jogo de dominação dentro da ACAFESUL os gestores descartam esta possibilidade, pois até o momento a grande maioria dos produtores envolvidos no projeto são agricultores familiares e estão buscando conjuntamente uma saída para os seus problemas de produção e de agregação de valor para os seus produtos conjuntamente com uma maior valorização de sua terra.

Sobre a participação de outros atores que estariam ligados a questão da região tais como proprietários de hotéis e agências de turismo os gestores informaram que serão passos a serem dados após a conquista do selo de Indicação Geográfica, para eles somente após esta conquista os olhos dos demais atores se abrirão para a potencialidade da Indicação Geográfica nos três municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As montanhas de Minas Gerais, conhecidas nacionalmente, buscam agora um reconhecimento de pequenos territórios, antes escondidos em suas encostas e em suas bases, o café, que guarda uma história rica alinhavada com a história local e também nacional é o promotor para a busca de uma mudança interna e externa para os produtores dos municípios de Campestre, Machado e Poço Fundo, todos pequenos municípios, mas que guardam ao mesmo tempo similaridades e também diversidades como em qualquer parte de qualquer território, mas buscam a união para enfrentar os desafios que são impostos pela economia globalizada e em termos gerais sem uma fronteira que os proteja.

No processo de implementação da indicação geográfica “Montanhas do Sul de Minas”, assim como em outros casos, a participação das instituições públicas e privadas tem sido imprescindível. No caso da ACAFESUL o acompanhamento e apoio das instituições é tão abundante, que a associação chega a se sentir “sem norte” caso elas as abandone após a obtenção da IG, como se não fossem capazes de andar por meios próprios. Falta provavelmente, uma melhor organização interna da Associação, um fortalecimento, na verdade do associativismo. A ACAFESUL deve se organizar neste sentido para que, além de proporcionar continuidade do trabalho da Associação, consiga a interação e envolvimento dos produtores de café e da própria comunidade, proporcionado também a promoção e desenvolvimento da região como um todo.

Acima do estabelecimento de normas e serviços que regulam todo o processo, o sucesso de um programa de implementação de uma IG depende do fortalecimento e envolvimento da Associação de produtores e da estruturação de redes locais de apoio técnico e científico. Além disso, o enfoque do desenvolvimento local deve assumir importante posição nas discussões entre o grupo, onde se contemplem “as ações dos atores sociais locais, as lógicas integradas de valorização dos recursos e de suas capacidades para atuarem na transformação do território em que vivem,

potencializando, assim, os espaços de decisão da comunidade local, visando à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes” (CALDAS, 2004).

As instituições parceiras têm realizado relativamente bem suas atribuições, suas pesquisas, porém falta sinergia entre elas e entre elas e a Associação, principalmente pelo fato das pesquisas não serem de fato participativas. Também é este um dos motivos pelo qual a Associação se sente desorientada sem a sua presença. Todo conhecimento deve ser compartilhado para o melhor funcionamento da Associação e o desenvolvimento da região.

Com relação a outra questão relevante, quem garante que não haverá exclusão social provocada em boa parte pela própria obtenção da IG (o principal objetivo da ACAFESUL)? Aliás, a baixa participação e envolvimento de produtores de café e também da comunidade aponta um estrangulamento na rede social da Associação, caracterizando cada vez mais um “clube”. Neste sentido, seria de se esperar uma maior exclusão do que integração social [?].

Por outro lado, a ACAFESUL abre novas portas para oportunidades na região. O estrangulamento da Associação é um resultado talvez “não consciente” das suas ações (embora intrínsecas a elas). Exemplo disso é a recente preocupação com a falta de envolvimento dos associados nas ações do grupo.

Parece faltar espírito coletivo e inovador em grande parte da população. Com o tempo, espera-se que mais pessoas enxerguem e se engajem nas oportunidades “geradas” (fortalecidas) pela Associação. É preciso, contudo, haver maior coesão social, e não flexibilidade social.

De modo geral, os processos de implementação de indicações geográficas e a sua consolidação podem representar tanto uma ameaça quanto uma oportunidade ao desenvolvimento Territorial sustentável, promovendo (respectivamente) maior exclusão ou maior integração social. O seu resultado depende principalmente do modo de governança local, bem como da mobilização de recursos territoriais, onde a Associação assume o papel principal.

A implementação de uma IG é um processo que busca elementos no passado, na sua história, na sua cultura, identificando e mobilizando recursos

territoriais, mas seu principal objetivo ainda é a projeção no mercado (na maioria das vezes não só local, mas nacional e internacional). A possibilidade de uma IG funcionar como ferramenta para promover o desenvolvimento territorial sustentável não deveria simplesmente ser cogitada ou mencionada em projetos para a sua implementação, mas sim assumir seu principal objetivo (ou mesmo ponto obrigatório) para que se trabalhe contra o mais grave problema da sociedade capitalista: o crescimento inevitável das suas assimetrias, a desigualdade social.

O programa de desenvolvimento de uma IG deve, neste sentido, procurar atingir mesmo os produtores marginalizados, a fim de evitar sua exclusão social. Embora a indicação geográfica possua normas e legislações, não deve ser tomada como modelo de padronização extrema. Ou seja, toda a diversidade local, cultural, econômica, ambiental e social deve ser levada em conta, lembrando-se que o que se deseja é a qualificação do produto e da localidade, e não a sua padronização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico. Projeto IPEA-NEAD/MDA – Banco Mundial. São Paulo: FEA-USP, 2000.

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2.ed. Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 1998.

AGNEW, J.A. e DUCAN, J.S. *The Power of Place: bringing together geographical and sociological imaginations*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

ALBAGLI, S. e MACIEL M.L. Capital Social e Desenvolvimento Local. In: LASTRES, H.M.M; CASSIOLATO, J.E.C.; MACIEL, M.L. (orgs.) *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p.423-440.

ALBAGLI, S. *Dimensão Geopolítica da Biodiversidade*. Brasília: Edições Ibama, 1998.

ALBAGLI, S. e BRITO, J. (orgs.). *Glossário de Arranjos Produtivos Locais*. Projeto Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de MPME: uma nova estratégia de ação para o Sebrae. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/RedeSist. www.ie.ufrj.br/redesist/piloto, 2002.

ALBAGLI, S. *Globalização e Espacialidade: o novo papel do local*. In: CASSIOLATO, J.E. e LASTRES, H.M.M. (eds). *Globalização e Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*, IBICT/MCT, Brasília, 1999.

ALBAGLI, S. *Imaginário Político e Território*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 1993 (mimeo).

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, v.24, n.2, p.499-520, 2003.

ANDRADE E ARANTES LTDA. *A Cultura e Seus Usos em Programas de Desenvolvimento de Base Territorial*. Ensaio. Campinas, 2002. (mimeo; no prelo).

ARAÚJO, J.F. *A qualidade agroalimentar como estratégia de concorrência da fruticultura irrigada, região nordeste – Brasil*. 2002. 197 f. Tese (Philosophiae Doctor em Desenvolvimento Agrícola), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –UFRRJ, 2002.

AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da super-modernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. *Encyclopédie de Géographie*. Paris:

Econômica, 1983.

BECKER. B.K. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. R.B.G., ano 50, tomo 2. IBGE, 1988.

BECKER. B.K. A Geografia Política e Gestão do Território no Limiar do Século XXI. R.B.G.. 53, tomo 3, IBGE,.1991.

BECKER. B.K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 1993.

BELLAS, C.A. O Consumo de bens culturais e a salvaguarda do patrimônio imaterial: o caso do capim dourado do Jalapão. In: Anais IV Encontro Nacional de Estudos do Consumo. Rio de Janeiro: ENEC, 2008.

BENKO, G. Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do Século xxi. São Paulo, Hucitec/Annablume, 2002.

BIANCHINI, Valer: O universo da Agricultura Familiar e sua Contribuição ao Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Agricultura Familiar, 2000.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 2007.

BRASIL - REFORMA AGRÁRIA COMPROMISSO DE TODOS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM. Acesso em: 28 jul. 2011.

BRASIL- Ato Normativo n.º 134, de 15 de abril de 1997. Dispõe sobre a instituição de formulários para apresentação de requerimento de registro de indicações geográficas.

BRASIL- Lei Federal n.º 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm.

BRUCH, K. Analisando a legislação brasileira sobre indicações geográficas. A Vindima, Flores da Cunha/RS, ago./set. 2008, p.22.

BRUCH, K.L. Tradição e cultura preservadas: indicações geográficas são meio para assegurar reconhecimento aos diferenciais de uma região produtora. Bon vivant, Flores da Cunha/RS, jan./fev. 2009, p.12.

BRUNET, R.; FERRAS, R.; THÉRY, H. Les Mots de la Géographie. Dictionnaire critique. Montpellier: GIP Réclus; La Documentation Française, 1992.

CALDAS, Alcides dos Santos. Novos usos do território: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento regional. Bahia Análise & Dados. Salvador, v.14, n. 3, p.593-602, dez. 2004.

CALOËTE, E.Q.M. Construção de uma estratégia de desenvolvimento para o APL do Vale dos Vinhedos. Brasília: CEPAL, 2007.

CARLOS, A.F. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. *Para além da produção*: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, R. Título: Proporção da população rural tem diminuído: depoimento. [03 de dezembro, 2011]. Campinas: EPTV Programa Caminhos da Roça. Entrevista concedida a Fernanda Mitzakoff. http://eptv.globo.com/caminhosdaroca/NOT_0,0,382146,Proporcao+da+populacao+rural+tem+diminuido+diz+tecnico+do+IBGE.aspx

CASSIOLATO, J.E. e LASTRES, H.M.M. (eds). Globalização e Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no MERCOSUL, IBICT/MCT, Brasília, 1999.

CASTELLS, M. "A Sociedade em Rede". A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHISHOLM, M.; SMITH, D. M. (eds.) Shared space. Divided space. Essays on conflict and territorial organization . London: Unwin Hyman, 1990.

CORRÊA, Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, W.M. da. Geografia Política e Geopolítica. Discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

COX, Kevin R. Spaces of Globalization: reasserting the power of the local. New York: The Guilford Press, 1997.

DEFARGES, P.M. Relations Internationales 2. Questions mondiales. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

DIAS, L.C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná E; GOMES,

DIMEO, G. "La Genèse du Territoire Local: complexité dialectique et espace-temps". Annales Géographie, 559, 1991.

EGLER, C.A.G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: CASTRO, Iná E. GOMES, Paulo C.C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília, Projeto UTF/FAO/036/BRA. Resumo do relatório final. Brasília, 1994.

FEATHERSTONE, M. Global and Local Cultures. In: BIRD, J. et al. Mapping the Futures: local cultures, global change. London: Routledge, 1993.

FLIGSTEIN, N. "Social skill and the theory of fields". Sociological Theory. V. 19, n.2, 2001. (p.105-125)

FOUCHER, M. Fronts et Frontières. Un tour de monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Informativo CEI – Produto interno bruto de Minas Gerais – 2003. Belo Horizonte: jun/2004. 12 p.

GIDDENS, A. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: Hucitec, 1991.

GOMES, P.C.C. O Conceito de Região e Sua Discussão. In: CASTRO, Iná E; GOMES, Paulo C.C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: Marques, R. e Peixoto (orgs.) A Nova Sociologia Econômica: Uma Antologia. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, Unicamp. 1996

GUANZIROLI, C. *et al.* Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAESBAERT, R.C. "Blocos Internacionais de Poder". In: Coleção Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1991.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand, 2006. (2ª Ed.)

HARVEY, D. A Condição Pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HESPANHOL, R.A.M. *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente* – SP. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Presidente Prudente, 2000.

HOBBSAWN, E.J. A Era do Capital. 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOMEM DE MELO, F. A Liberalização Comercial e a Agricultura Familiar No Brasil. Departamento de Economia da FEA-USP e Pesquisador da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (monografia). 2001. In: BARROS, Geraldo Sant’Ana de Camargo. Agronegócio Brasileiro, Perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento. Piracicaba-SP: Esalq, 2006. p. 01.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>

IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003. NOTA: A estimativa do consumo para a geração destes indicadores foi obtida utilizando o método da estimativa de pequenas áreas dos autores Elbers, Lanjouw e Lanjouw (2002).

INCRA. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

INPI - Resolução nº 75, de 28 de novembro de 2000. Estabelece as condições para o registro das indicações geográficas.

KARPIC, L. L'économie des singularités. Editions Gallimard, 2007

LAMARCHE, H. *Agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: UNICAMP, 1998.

LARAIA, R.B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LASTRES H.M. e ALBAGLI, S. (orgs.). *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LEBERRE, M. Territoires. In: Bailly, A.; Ferras, R.; Pumain, D. *Encyclopédie de Géographie*. Paris: Economica. 1983. p. 601-622.

LÉVY, J. et al. (org.) *Géographies du Politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991.

MAFFESOLI, M. *A Conquista do Presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MAFRA, L.A.S. *Indicação geográfica e construção do mercado: a valorização da origem no Cerrado Mineiro*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008.

- MARQUES, R. Os trilhos da Nova Sociologia Económica In: PEIXOTO, J. & MARQUES, R. (Orgs) A Nova Sociologia Económica. Oeiras-Pt, Celta Editora, 2003.
- MARSHALL, A. Elements of Economics of Industry. Londres, Macmillan, 1900.
- MARSHALL, A. Princípios de economia: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, J. S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- MARX, K. O Capital – Crítica da Economia Política, L. I, t. 2, Nova Cultural, São Paulo (1890/1986)
- MC INTYRE, J.P E SILVA, E.S. Como formar e gerir um empreendimento cooperativo – Série Cooperativismo. Recife, SEBRAE, 2002.
- MEARDON, Stephen J. “Modeling Agglomeration and Dispersion in City and Country: Gunnar Myrdal, Francois Perroux, and the New Economic Geography”. (Critical Essay). The American Journal of Economics and Sociology, jan. 2001.
- MINAYO, M.C.S. & CRUZ NETO, O. Triangulación de métodos en da evaluació de programas y servicios de salud. In: BRONFMAN, M; CASTRO, R. (Coords. Salud, Cambio Social y Política: perspectivas desde América Latina. México: Edamex, 1999. P. 65-80.
- NETO, A., GOMES, A. 2004. A Dinâmica da Modernização Agrícola no Brasil e no Estado de Minas Gerais: 1985-1995. MPC 01-05. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifex/anais/MPC/mpc0105.htm>>. Acesso em: 20/02/2011.
- New Delhi. Ministry of Commerce & Industry (Department of Industrial policy and Promotion). Notification. Published in the Gazette of India, Extraordinary, Part II Section 3, Sub-Section (i) Extraordinary, Dated 8th March, 2002 The Geographical Indications of Goods(Registration and Protection) Rules.
- NIEDERLE, P.A. Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. In: Anais do 47º Congresso brasileiro de economia, administração e sociologia rural, P (MC INTYRE, 2002)orto Alegre: SOBER, 2009.
- NIEDERLE, P.A.; RADOMSKY, R. Atores sociais, mercados e reciprocidade: convergências entre a nova sociologia econômica e o paradigma da dívida. Teoria & sociedade, v.15, p.146-177, 2007.

NIEDERLE, Paulo André. Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2011

OHNSTON, R.J.; Gregory, D. e Smith, D.M. The Dictionary of Human Geography . London: Blackwell, 1986.

OLIVEIRA, R.F. Efeito do Fair Trade na Cooperativa de Agricultores Familiares de Café em Poço Fundo, MG, Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 10, n. 2, p. 211-225, 2008.

ORTEGA, A.C. Agronegócios e representação de interesses no Brasil. Uberlândia, Edufu, 2005.

OSSENBRUGGE, J. "Territorial Ideologies in West Germany 1945-1985: between geopolitics and regionalist attitudes". Political Geogra-phy Quaterly. v.8, n.4, oct. 1989.

Paulo C.C.; CORRÊA , Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

PERROUX, F. "Note Sur la Notion de Pôle de Croissance". Economique Appliquée 7, 307-20, 1955.

PIMENTEL, L.O.; BOFF, S.O.; DEL'OLMO, F.S. (Org.) Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

POLANYI, K. A grande transformação. As origens de nossa época . Rio de Janeiro, Elsevier, 2000. (12ª reimpressão)

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SAES, M. S., NAKAZONE, D. Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio – Cadeia: café. Campinas: dezembro, 2002. 142 p.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M.L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Venússia Eliane dos; GOMES, Marília Fernandes Maciel; BRAGA, Marcelo José and SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Análise do setor de produção e processamento de café em Minas Gerais: uma abordagem matriz insumo-produto. *Rev. Econ. Sociol. Rural*. 2009, vol.47, n.2, pp. 363-388.

SCHEJTMAN, A. y Ramírez, E. (2004) Desarrollo territorial rural. Aspectos destacados de experiencias en proceso en América Latina y el Caribe. Fondo Mink'a de Chorlavi. 1º Edición, Noviembre de 2004. <http://www.grupochorlavi.org/dtr/>

SEBRAE; Valorização de Produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios, Brasília, 2005.

SÉNÉCAL, G. "Aspects de l'Imaginaire Spatial: identité ou fin des terri -toires?" *Annales de Géographie*, n.563, 1992.

SOUZA, Marcelo J.L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E; GOMES, Paulo C.C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOJA, E. *Postmodern Geographies*. London: Verso, 1989.

STORPER, Michael. *Territories, Flows and Hierarchies in the Global Economy*. In: Cox, Kevin R. *Spaces of Globalization: reasserting the power of the local*. New York: The Guilford Press, 1997b.

STORPER, Michael. *The Regional World: territorial development in a global economy*. New York: The Guilford Press, 1997a.

SWEDBERG, R. A Nova Sociologia Económica: O que se atingiu, o que se seguirá? In: PEIXOTO, J. & MARQUES, R. (Orgs) *A Nova Sociologia Económica*. Oeiras-Pt, Celta Editora, 2003.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1987.

VARGAS, M. *Proximidade Territorial, Aprendizagem e Inovação: um estudo sobre a dimensão local de processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2002.

VILELA, P.S & RUFINO, J. L .S. *Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais*. Belo Horizonte: INAES, 2010. 300p.

WALKER and MENDLOVITZ, S.H. *Contending Sovereignties*. London: Rienner e Boulder, 1990.

WALLERSTEIN, I. *Geopolitics and Geoculture. Essays on the changing world-system.* London: Cambridge, 1991.

WHITE, H.C. Where do markets come from? In: *American Journal of Sociology*, 87, 1981. Pp. 517-547.